ARQUITETURA

setembro, 1967



63

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

codeplac cresceu ainda mais.

Agora é fabricado até com 6 metros de comprimento em chapas inteiras

(outras medidas)
3,00 x 1,22 x 7mm
2,50 x 1,22 x 7mm
2,20 x 1,22 x 7mm

a linha de lambris **codeplac** é a que apresenta a maior variedade em madeiras e modelos.

- ★ dez espécies de madeiras nobres
- ★ sete modelos de chapas filetadas
- ★ chapas lisas com desenhos casados
- ★ » mosaico (nôvo lançamento)

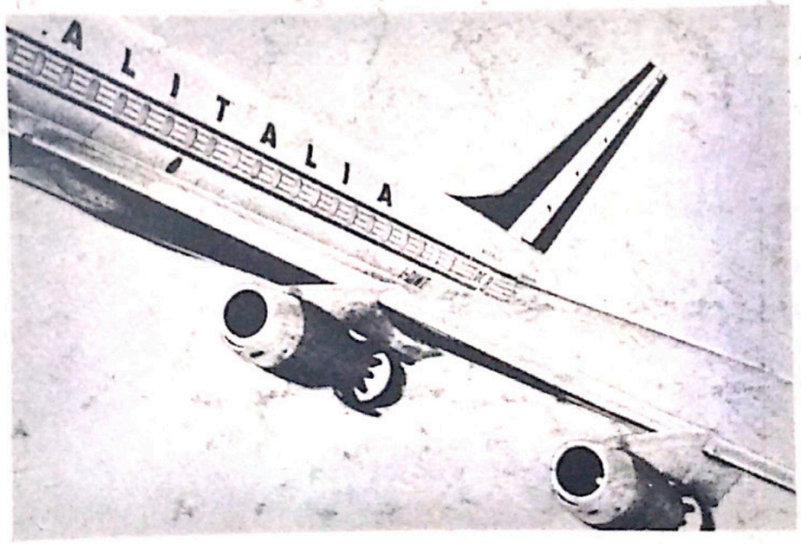
codeplac

fabricado por **CODEGA S. A.**
Caixa Postal n.º 405
Curitiba — Paraná

agente revendedor : **REVESCO**
Rua Ramalho Ortigão n.º 12 - sobreloja
Telefone 43-9895 — GB



Qual é o melhor caminho para exportar seus produtos?



O "Cargo-Service" da Alitalia, naturalmente. Conosco sua mercadoria chega direta e ràpidamente a qualquer lugar do mundo. E viaja cuidadosamente acondicionada nos mais modernos jatos da atualidade.

Nós lhe oferecemos, ainda, uma vantagem exclusiva o serviço de assistência do AITC (ALITALIA INTERNATIONAL TRADE CENTER), que serve de intermediário entre importadores e exportadores, fornecendo-lhes as informações necessárias para o incremento de seus negócios nêsse setor.

Por isso, exportar ou importar é agora muito mais fácil. Basta que você use o "Cargo-Service" da Alitalia. Custa menos. Dá mais lucro. Para maiores detalhes procure o escritório de nossa Companhia em sua cidade.

ALITALIA
CARGO SERVICE





Ⓡ - Marca Registrada.

Constituida por milhões de micro-células de ar aprisionado, sòmente a espuma rígida de STYROPOR garante as extraordinárias características destas placas, recomendadas ainda, para a cobertura de lajes. Coeficiente de condutibilidade térmica: 0,023 kcal/mh°C (I.P.T. nº 174.363). Extremamente leves, são fornecidas em vários pesos específicos, desde 13 a 25 k/m³. Possuem estabilidade térmica até 85°C. Não absorvem umidade, não mancham, não envelhecem, não apodrecem nem criam môfo. Fáceis de serem aplicadas. Na própria obra podem ser cortadas, serradas ou fresadas.

STYROPOR®
Matéria prima produzida pela
IDRONGAL
Cia. de Produtos Químicos
Guaratinguetá - Est. de São Paulo
e distribuída pela
QUIMICOLOR
Cia. de Corantes e Produtos Químicos
São Paulo - Rio de Janeiro
Pôrto Alegre - Recife

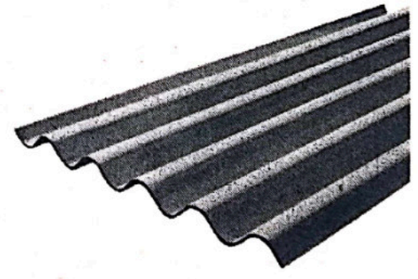
Solicite mais informações sôbre as placas de STYROPOR e seus fabricantes à QUIMICOLOR - C. Postal 5187 - São Paulo



Êste anúncio se destina exclusivamente aos 32 construtores conscienciosos que especificaram telhas inferiores por desconhecerem as de cimento-amianto SANO

As pesquisas provaram. Indiretamente, fomos culpados pela má qualidade final de 32 construções edificadas nestes últimos meses. Esclarecemos: confiados na nossa tradição de 47 anos, julgávamos que absolutamente todos os engenheiros, arquitetos, construtores e mestres de obras já sabiam que a melhor telha é a de cimento-amianto Sano. Que os produtos de cimento-amianto Sano - chapas, canaletas, calhas estruturais, tubos, caixas d'água - têm superior qualidade e total aprovação em uso efetivo.

Que a Sano oferece perfeita assistência técnica em todo o Brasil. Mas as pesquisas mostraram que 32 construtores não conheciam os nossos produtos. Estávamos nos esquecendo dos recém-formados... Para a Sano, 32 é um número suficientemente elevado. Não nos conformamos com a idéia de que êsses bons e conscienciosos profissionais possam especificar material inferior por desconhecerem nossos produtos. E principalmente agora, que reaparelhamos nossas fábricas para continuar oferecendo ENTREGA IMEDIATA MESMO!



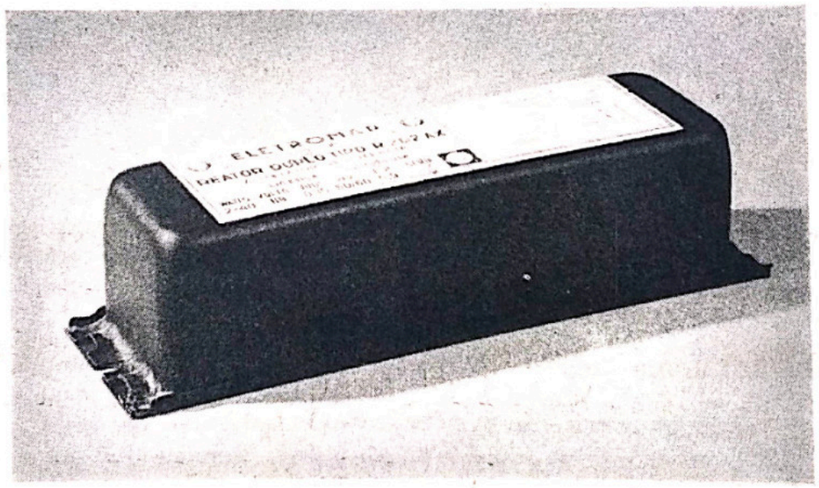
CASA SANO S.A.
indústria e comércio
ITAP. - RIO

Maior qualidade em cimento-amianto para construções.

Matriz: Rua Marcilio Dias, 26 - Tel 23-1966 - Rio • Filiais: Belo Horizonte: Av. Paraná, 173 - Tel. 2-3902 • Brasilia: S.I.A. - lote 1290/1300 - Tel. 2-0513 • São Paulo: Rua Marquês de Itú, 88 - 6.º andar - Tel. 35-2351 - 35-3660 - 37-2470

de 1941 a 1967...

REATORES ELETROMAR INSTALADOS HÁ 25 ANOS, CONTINUAM FUNCIONANDO COMO SE FÔSSEM NOVOS



Não existe melhor prova de qualidade: Reatores ELETROMAR, instalados há um quarto de século (quando iniciamos sua fabricação), continuam funcionando normalmente, sem apresentarem nenhum vestígio de cansaço. Se V. quiser saber, com detalhes, as razões dessa invulgar durabilidade, peça nossos folhetos técnicos. Ou consulte, sem compromisso, a Divisão de Iluminação da ELETROMAR.

Reatores para Lâmpadas Fluorescentes. 20 e 40 watts. 2 tipos: Convencional e de Partida Rápida. Garantia do padrão mundial Westinghouse.

ELETROMAR
INDÚSTRIA ELÉTRICA BRASILEIRA S.A.

...em eletricidade, símbolo de qualidade!

ESTRADA VELHA DA PAVUNA 105 · TEL. 30-9860 · RIO DE JANEIRO GB
RUA AMADOR BUENO 856 · TELS.: 61-1250 · 61-7355 · STº AMARO · S.P.

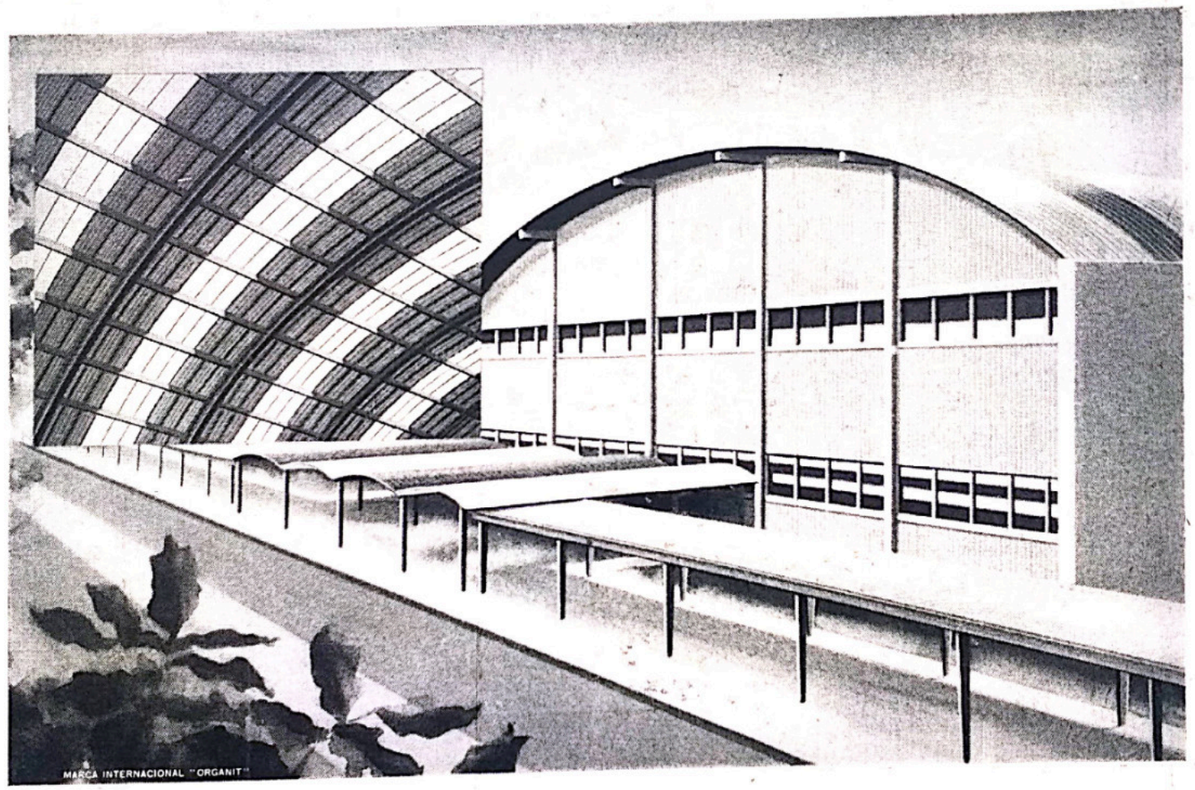
MANAUS · BELÉM · RECIFE · SALVADOR · VITÓRIA · BELO HORIZONTE
BRASÍLIA · RIO DE JANEIRO · SÃO PAULO · CURITIBA · PÔRTO ALEGRE
AGENTES E DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

Atenas

Qualquer problema de **COBERTURA** ou **ACLARAMENTO** encontra solução rápida e certa com os

ondulados ELVIC EM PVC RÍGIDO

– moderno material de cobertura e aclaramento.



Porque são:
- Leves – 2,2 quilos por m².
- Sólidos – suportam um pêso de 500 quilos uniformemente distribuidos por m.
- Fornecidos em qualquer comprimento.
- Fabricados em 5 côres translúcidas e 5 côres opacas.
- Classificados como material de segurança – não inflamaveis.
- Inalteráveis à ação de agentes quimicos ou atmosféricos.
- Altamente resistentes a impactos.
- Fáceis de colocar.

um produto

ELCLOR **INDÚSTRIAS QUÍMICAS ELETRO CLORO S. A.**

ALAMEDA SANTOS, 2101 - 1.º ANDAR - TEL. 282-0011 - SÃO PAULO
RUA DA CANDELÁRIA, 79 - 6.º ANDAR - TEL. 43-6530 - RIO DE JANEIRO



UMA
CONSTANTE
EM
TODO
O
NORDESTE

Sempre presente em tôdas as obras de engenharia, arquitetura, etc., a placa do Cimento Poty, é a afirmação pública da escolha do melhor, para os trabalhos de maior importância e responsabilidade

CIMENTO POTY
O melhor, entre os melhores que se fabricam no Brasil



Um produto da
CIA. DE CIMENTO PORTLAND
POTY
Av. Martins de Barros, 196
RECIFE



No Espírito Santo e por aí em tôda a parte, todo mundo lê a Revista CAPIXABA.

não chegamos a tanto...



AGÊNCIA ABREU

FUNDADA EM 1840 NO PÔRTO, PORTUGAL

EXCURSÕES E OUTRAS VIAGENS ACOMPANHADAS POR GUIA FALANDO PORTUGUÊS

EUROPA MARAVILHOSA

A mais clássica de tôdas as excursões, 11.º ano de realização ininterrupta. 34 dias inesqueciveis visitando Portugal, Espanha, França, Itália, Áustria, Suiça, Alemanha e Bélgica. 24 partidas de abril a setembro.

GRANDE CIRCUITO EUROPEU

A mais completa de tôdas as excursões à Europa, 5.º ano de realização com lotações esgotadas. 55 dias de encantamento através de Portugal, Espanha, França, Itália, Áustria, Suiça, Alemanha, Holanda, Bélgica e Inglaterra. Partidas quinzenais de abril a setembro.

...e dezenas de outras excursões e programas especiais. Peça o nosso Livro de Viagens ou visite o nosso

representante geral C. G. FREITAS
av. rio branco, 156-24.º-s. 2434/2435
telefones 22 6656 / 52 7703
rio de janeiro/gb

ARQUITETURA

N.º 63 — setembro — 1967

órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1.301 — Publicação da Editôra Artenova Ltda. - Beco dos Barbeiros, 6, Grupo 201 - GB.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Edgar Graeff, Ernani Vasconcellos, Henrique E. Mindlin, Icaro de Castro Mello, Jorge Machado Moreira, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Alvaro Pacheco; Alfredo L. Britto — IAB; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier — IAB-RS; Jorge Wilheim — IAB-SP; Vital Maria Pessoa de Mello — IAB-PE; Odilon Santos Neto — IAB-BA; Almir Fernandes — IAB-PR; Élio Vianna — IAB-ES; José Armando Farias — IAB-CE; Geraldo Nogueira Batista — IAB-DF.

Editor:

Alvaro Pacheco.

Redação: redator-chefe — Maurício Nogueira Batista — IAB; secretário — Alfredo L. Britto — IAB.

Colaboradores: Alberto Vieira de Azevedo (IAB) — Alex Nicolaeff (IAB) — Cleber Ribeiro Fernandes — Fernando Abreu (IAB) — Ferreira Guilar — Fortuna — José Guilherme Melquior — Jota — Leandro Tocantins — Luis Miranda Correa — M. Cavalcanti Proença — Arte: W. Machado (Xavier) e Revisão: Venicio Pedroni.

Editôra Artenova Ltda. — Diretores: Alvaro Pacheco e Odylo Costa filho — Beco dos Barbeiros, 6, Gr. 201 - GB.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1.301 — tel. 22-1703, — Rio.

Administração, Publicidade e Assinaturas: Beco dos Barbeiros, 6 — grupo 201 — tel.: 31-2641; Rio — GB.

Sucursal em S. Paulo: Av. S. João, 473 - conj. 1.105 - tel. 32-3635 - São Paulo - SP.

Representante em Belo Horizonte — Geraldo Machado — Rua São Paulo, 656 - Sala 9-D - Galeria Ouvidor.

Esta publicação é recebida por todos os arquitetos no exercício da profissão no Brasil, firmas construtoras, escritórios técnicos de urbanismo, engenharia e arquitetura, decoradores e lojas de móveis e decorações, instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras, repartições públicas ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: preço do exemplar: Cr$ 1.000; número atrasado Cr$ 2.000; exterior US$ 1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 10.000; exterior; US$ 10.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: EDIGRAF — Editôra e Gráfica Ltda. — Praça Cruz Vermelha, 3-A — Rio.

ARQUITETURA é FILIADA AO IVC

SUMÁRIO

Editorial

2 Formação urbana e habitação

Artigo

3 Reflexão sôbre a habitação na África
Arquitato HENRI CHOMETTE

Arquitetura de presídios

8 Líbano: Centro de formação e tratamento de menores delinqüentes
YOUSSEF HARAKE e MOHAMED ALI REDA Arquiteto (E.S.A.)

13 Ação comunal aplicada às áreas urbanas da América Latina (conclusão)
NELLO BIANCHI

Congresso

16 Resoluções do IX Congresso do UIA

Documentário

17 Antônio José Landin arquiteto de Belém
Arquiteto DONATO MELLO JÚNIOR

22 A originalidade na pesquisa científica
M. A. POURCHET CAMPOS

25 Novas cidades — um grande "negócio" nos Estados Unidos
Tradução do Arquiteto H. J. COLE

27 **Destaque**

28 **Notícias**

30 **Legislação**

Formação urbana e habitação

Editorial

O fenômeno da formação de aglomerados subnormais de moradias, crescente em quase tôdas as cidades brasileiras de maior porte, não foi, até hoje, estudado com a profundidade merecida. Muito se tem escrito, é verdade, sôbre favelas, invasões, malocas, mocambos, *mas a verdade é que grande parte do material até aqui publicado provém de uma ótica impressionista, que não desce a detalhes, não relaciona, não procura causas, não cria.*

Não constitui qualquer novidade dizer que, em matéria de habitação e de planejamento territorial, agimos na base da intuição, ou seguimos a inércia dos processos em curso. A pesquisa, — mesmo a não-sistemática, a que se faz de vez em quando, isoladamente e que de ordinário ignora tudo que já foi feito antes — não é nosso forte. Somos apologistas do realizar — o que não deixa de ser uma característica positiva, entre tantas negativas. Mas, para realizarmos bem, torna-se necessário um mínimo de conhecimento daquilo sôbre o que atuamos ou pretendemos atuar. Durante o processo de realização é preciso dedicar um mínimo de tempo em organizar, catalogar e sistematizar dados e elementos envolvidos por nossa ação, de forma não só a possibilitar a obtenção de resultados satisfatórios, com sua futura avaliação. Avaliar resultados é ato de rotina, corrente instrumento de trabalho, indispensável àqueles que realizam e principalmente aos que realizam muito. Não é possível dar qualquer coerência e integração a uma ação que visa o planejamento a partir do desconhecimento e de um saber insuficiente da realidade sôbre a qual se vai atuar. Êsse conhecimento, todavia, só se torna possível a partir do estudo e da pesquisa dessa mesma realidade. No Brasil, já se disse, por uma dessas deformações tão comuns em nossa cultura, que a pesquisa tem por imagem o tubo de ensaio. Tudo aquilo que não conotar com laboratório, pipeta, retorta ou tubo de ensaio, não tem caráter científico, nem poderá se relacionar com estudo, pesquisa ou procedimento científico.

Um dos aspectos primordiais a ser encarado por uma política habitacional de âmbito nacional é o dos grupamentos subnormais de moradia. O problema da constituição de aglomerados dessa natureza no interior do tecido urbano das cidades brasileiras ou em sua periferia, de certo tempo para cá, vem sendo a forma normal de crescimento urbano, chegando, em alguns casos, a representar elevada percentagem dos locais de habitação da população urbana.

A formação dêsses grupamentos favelados é a resultante natural da ação migratória do homem que deixa o campo pela cidade. Não possuindo meios de se adaptar ao quadro urbano institucionalizado, êle cria um outro, de nível muito mais baixo, à sua imagem e à altura de suas possibilidades, com o qual procura responder às necessidades de um habitat urbano. Esse migrante repete, assim, à sua maneira, a milenar aventura da formação e da criação urbana.

Com efeito, nesse processo de intensa e peculiar urbanização, não é possível deixar de perceber — como assinalou o arquiteto John Turner — uma extrema semelhança com a maneira natural de nascer e crescer das cidades, se bem que de forma històricamente anômalas. Essa simples constatação — que necessita òbviamente de estudos e pesquisas mais aprofundados, — aliada a intensa freqüência do fenômeno e a alta e crescente percentagem de habitantes urbanos envolvidos nesta situação, leva-nos a tomar como preceito de que no trato com os problemas decorrentes dêsse fenômeno devemos agir mais como o parteiro que acompanha, assiste e ajuda o nascimento de um nôvo ser do que como cirurgião que, tomando o fato como um tumor, crê ser preciso extirpá-lo a todo custo.

O sistema oficial brasileiro de habitação teve recentemente sua estrutura reforçada por dois organismos de vital importância — o nôvo SERFHAU e o CENPHA.

Os arquitetos devem voltar sua atenção para êsses organismos, pois a natureza de suas atribuições nos leva a esperar a ação pautada no conceito de que habitação e planejamento do meio ambiente humano constituem matéria científica, mesmo quando se lida com coisas que não admitem mensuração física. Nós arquitetos precisamos nos capacitar dessa verdade e exigir tratamento adequado e conveniente para os problemas decorrentes da necessidade de abrigar o homem e proporcionar-lhe um ambiente condigno saudável. □

Reflexões sôbre a habitação na África

Arquiteto HENRI CHOMETTE



Arquitetura pavilhonar na África.

O trabalho que transcrevemos, em tradução do original francês publicado no n.º 2, 1964, da revista africana de arquitetura e urbanismo ATU, é bem uma prova de que o problema da habitação não é, como muitos imaginam ainda, uma simples questão de construir casas. Neste artigo, H. C. faz a crítica de uma política de habitação que foi implantada nos países africanos a partir da importação de modelos pensados em nações mais desenvolvidas. Em seguida enfatiza a necessidade de referir os programas de planejamento físico em habitação a uma ótica adequada às peculiaridades regionais e à necessidade de impregnar êsses programas de criatividade e competência profissional.

As teses expostas por H. C. coincidem perfeitamente com as que ARQUITETURA vem defendendo e mostram como têm sido negativos os simples transplantes tentados na África. Nosso problema, em parte, se assemelha ao exposto no artigo, pois assistimos a processo de um crescimento urbano dos mais significativos. A contar a nosso favor temos recente a existência de um corpo profissional local e a recente instituição de um sistema de planejamento local integrado.

Apesar das vantagens que podemos alinhar de nosso lado, desafio a enfrentar não parece nada fácil, pois o caminho sem dificuldades — o do simples transplante de metodologias e de modelos de outros países — na melhor das hipóteses de nada valeria e na pior delas resultaria pior do que simplesmente deixar acontecer. Precisamos, de fato, criar as premissas que nos permitirão termular nossas metodologias de trabalho e nossos modelos de planejamento local integrado. Isto só se conseguirá através do trabalho duro e da capacidade criadora de nossos profissionais aliada a uma forte disposição de avaliar honestamente cada um dos programas realizados. A experiência financeira será, sem dúvida, um dado valioso na formação da nossa concepção de planejamento físico, mas nada mais do que isso, criação é um processo que não admite repetição.

MNB

HABITAÇÃO NAO É CASA

Testemunho do estilo de vida das civilizações passadas, a habitação é um aspecto parcial, indissociável da criação de uma região, de uma cidade. A habitação tem sido, no entanto, freqüentemente, considerada isoladamente. A maior parte dos que falam de habitação racioeinam sôbre a casa isolada, como se ao pensar em transportes limitassem seu campo de estudo ao vagão. Esta confusão tem saído muito cara ao planejamento africano. Tem desviado esforços, soluções e créditos para caminhos sem saída. Como a árvore cortada na floresta, o estudo da casa isolada deixou apodrecer ao abandono o verdadeiro problema.

Quantidades enormes de matéria cinzenta e muita boa vontade foram aplicadas na procura da casa econômica considerada em si.

A maior parte dessas pesquisas, feitas sem base em dados reais, foram efetuadas nas pranchetas Europa. A falta dêsses dados levou as pesquisas a slogans técnicos tão sedutores quanto esquemáticos. A casa balão inchou, a casa desmontável foi atarraxada, a casa guarda-chuva voou e os processos "Kivavt" ou "Kissechdur" etc., foram ensaiados.

Em todos os países africanos, de tão diferentes climas, generalizaram-se as "receitas" do confôrto teórico, as "cross-ventilation", os "brise-soleil" e as claustras, quando é preciso se defender do frio na Etiópia e no Kenia, da umidade na Costa do Marfim e no Camarão, da poeira séca em Alta Volta e no Sudão, da oxidação marinha em Dahomey e na Somália; condições essas que não poderão ser enfrentadas por nenhuma casa-tipo, de uma só vez.

A maior parte dos materiais mascara-va-se em pancéia universal. Muito estudo e engenhosidade foram consagrados à casa isso ou à casa aquilo, como se a natureza dos materiais significasse um fato anterior às pesquisas e não à conseqüência de um estudo de conjunto; como se já não fôsse suficientemente difícil acertar utilizando as melhores propriedades de todos os materiais, considerando cada um em seu lugar.

O fato de se considerar a casa como um problema isolado, responsável por êsse imenso desperdício de competência, provocou igualmente uma grave regressão dos sistemas fundiários em relação à tradição africana.

Com efeito, a tradição, em quase todos os países africanos, considera o solo como propriedade da aldeia, enquanto corpo social coletivo, e as condições de sua ocupação pelos indivíduos subordinados aos interêsses dêsse mesmo corpo social.

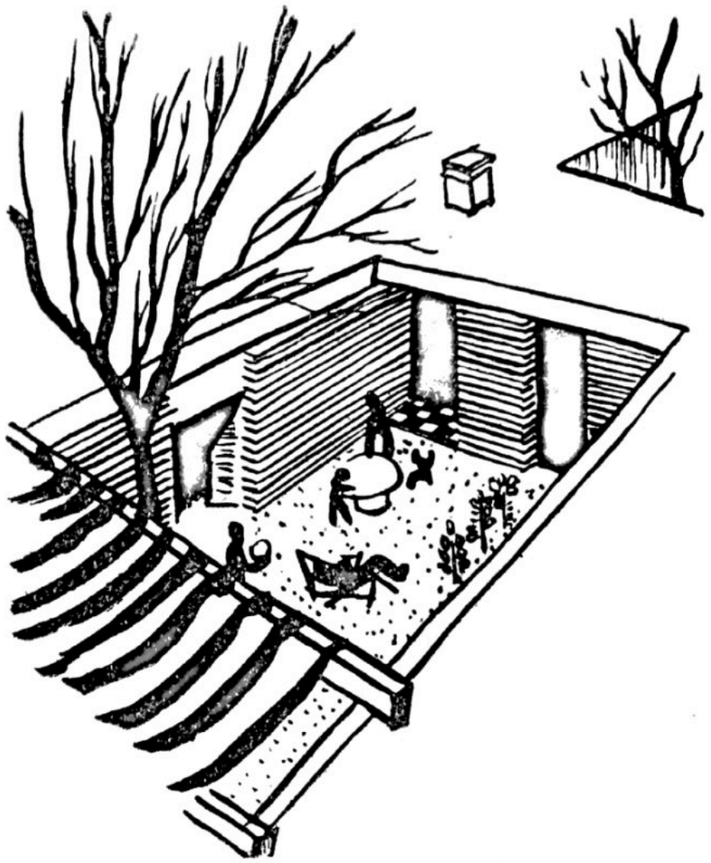
É importante notar que, por um curioso paradoxo, esta ordem vem se revelando como absolutamente essencial às formas modernas dos agrupamentos urbanos.

Os mais recentes métodos de planejamento urbano nos países desenvolvidos, para fugir à ineficácia, têm procurado adotar princípios análogos.

A persistência do espírito da tradição na definição das condições de ocupação do solo nas novas cidades abriu ao planejamento urbano africano perspectivas consideráveis.

Infelizmente, os que pensam que a habitação "é a casa", acreditando trazer um progresso, têm, ao contrário, dividido o solo em pequenos quadrados demarcados para, no meio, plantar a casa de seus sonhos.

Neste esquema ingênuo, a área murada, o terreno e a casa correspondem a uma



O pátio tradicional.

forma rural de moradia. No entanto, desde a Idade Média e mesmo na Antiguidade, essa forma foi abandonada para permitir a construção de cidades. A África do grão-senhor plantador, que se iluminava a petróleo, que bebia água de um poço e evacuava em outro, não foi repensada a tempo. Muitas cidades foram criadas pela justaposição dêsses elementos rurais. A África encontra-se hoje em face de problemas orçamentários insolúveis para sanear, equipar as hemorragias de hectares provoeadas pela implantação dessas "vilas meu sonho".

Além disso, hoje, a África é obrigada, já, e freqüentemente, a renunciar às boas soluções urbanas, em virtude da falta de meios para resgatar êsses pequenos ou grandes quadrados em que foi dividida e cujo valor está essencialmente baseado nos investimentos feitos pela coletividade em tôrno dêles.

Do ponto de vista econômico e social, esta confusão entre a habitação e a casa originou os mais graves erros a respeito da noção de intervenção da coletividade nos problemas individuais, criando hábitos difíceis de superar.

Repetimos que a casa não é senão a última fase da criação de uma cidade. A coletividade tem por vocação consagrar seus meios financeiros às fases precedentes: criação de empregos, infra-estruturas, equipamento técnico, cultura e social.

A omissão parcial ou total dessas realizações preliminares tem levado a crer que a coletividade dispõe de meios para se encarregar de dar "casa" à grande maioria.

Com efeito, a parcela da população capaz de poder amortizar o conjunto de encargos de uma habitação convencional se limita aos mais afortunados, menos de 20% da população total.

As esperanças acenadas prematuramente aos 80% restantes facilitou o nascimento do esnobismo da habitação convencional e um conseqüente desprêzo pela construção tradicional. Êste fato conduziu ao desaparecimento das técnicas a ela correspondentes, nas cidades, privando a grande massa da possibilidade de assegurar abrigo e cobertura por seus próprios meios. A cobertura com cômo, por exemplo, tornou-se um luxo tanto em Abidjan quanto em Deauville.

Taxas não rentáveis, utilizadas pelos organismos com finalidade social, no campo da moradia modesta, excluíram a participação dos investimentos privados, que abandonaram a construção de habitações pela dos edifícios de escritórios e residenciais.

80% dos problemas estão sem resposta.

80% das necessidades estão mal satisfeitas, em desordem, em conflito com as possibilidades técnicas da civilização.

Uma parte importante das possibilidades materiais das populações modestas escapa aos organismos controladas e se esgota nas sublocações.



O pátio numa habiteção moderna.

A redução do problema da habitação ao plano da construção da casa malbaratou os esforços feitos em seu favor, deixando a maior parte das pessoas ao abandono, e criou problemas fundiários, financeiros, sociais e políticos que pesam espêssamente sôbre o futuro da África.

O subdesenvolvimento não justifica a pobreza de concepção, êle agrava suas conseqüências.

As constatações acima são tanto mais graves quanto o resultado é apreciado em função das enormes possibilidades que oferecia, ou ainda oferece, a África.

Há 20 anos atrás tudo era possível. Não havia uma única aglomeração realmente urbana na África média; os terrenos não estavam gravados por servidões, as populações não tinham hábitos urbanos. Nós assistimos, de fato, a uma criação absoluta.

A criação destas novas cidades na África, em tão curto prazo, poderia ter ensejado a mais brilhante demonstração universal.

Os sucessos de hoje e as ambições de amanhã, devem ser apreciados em função do que poderia ter sido esta demonstração e não em relação aos engarrafamentos de tôda a natureza, dos quais a Europa se esforça por sair.

A questão aqui não é de quantidade e sim de qualidade de métodos e de competência. Muitas vêzes, somos tentados a justificar, através da insuficiência de meios, o emprêgo medíocre daqueles de que efetivamente dispúnhamos.

Tudo era possível, salvo talvez o fato de perceber e conceber a importância dessa criação. Habituados às próteses que a velha Europa aplicava às esclerose que paralisavam suas cidades, os espíritos não sentiram a necessidade de novas soluções. As próteses foram importadas para a África, quer se tratassem do "gabarito", do "título de propriedade" ou dos "logecos", transplantando-se, de um só golpe, a atitude passiva das interdições do urbanismo, a submissão do coletivo ao particular e o privilégio da mediocridade.

É possível compreender que na época de Haussmann não se tivesse previsto a impossibilidade de fazer circular, nos mesmos canais, móveis que se deslocam a 4 e a 100 quilômetros por hora, como pedestres e carros. Mas, como explicar, hoje, que nenhuma cidade da África média disponha de uma rêde viária autônoma, se a criação da maioria delas data de menos de 20 anos, época na qual a invenção do automóvel e tôdas suas conseqüências já eram conhecidas.

Tudo teria sido possível se as determinações do presente sôbre o futuro tivessem sido pressentidas.

No entanto, a pesquisa no domínio da habitação e do planejamento urbano não dispunha de meios e competência proporcionais ao valor da única matéria suscetível de ser realizada imediatamente.

Nossa civilização aprendeu, em seu próprio proveito, o valor da pesquisa e do método na indústria. Não hesita em dedicar o máximo cuidado ao estudo de um motor que será ferro velho dentro de dez anos, mas incrusta, ainda, uma cidade no solo para durar séculos. Uma cidade que condicionará os gestos e o coração de inúmeras gerações, amesquinhando sua concepção. Esta penúria de "massa cinzenta" faz, também, com que programas, ainda que precedidos das melhores intenções, sejam muitas vêzes combatidos, ou desmoronem por terem sido levantados sôbre madeiramento utópico ou métodos teóricos. Mesmo os melhores elementos que êsses programas poderiam conter caem com êles deixando o problema sem solução.

Bem ou mal empregado, um tijolo custa o mesmo preço. O conjunto de investimentos urbanos que a África recebeu nos últimos 20 anos constitui uma massa real. Considerar o que poderia ter sido possível fazer com a mesma despesa, dentro de uma ordem que se beneficiasse integralmente dos mais recentes métodos, constitui um teste impressionante capaz de conduzir a lições para melhor emprêgo dos créditos a serem efetivamente aplicados no futuro.

Constata-se, desta forma, que o volume total aplicado até hoje através de múltiplos investimentos dispersos, concebidos (conscientemente ou não) com o sentimento do provisório, custou bem mais do que uma operação de conjunto, pensada desde o início para ser uma cidade definitiva e moderna.

Juntando-se a isso a diferença de qualidade do produto acabado, pode-se apreciar o preço pago pela economia feita em competência e em pesquisa. **Não existe concepção subdesenvolvida.**

Ao contrário, quanto a qualidade da concepção, a África pode e deve visar mais alto do que os velhos países. Os projetos devem ser suscetíveis de realização em etapas, de se adaptarem ao desenvolvimento das saciedades. Estes requisitos exigem alta competência e pesquisas corajosas e profundas.

IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA MORADIA

No centro de um parque de alguns hectares, nos países de clima frio, a zona ao ar livre pode ser um jardim periférico que desempenha, antes de tudo, o papel de pano de fundo de paisagem que se enquadra nas janelas de uma área de vida interior aquecida.

Nos países de clima doce ou quente, ao contrário, essa zona ao ar livre é a parte mais freqüentada e ocupada da moradia. A peça principal.

Essa zona não poderia ser implantada na periferia da casa, sob o risco de tornar-se promiscua e despersonalizada. Este fenômeno é observado na maior parte dos subúrbios do século XIX, onde o gentilhomem burguês de pequeno porte julgou poder reduzir à sua escala o castelo de Chantilly. Ambição impossível, uma vez que o castelo de Chantilly corresponde a uma forma rural de moradia.

A importação da arquitetura pavilhonar para as cidades da África rompeu a tradição africana. As casas de ALTO VOLTA mostram bem o respeito por essa zona privada ao ar livre, choupanas e jardins distribuídos em tôrno de um pátio fechado por muro e aberto para uma porta que define bem sua analogia com aquilo que na Europa se chama de sala de estar.

Em sua forma urbana, esta moradia assume o aspecto de um edifício de apartamentos em posição horizontal, pela fraca resistência do concreto de terra empregado na construção, mas, ainda aí, o pátio interno continua sendo sala de estar.

Este princípio deve inspirar a concepção das casas modernas. O papel dessa sala de estar define e limita o das outras peças, cuja excessiva extensão jamais será traduzida em aumento de confôrto, e sim pela superlotação, social e econòmicamente indefensável.

A concepção dos novos quarteirões deve se inspirar na evolução das formas de moradia rurais e urbanas acima citadas, tendo em vista os imperativos modernos

que permitem a todos se beneficiar dos equipamentos urbanos e não no gôsto pela vida isolada dos subúrbios exportados. Gôsto êste gratuitamente atribuído às populações africanas que sempre tiveram, na tradição tribal, o mais vivo sentimento do interêsse comum.

REVISÃO DOS MÉTODOS DE LOTEAMENTO

A noção de propriedade e prerrogativas fundiárias está habitualmente dissociada da noção de construção e propriedade da coisa edificada. Esta dissociação, responsável por grande parte das desordens urbanas, é de origem **rural**. No campo, o terreno é o objeto principal, sua cultura, a base da atividade do ocupante. O valor e a rentabilidade do terreno é uma conseqüência direta do seu trabalho. A casa é um acessório que pode perfeitamente não existir ou estar separado.

Na cidade, ao contrário, o terreno é um acessório cujo papel é de permitir a implantação do prédio na trama das funções e serviços urbanos da coletividade.

A rentabilidade depende da construção que é o objetivo principal da operação. O valor não está senão fracamente ligado às características do próprio terreno, mas sim aos equipamentos e estabelecimentos feitos em sua volta e em sua vizinhança pela cidade. Este valor se traduz na noção de situação.

A aplicação dos mesmos textos, das mesmas noções e dos mesmos direitos a dois casos tão contraditórios assinalou a falência de todos os urbanismos, colocou a comunidade na dependência dos titulares da situação, dando-lhes o direito de decidir sôbre o emprêgo dos investimentos públicos, de se oporem à sua correta utilização.

Esta situação levou a autoridade pública a uma atitude passiva de recusa e de interdição que a coloca, em muitos casos, em oposição aberta com seus administrados, enquadrando a maior parte das determinações no caminho das derrogações, das concessões, provocando capitulações sempre desfavoráveis à qualidade do produto terminado, a partir do interêsse final dos proprietários.

Esta atitude passiva, aplicável na Europa no quadro de métodos de urbanismo do século XIX, quando apenas os espaços públicos eram objeto de atenção da coletividade, definia-se através de um alinhamento e de um gabarito, determinantes que limitavam os espaços públicos, no interior dos quais os particulares faziam o que queriam, desde que respeitassem algumas regras de higiene.

O urbanismo contemporâneo abriu possibilidade a contribuições infinitamente mais importantes para o confôrto, à eficácia e à rentabilidade das operações de construção.

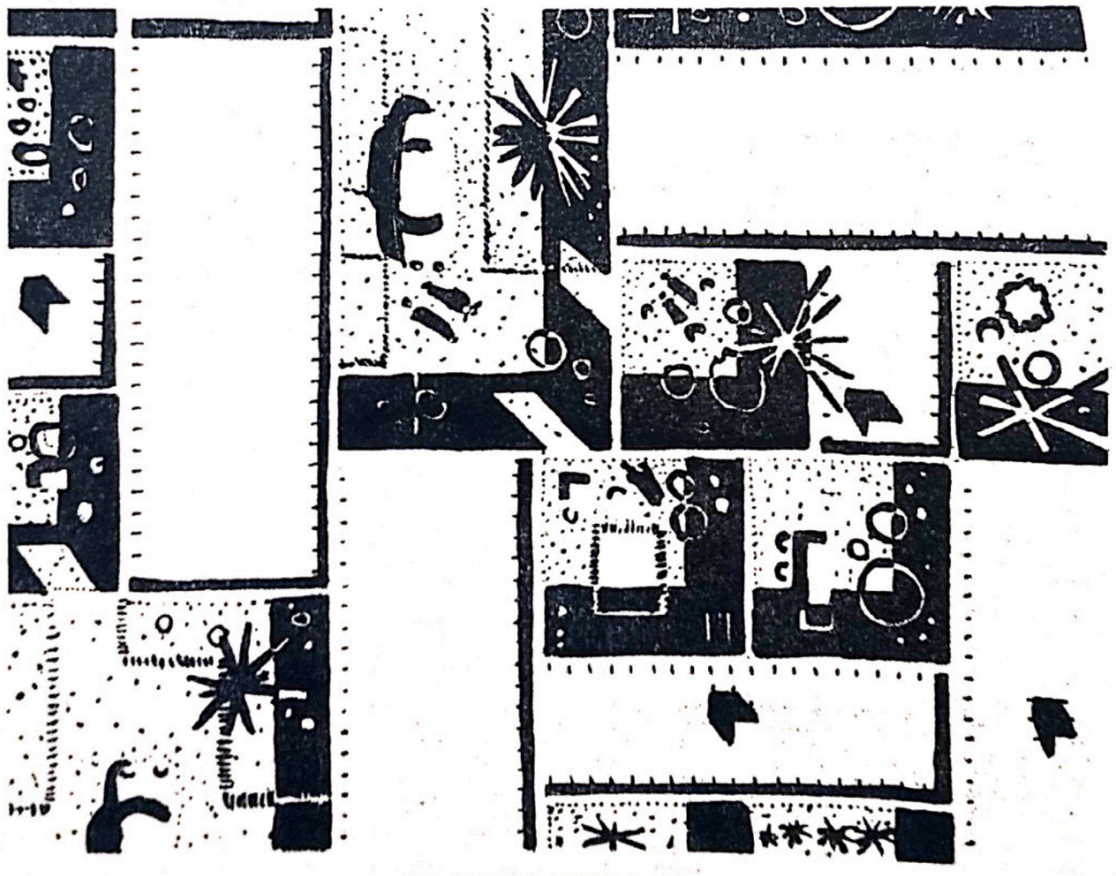
Estas contribuições estão totalmente condicionadas pelas interações dos volumes e funções. Nenhuma construção pode ser considerada, pensada isoladamente.

Nenhum dos proprietários individuais de terrenos dispõe de elementos e de competência necessária para avaliar estas interações e conceber uma solução conciliatória aos interêsses comuns.

Apenas a coletividade, com a condição de aplicar um método sadio e maleável de pesquisa, pode chegar a uma conciliação dos interêsses individuais e do interêsse comum. A ela compete então sair desta atitude passiva, propor, aperfeiçoar soluções urbanas e não mais apenas definir o que é proibido.

No que concerne ao loteamento, a noção de propriedade fundiária deve estar indissolùvelmente ligada à de propriedade construída. A concessão de direitos de qualquer natureza sôbre um terreno nu é inconcebível em um complexo urbano. São os meios (terrenos e equipamentos urbanos) de realizar uma determinada construção que podem ser concedidos ou vendidos.

Os textos existentes permitem, em quase todos os casos, a aplicação de tal política, sob a condição de que a coletividade tenha efetuado corretamente e em tempo útil, os estudos de urbanismo, de plano de massa e sobretudo de coordenação arquitetônica.



Plano de massa de habitações em pátio.

Apenas uma opção condicional pode ser concedida antes da licença para construir, a autorização para ocupar sob a justificativa da possibilidade de enfrentar a realização prevista sem prazo. A propriedade não nasce senão através da execução dos trabalhos.

Uma importância tôda especial deve ser concedida aos prazos de valorização. Os atrasos nesse domínio são em grande parte responsáveis pela hipertrofia dos orçamentos da infra-estrutura. Se os terrenos equipados não são construídos, o mau emprêgo das infra-estruturas realizadas conduz sempre à criação de novas para atender as necessidades da população.

Além disso, no caso dos atrasos acima citados, a tolerância constitui-se em prêmio ao não investimento, a coletividade financia indiretamente as mais-valias adquiridas pelo terreno, proporcionalmente ao atraso da realização.

UM LOTEAMENTO DEVE SER PRECEDIDO:

- **por um estudo de urbanismo**
- **por um estudo de plano de massa**
- **por um estudo de coordenação arquitetural e adoção de um método de aplicação.**

O pedido de licenciamento para construir num lote deve estar baseado sôbre o número de metros quadrados de pisos a construir e não sôbre a área do terreno nu.

O valor de um lote deve ser cotado, não em função de sua área, mas em função da infra-estrutura, dos equipamentos públicos de que ela necessita. A linear na margem de uma via, é uma base equitativa nos loteamentos bem estudados.

Os aportes financeiros ao problema, e em particular os empréstimos, devem se referir ao conjunto da operação, terreno, construção, equipamento.

Apenas o ato de construir pode dar origem ao direito de uma pessoa sôbre um terreno em um loteamento urbano.

Em cada quarteirão não-equipado, um volante financeiro (fundiário?) corretamente traçado e se possível equipado deve ser colocado à disposição da população em troca de terrenos mal loteados nos quais nenhuma permissão de construir e nenhum título deveria ser concedido. Uma remodelação progressiva e amigável pode assim ser organizada.

AS ETAPAS DA INTERVENÇÃO

A África não é suficientemente rica para se dar ao luxo do provisório, para consagrar seus meios financeiros à habitação transitória, a rascunhos de cidade.

Por acaso construímos uma gramática bastarda para os que ignoram as línguas internacionais, ou construímos carros resistentes aos choques para os que não sabem dirigí-los? Certo, fizemos óculos sem vidros para os que não tinham meios de comprar os verdadeiros. Um procedimento idêntico nos levou a fazer casas definitivas que não comportavam, — nem as dimensões permitiam — alojar uma família, sem as contribuições essenciais da civilização, que são a sadia ocupação de um bairro, o abastecimento e o esgotamento necessários.

Na confluência atual das necessidades e dos meios tradicionais com os trazidos pela civilização moderna, convém orientar uns e outros para a aplicação que irá assegurar o máximo de eficácia na realização por etapas de um esquema **definitivo.**

Consagrar os meios da civilização industrial a assegurar paredes e tetos leva a negligenciar intervenções infinitamente mais úteis a longo prazo. As paredes e tetos já foram resolvidos pela tradição, em condições 10 vêzes mais econômicas. Em compensação, o traçado dos quarteirões, o saneamento e o abastecimento não podem ser assegurados pelos processos tradicionais. É, então, à etapa de transição para a sua execução que deve ser destinada a primeira porção dos meios a serem utilizados.

A concepção e o traçado devem ser pensados em função da conclusão da operação e devem permitir, de acôrdo com a elevação do nível de vida dos seus ocupantes ou de seus sucessores, a realização de uma habitação completa acorde com as normas razoáveis de ocupação, de tal modo que os ocupantes de amanhã não tenham que lamentar ou demolir os investimentos feitos pelos atuais.

Ao nível do urbanismo, espaço correspondentes a um tráfego em estado normal de desenvolvimento, devem ser reservados, mesmo que, feitos os cálculos das atuais necessidades, apenas uma pequena parte da rêde deva ser equipada.

A necessidade da dissociação do tráfego de automóvel e do tráfego de pedestres é muito difícil de ser evidenciada aos olhos das autoridades, a vista do reduzido movimento, em volume e em velocidade, constatável atualmente nas cidades subdesenvolvidas. Entretanto, o risco corrido pela negligência desta dissociação é considerável. Com efeito, no período intermediário, circuitos afluem, comércio e acessos não deixam de se implantar, condenando a reserva posterior das vias ao tráfego rápido de automóveis.

Devem também ser reservados locais necessários à criação dos empregos exigidos pelo equilíbrio social do quarteirão. Na Europa já foram publicados suficientes aglomerados de três-peças-cozinhas, para saber que um bairro não pode, sem desordem grave, ser constituído ùnicamente por habitações. Pelo menos 30% da população deve poder trabalhar no local onde mora. A falta disso, o meio social que vai constituir o bairro e permitir o equilíbrio humano da população, não chegará nunca a se criar e os indivíduos sofrerão a dissolução desmoralizante na multidão anônima que se escoa quotidianamente nos ovóides de transportes coletivos.

Sôbre êste ponto, as aparências do presente tranquilizam perniciosamente os espíritos.

O futuro pertence à África, aos que aceitam a enorme e exaltante responsabilidade de guiá-la. Tôdas as civilizações tiveram a arquitetura que mereceram.

A história é um juiz implacável. Nossos netos julgarão nossa época como nós julgamos a daqueles que nos antecederam, não em função da potência material ou das vitórias militares, mas em função de nossa contribuição cultural. A longo prazo, a arte e a arquitetura são as únicas provas tangíveis da civilização.

A sociedade africana das cidades, quase que inteiramente composta de antigos habitantes rurais, conserva vivos os laços sociais da tradição tribal. Se o quadro físico que lhes é aberto não suscita, ou mesmo não permite a criação de um nôvo "status" social baseado no bairro, é inútil esperar que as gerações futuras escapem das piores desordens humanas. □

Mais de 1.000 arquitetos
já compraram na

MOBILIA
CON
TEMPO
RÂNEA

Isto lhe diz alguma coisa?

São Paulo: Praça Roosevelt, 134 - Av. Vieira de Carvalho, 191 - Rio de Janeiro: Rua dos Jangadeiros, 6-A, Ipanema - Belo Horizonte: Rua da Bahia, 1182 - Rua São Paulo, 810 - Curitiba: Travessa Jesuíno Marcondes, 40 - Belém: Av. Governador José Malcher, 1693 - Salvador: Rua Senador Costa Pinto, 51 - Santos: Praça José Bonifácio, 53. Pôrto Alegre, Pelotas, Santa Maria: Lojas Imcosul.

Líbano: Centro de formação e tratamento de menores delinqüentes

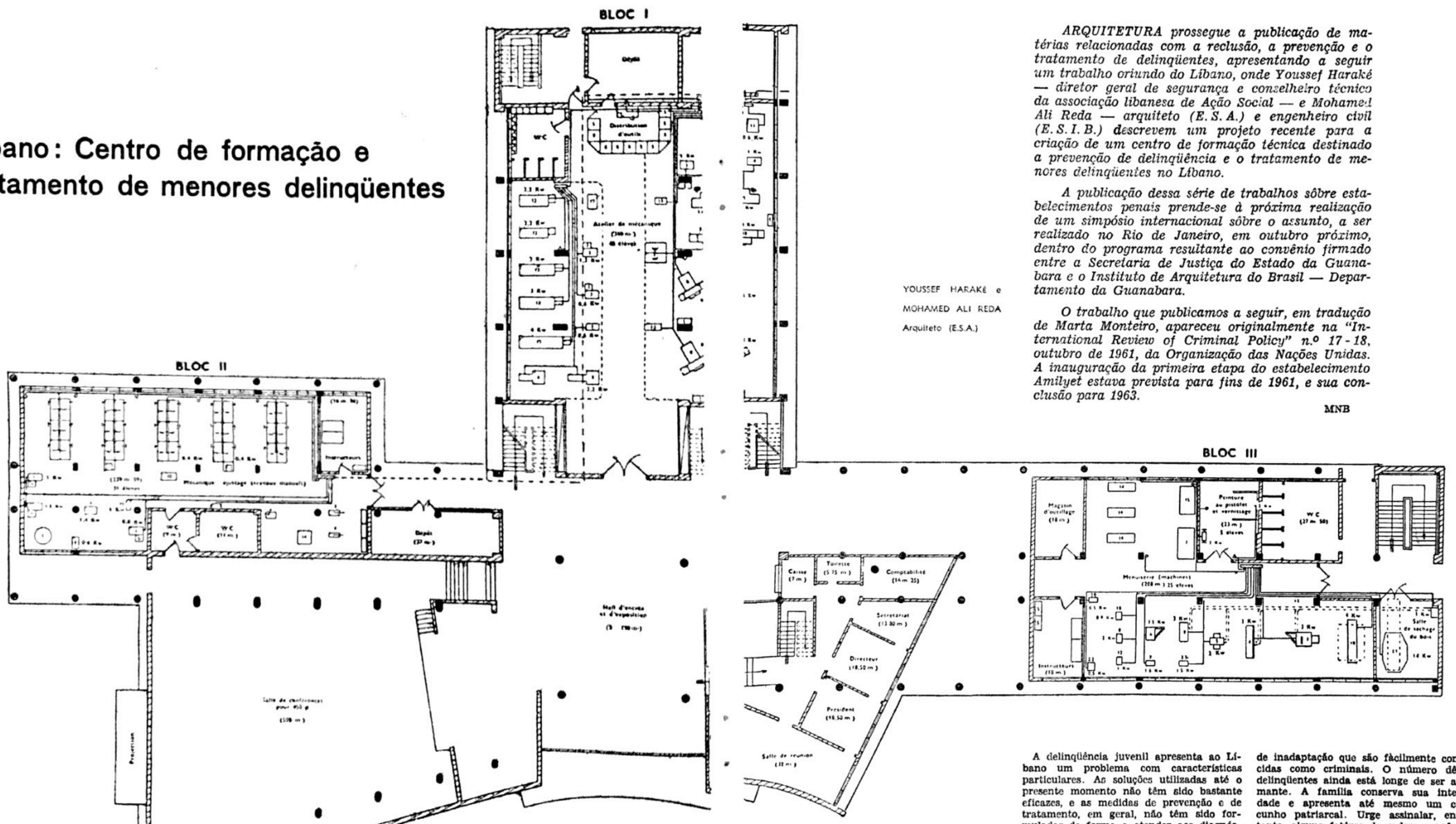
YOUSSEF HARAKÉ e
MOHAMED ALI REDA
Arquiteto (E.S.A.)

ARQUITETURA prossegue a publicação de matérias relacionadas com a reclusão, a prevenção e o tratamento de delinqüentes, apresentando a seguir um trabalho oriundo do Líbano, onde Youssef Haraké — diretor geral de segurança e conselheiro técnico da associação libanesa de Ação Social — e Mohamed Ali Reda — arquiteto (E.S.A.) e engenheiro civil (E.S.I.B.) descrevem um projeto recente para a criação de um centro de formação técnica destinado a prevenção de delinqüência e o tratamento de menores delinqüentes no Líbano.

A publicação dessa série de trabalhos sôbre estabelecimentos penais prende-se à próxima realização de um simpósio internacional sôbre o assunto, a ser realizado no Rio de Janeiro, em outubro próximo, dentro do programa resultante ao convênio firmado entre a Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara e o Instituto de Arquitetura do Brasil — Departamento da Guanabara.

O trabalho que publicamos a seguir, em tradução de Marta Monteiro, apareceu originalmente na "International Review of Criminal Policy" n.º 17 - 18, outubro de 1961, da Organização das Nações Unidas. A inauguração da primeira etapa do estabelecimento Amilyet estava prevista para fins de 1961, e sua conclusão para 1963.

MNB



A delinqüência juvenil apresenta ao Líbano um problema com características particulares. As soluções utilizadas até o presente momento não têm sido bastante eficazes, e as medidas de prevenção e de tratamento, em geral, não têm sido formuladas de forma a atender aos diagnósticos e causas principais desta delinqüência. Assim, a Casa de Reeducação do Dar El Sawan e o centro de observação situado nos subúrbios de Beirute não obtiveram resultados satisfatórios.

De fato, no Líbano, os menores delinqüentes pertencem quase que exclusivamente a famílias pobres. A miséria os induz a cometer certas infrações que não refletem, de forma alguma, as disposições de inadaptação que são fàcilmente conhecidas como criminais. O número dêsses delinqüentes ainda está longe de ser alarmante. A família conserva sua integridade e apresenta até mesmo um certo cunho patriarcal. Urge assinalar, entretanto, alguns fatôres de ordem econômica e social que exercem atualmente uma influência bastante desfavorável com relação à integridade da família, forçando os menores, precocemente, seja a um trabalho físico demais penoso, seja à delinqüência e à vagabundagem. É de se esperar, conseqüentemente, que a delinqüência juvenil aumente sensivelmente em futuro próximo, a menos que sejam tomadas medidas eficazes visando tanto a prevenção como o tratamento e a reeducação.

O govêrno do Líbano visa, atualmente, o estabelecimento de centros de formação técnica para menores, como medida ao mesmo tempo preventiva e reeducativa. Para tanto, as associações beneficentes e organizações privadas, dedicadas a tais misteres são não só subvercionadas como se beneficiam de diversos privilégios. Estão por exemplo, isentas de impostos e gozam de isenção alfandegária sôbre todo material importado relacionado com o equipamento e operação dêsses estabelecimentos.

Os centros de formação técnica destinam-se sobretudo aos menores pertencentes a famílias operárias pobres, de onde provém a maior parte dos delinqüentes do Líbano. Abrigar êsses menores totalmente, dando-lhes uma formação técnica, seria por certo um meio eficaz de lutar contra a vagabundagem e a delinqüência.

O govêrno visa, ainda, a possibilidade de atribuir a êsses centros por decisão do tribunal, a tarefa de abrigar menores delinqüentes ou menores que necessitem de cuidados e proteção. Os centros receberiam então uma subvenção diária para cada menor que lhe fôsse assim confiado.

A associação libanesa de ação social, assistida por subsídios fornecido pelo Estado, iniciou a construção de um estabelecimento neste gênero, chamado "Amilyet". Êste estabelecimento, do qual se dá a seguir uma descrição, poderá ser considerado como um protótipo dos centros de formação técnica, sob o ponto de vista de prevenção da delinqüência e da reeducação dos jovens delinqüentes no Líbano.

O PROJETO

1. Escolha do terreno

Os promotores do projeto procuraram, inicialmente, escolher um terreno apropriado a semelhante empreendimento. O lote que encontraram está situado nos subúrbios de Beirute, — a dois quilômetros de um grupo de pequenos aglomerados de refugiados palestinos, cujas condições econômicas deixam muito a desejar, — e é de fácil acesso, uma vez que está ligado à cidade por uma estrada de 12m de largura. O prolongamento desta estrada o colocará em contato com os povoados de Chianh e Borj Brajné, aglomerações de operários conhecidas pela sua miséria e pobreza dos habitantes. O lote forma uma ilhota cercada por estradas de 12m de largura. Apesar disto, a calma e a tranqüilidade necessárias a um estabelecimento dêste gênero não foram sacrificadas, já que está sòmente numa bifurcação e o lugar não tem casas em sua visinhança imediata.

O lote está situado numa ligeira elevação do terreno, e oferece uma vista panorâmica sôbre o mar, que está próximo, as montanhas circunvizinhas e a planície costeira.

A superfície do terreno é de 8.400 m², mínimo possível para assegurar uma atmosfera adequada ao bom funcionamento de um estabelecimento dessa natureza.

2. Concepção do plano

Os principais elementos que presidiram à escolha do projeto arquitetônico podem ser resumidos conforme se segue:

Em primeiro lugar, a orientação dada aos blocos destinados ao ensino e ao repouso obedeceu aos dados climáticos da região: sol, chuvas e ventos dominantes. A orientação sudoeste tem um papel primordial nesta região do Oriente Médio. É de lá, efetivamente, que sopra o vento moderado da estação quente mediterrânea e também de onde irradia o calor solar da estação chuvosa e fria. Para alias êstes dois elementos, o arquiteto orientou as salas de aula de forma a permitir uma corrente de ar Sul-Norte. Além disso, foram previstos alpendres afim de impedir a penetração do sol no interior das peças no verão e de deixá-lo irradiar no inverno. Um jôgo de janelas altas e baixas permite uma direção eficaz da ventilação.

Outra preocupação presente no projeto foi a de distribuir, em blocos separados e distintos, as três funções primordiais de um estabelecimento dessa natureza: trabalho, repouso e recreação. O estabelecimento compõe-se de três blocos distintos, cercado de jardins, interligados entre si por uma construção baixa que assegura-lhes a articulação (vide perspectiva, fig. 1). As oficinas barulhentas, metalurgia, marcenaria, mecânica e solda, foram isoladas das salas de aula e do internato.

Os dois blocos, Leste e Oeste, que são relativamente baixos (um de dois e outro de três pavimentos acima do térreo) ocupam quase todo o terreno, e abrigam as salas de aula e de estudo, e as oficinas. As peças orientadas de forma a assegurar um otimum de ventilação e instalação ocupam a fachada Sul do terreno. Por questões econômicas, o subsolo e o térreo de cada um dêsses blocos foram reservados às oficinas de máquinas pesadas.

O bloco central, de cinco andares acima do terraço, se eleva perpendicularmente aos dois primeiros. No térreo está instalada a oficina mecânica, e no primeiro andar uma oficina eletrotécnica, nos outros andares estão a cozinha do internato, o refeitório, os dormitórios e uma biblioteca. O terraço do qual se descortina um belo panorama, serve de clube para os alunos, contramestres e professôres.

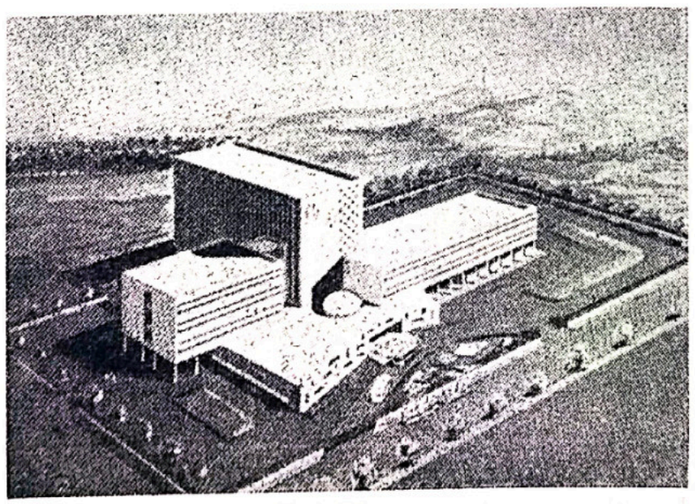
A construção mais baixa assegura uma articulação aos três blocos do estabelecimento e consta de um auditório de 450 lugares, da entrada do estabelecimento e dos escritórios da secretaria e da direção.

Uma característica importante dêste plano é a maneira pela qual se faz a circulação de um bloco ao outro e do conjunto para o exterior. Em primeiro lugar, é relevante assinalar que existe uma única entrada para todo estabelecimento, a mencionada no parágrafo anterior. Além do mais, tôdas as escadas — a exceção de duas: uma de emergência e outra de serviço — partem desta entrada e servem aos três blocos. Isto facilita o entretenimento, a circulação e sobretudo a vigilância dos alunos sem que isto lhes dê a impressão de serem observados.

3. Estudos individuais concernentes a locais e instalações

Para assegurar ao aluno uma utilização racional do espaço útil, cada peça foi estudada sob todos pontos de vista: orientação, móveis, materiais utilizados, côres, etc.

As salas de aula são suficientemente grandes para permitir a cada aluno se beneficiar de uma área média de 2,5m² (a superfície mínima geralmente admitida por adolescente era de 1,20m²) (1) e de um volume de ar de 9m³ (mínimo admitido: 4m³) (1). A disposição das janelas, dos bancos, do quadro negro proporciona iluminação pelo lado esquerdo do aluno, o que elimina tôda a sombra incômoda sôbre o plano de trabalho. As côres utilizadas serão repousantes sem ser ternas: verde escuro para o quadro negro, branco acinzentado para as paredes e teto, madeira para as carteiras. Para dar uma nota alegre, a porta de entrada da classe terá côr viva, côr esta a ser estudada em função da policromia do corredor.



Perspectiva do conjunto

Nas salas de aula, as paredes revestidas com o mesmo mosaico do piso até 1,5m acima do chão, são fàcilmente laváveis e pràticamente de muita duração. Um estrado ligeiramente elevado — 30 cm — está previsto para o instrutor.

Foram previstos armários para separar as salas dos corredores de circulação, proporcionando isolamento acústico. Estes armários servirão a fins múltiplos e mesmo de biblioteca. As oficinas têm a mesma condição e objetivo, em questão de detalhe, que as salas de aula, disposição dos planos de trabalho, côr, luz, rebôco, etc. O contramestre encerregado da fiscalização dos trabalhos fica isolado num escritório envidraçado, constituindo uma grande vantagem já que as oficinas são barulhentas.

Os dormitórios, divididos em compartimentos para oito leitos, ocupam, no projeto definitivo, o 4.º e o 5.º andares do bloco central. Isto assegura maior tranqüilidade e melhor aeração. As divisórias dos compartimentos dos dormitórios têm 2,25m de altura, e o pé direito é de 3,50m o que permite melhor vigilância em caso de balbúrdia organizada ou outras coisas. Além disso, existem pequenos dormitórios com cinco leitos. A área média por pensionista é de 6m², o mínimo admitido era 5m². Um jôgo de janelas permite a regularização da ventilação quase individualmente. Os pensionistas serão divididos entre o 4.º e o 5.º andares, segundo suas idades, estando prevista uma enfermaria em cada um dêstes pavimentos.

As instalações sanitárias foram projetadas com largueza. O quadro comparativo abaixo mostra os mínimos geralmente permitido e o que foi previsto em Amilyet.

Instalações previstas Por dormitórios:	Mínimo geralmente permitido
Lavatórios — 0,35m² por leito..	0,35m²
1 pia por 3 leitos.....	6 leitos
1 W.C. para 5 leitos.....	10 leitos
1 mictório para 8 leitos.....	12 leitos
1 chuveiro para 15 leitos.....	20 leitos
Para as salas de aula e área de recreação:	
1 W.C. para 30 alunos.....	40 alunos
1 mictório para 15 alunos.....	20 alunos

Os jardins e quadras de recreação foram objeto de estudo particular, tanto quanto a sua divisão quanto a composição. A implantação dos blocos as organizou em três partes:

a) um jardim situado perto dos escritórios do secretariado, dando para a fachada principal e servindo como zona de silêncio.
b) um grande pátio com orientação nordeste, protegido do vento e do sol do meio dia, destinado aos jogos barulhentos.
c) um pequeno pátio com orientação nordeste, para os jogos menos barulhentos.

Foi previsto, igualmente, um local para bicicletas e lambretas. O recinto será cercado por um muro alto guarnecido por uma verdejante cortina de grandes árvores.

A associação de ação social promotora do empreendimento desejava um terreno maior que lhe permtisse implantar uma escola, — jardim com mais espaços verdes. Apesar disso, espera ter conseguido evitar a sensação de opressão, impressão totalmente psíquica que um adolescente terá diante de uma escola construída em altura. Razões de ordem econômica e a especulação com os terrenos vizinhos obrigaram a restringir o tamanho do lote. No entanto, o aluno se sentirá, de qualquer forma, no campo, uma vez que de qualquer ponto onde esteja, nas três direções, a vista será total.

Em resumo, a associação espera ter resolvido os problemas que o funcionamento de um tal estabelecimento apresenta, no sentido de poder dispor de um ambiente favorável ao trabalho, à disciplina e à recreação.

CONSTRUÇÃO

1. Detalhes técnicos

Uma condição preliminar e essencial a uma construção dêste gênero, empreendida por uma associação beneficente, é a economia. Ao têrmos em conta economia pensamos logo, automàticamente, em estandardização. Isto se traduz em arquitetura pela modulação. Com efeito, aqui também, os pilares, as lajes, esquadrias, os revestimentos, etc., seguem um módulo. A conseqüência é uma liberdade total no plano para o engrandecimento ou mudanças de apresentação das salas de aula, oficinas e outras. Esta modulação foi elevada a tal ponto que só existem dois tipos de lajes e de pilares na estrutura, todos os degraus da escada são idênticos e só existe, para todo o conjunto, três tipos de janelas.

2. Materiais de construção

No que concerne à escolha dos materiais, apelou-se o mais possível para os de fabricação local. Uma vez que o Líbano produz cimento a preço razoável, nos decidimos por uma estrutura de concreto armado, paredes em tijolos ocos de cimento e revestimentos em mosaico. O mobiliário feito com madeira local (okal) é de fabricação libanesa; os vidros e as tintas são igualmente de origem local.

Só foram importados materiais não produzidos no Líbano: fios elétricos, madeiras maciças, móveis metálicos, aparelhos sanitários. O govêrno libanês consciente dos objetivos dêste estabelecimento, isentou, os produtos importados de taxas aduaneiras.

Uma vigilância minuciosa na execução do projeto permitiu economias consideráveis. As fundações foram cuidadosamente estudadas e o concreto armado testado em laboratório, o que permitiu aumentar o índice de resistência da estrutura, em graus ainda desconhecidos no Líbano.

3. Área construída

A — Superfície já construída	metros quadrados	
Subsolo.	500	500
Térreo.	—	
bloco leste	500	
bloco oeste.	450	
bloco norte.	600	
sala de conferências . .	500	
bloco central.	525	
	2.575	2.575
1.º andar		
bloco leste.	500	
bloco oeste.	450	
bloco norte.	825	
	1.775	1.775
2.º andar		
bloco leste.	500	
bloco oeste.	450	
bloco norte.	825	
	1.775	1.775
3.º andar.	1.775	1.775
B — Trabalho a realizar posteriormente:		
3.º andar		
bloco oeste	450	
bloco norte	600	
	1.050	1.050
4.º, 5.º e 6.º andares		
bloco norte.	600x3	1.800
	Total	9.475

PROGRAMA DE ENSINO DO ESTABELECIMENTO

Vários projetos relativos ao programa de ensino foram considerados pelos organizadores do empreendimento, tendo sido escolhido, por parecer de especialistas, o apresentado pelo Govêrno da República Federal da Alemanha, que se responsabilizava também pelo fornecimento do material e equipamento das diversas oficinas.

O programa de estudo estabelecido será desdobrado em 3 anos. Nos dois primeiros, o aluno se familiziará com as máquinas postas a sua disposição, aprenderá a usá-las e adquirirá, ao mesmo tempo, conhecimentos teóricos necessários à sua formação técnica.

Se o aluno passa com êxito êsses dois primeiros anos poderá optar, no terceiro ano, por um ramo profissional que lhe permitirá obter um diploma de auxiliar de engenheiro. Caso não o consiga, poderá sempre encontrar uma colocação adequada aos conhecimentos técnicos adquiridos.

Desta maneira, o estabelecimento, em sua forma atual, poderá contribuir não só para prevenção da delinqüência como, dentro de certos limites, para o tratamento e reeducação dos delinqüentes, como também fornecer ao País técnicos e auxiliares de engenheiros cuja carência é grande.

ETAPAS DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Por motivos exclusivamente financeiros — a associação libanesa de ação social não dispõe atualmente de fundos necessários à execução integral de todo o empreendimento — a execução do projeto se desenvolverá em duas etapas.

A primeira etapa consistirá na edificação do subsolo, do térreo e dos dois primeiros andares dos três blocos descritos anteriormente. Na segunda etapa, será edificada tôda a parte restante, isto é, o terceiro andar do bloco oeste, os terceiro, quarto e quinto andares do bloco central norte, bem como tôda a superestrutura.

1. Subsolo

O subsolo abrigará três oficinas para os trabalhos em metais que necessitam de isolamento acústicos:

1) Oficina de solda e funilaria;
2) Oficina de metalurgia;
3) Oficina de têmpera.

Cada oficina é provida de armazém e de um recinto de onde o chefe da oficina vigiará os alunos, através de uma separação de vidro, trabalhando tranqüilamente e afastado do barulho.

2. Térreo

Os blocos leste, central norte e o oeste abrigam respectivamente as oficinas de marcenaria, de ebanística e de mecânica. Cada oficina dispõe de um depósito para os utensílios, outro para a armazenagem e um recinto envidraçado para vigilância.

O bloco central sul inclui a sala de conferências, a entrada do estabelecimento e os escritórios da secretaria.

A sala de conferências foi estudada apropriadamente: visibilidade de todos os pontos, podendo ser ampliada em certas ocasiões pela adição do **hall** de entrada. A acústica da sala tem sonoridade polivalente para conferências, concertos, teatros e cinema.

O **hall** de entrada centraliza tôda a circulação e permite controlar qualquer saída do estabelecimento.

Numa parte do **hall** de entrada, formando um elemento à parte, numa elevação ligeira, se encontram os escritórios da administração, isolados por zonas de silêncio constituídas pelos corredores, salas de exposição e jardins.

3. Segundo andar

O bloco leste abriga uma oficina de trabalho manual em madeira, duas salas de aula para cursos teóricos, de trinta alunos cada uma. Um atelier fotográfico e uma sala de reunião para instrutores e contramestres. O bloco central norte inclui uma oficina de eletricidade e de eletrotécnica. No bloco oeste, estão previstas quatro salas de aula com capacidade para trinta alunos cada uma, e um escritório de vigilância.

4. Segundo andar

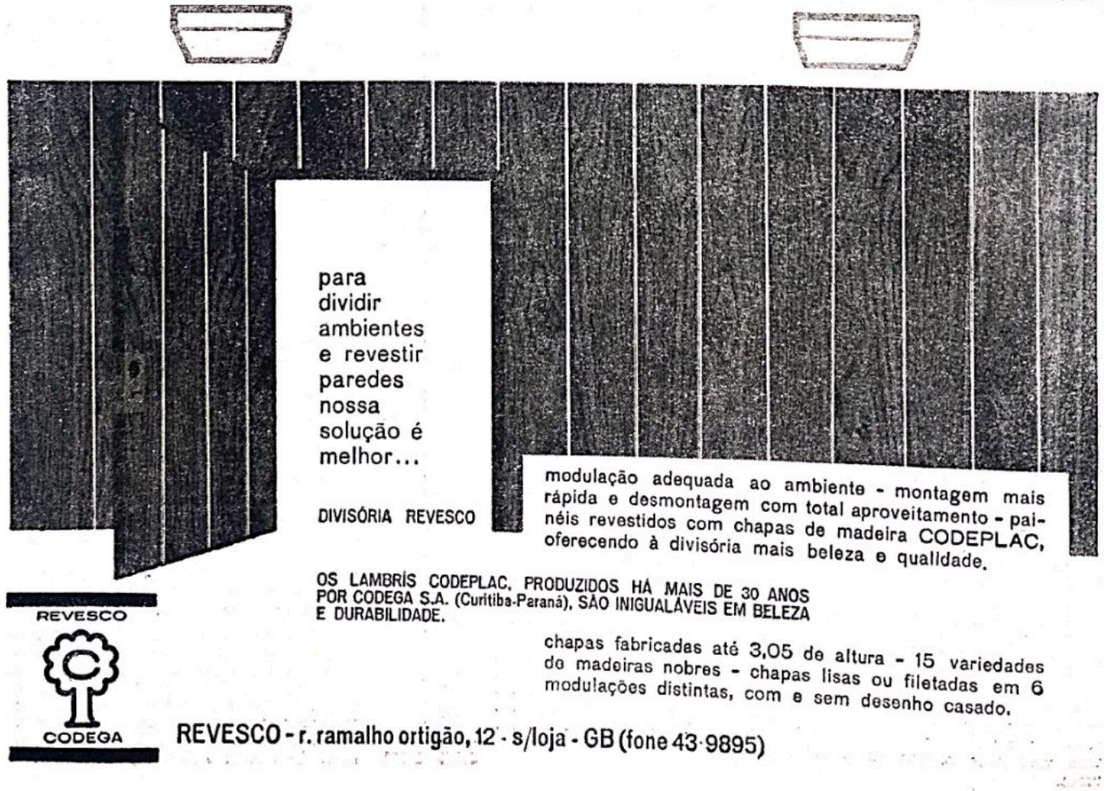
A título provisório, enquanto se espera pela segunda etapa de execução das obras, o segundo andar abriga salas de aulas, uma sala de leitura, a cozinha, os refeitórios e o dormitório. A biblioteca será definitivamente instalada no bloco oeste, onde gozará de um isolamento relativo e de uma excelente orientação.

CONCLUSÃO

Resulta do que foi dito que êste estabelecimento foi concebido de maneira a assegurar um ambiente de trabalho e de liberdade, permitindo porém uma permanente vigilância. Os recintos e as saídas foram previstos de tal forma que uma só pessoa é suficiente para vigiar as idas e vindas. Isto é de importância capital e permitirá alojar, sem inconvenientes, os menores delinqüentes que lhes possam ser confiados por decisão judiciária. O estabelecimento com sua primeira etapa construída pode acolher 90 menores, aos quais se reunirão 90 outros no segundo ano.

NOTA:

(1) As referências aos mínimos admitidos estão baseadas nas normas estabelecidas por Ernest Neufert: "Les éléments de projets de construction", editor Dunod, 1952, Paris. □



Ação comunal aplicada às áreas urbanas da América Latina

(Conclusão do número anterior)

B — A AÇÃO COMUNAL NA AMÉRICA LATINA

18. COMMUNITY DEVELOPMENT IN BRITISH GUIANA

Ashley, Cecil M. e Yhap, Lawrence K. Estudo inédito escrito pelo Community Development Project, University of Califórnia, Berkeley, 1951, 5 pp.

A ação comunal na Guiana Britânica é de responsabilidade do Ministério da Ação Comunal e da Educação. Seus objetivos principais são a de estimular o interêsse para o desenvolvimento econômico e social e fomentar e assistir esquemas de auto-ajuda nas comunidades, especialmente em áreas rurais. Trata-se ainda do financiamento do pessoal; o adestramento e a valorização dos progressos. A publicação está acompanhada de um mapa gráfico para mostrar as vinculações do programa com as agências governamentais e não governamentais.

19. LA TEORIA Y LA REALIDAD DEL CAMBIO SOCIOCULTURAL EN COLOMBIA

Fals Borda, Orlando. Artigo em Monografias Sociológicas n.º 2, Universidade Nacional da Colômbia. Bogotá, Colômbia, 1959, 44 pp.

Imanente no processo da ação comunal é a mudança sócio-cultural. Esta excelente monografia, feita por eminente sociólogo colombiano, trata um aspecto importante da ação comunal que não deve ser esquecida pelos estudiosos do planejamento físico. A análise se baseia no "Sítio-laboratório" de Saveio, uma pequena comunidade rural do norte de Bogota. Em tais localidades as mudanças ocorrem ou por fatôres espontâneos internos ou pelo estímulo das influências externas. A aceitação das mudanças nas normas sociais e a integração de novos elementos estão presentes no "racionalismo" de tais comunidades tradicionais.

20. HACIA UN MEJORAMENTO SOCIAL

Fondo Nacional de Caminos Vecinales. Bogotá, Colômbia, 1962, 40 pp.

Outra apresentação simples dos conceitos da ação comunal. Proclamando "a ação comunal para todos os colombianos", o folheto descreve, através de uma série de esboços, as medidas para levar a cabo o melhoramento físico e econômico, por meio da concentração de fundos e trabalhos. "El Olvido" é a aldeia onde o analfabetismo e as enfermidades formam só uma parte do desfalecimento econômico total. A publicação bosqueja, etapa por etapa, a formação da comunidade em uma unidade cooperante; o pedido à agência governamental pelo conselho dos engenheiros de ajuda financeira; a participação voluntária no trabalho; e o término de uma estrada para transportes que pode levar a bons mercados os produtos de "El Olvido", fomentando assim o bem-estar geral da aldeia.

21. COMMUNITY DEVELOPMENT IN HAITI

Hector, S. L. Estudo inédito, do Community Development Project, University of California, Berkeley, 1961, 5 pp.

Êste ensaio é um breve relato histórico do crescimento do Programa de Educação Cooperativa do Haiti, auspiciado pelo Ministério da Agricultura. Os objetivos do programa são essencialmente rurais na sua orientação, e incluem a educação de mestres, a implantação de escolas para as comunidades e a preparação de matérias instrutivas. Investigam-se a relação de tais atividades com vários departamentos e comissões governamentais.

22. GUIA DE TRABAJADORES DE COMUNIDAD

Misión Andina en el Ecuador. Campãna Nacional de Integración. Quito, Ecuador, 1960, 25 pp.

O guia foi escrito para os trabalhadores que operam na ação comunal em geral, e especialmente, para os que colaboram com a Missão Andina, programa governamental equatoriano para a população indígena rural. O programa da Missão Andina explica os métodos usados no trato com a comunidade, a investigação preliminar e o desenvolvimento posterior, a formação do departamento local, o planejamento e o trabalho com a comunidade.

23. PLANO DE AÇÃO: 1963-1966.

Escritório Central de Coordenação e Planificação. Caracas, Venezuela, 1962, 422 pp.

Descrevendo as condições precárias e a privação dos bairros marginais nas crescentes cidades da Venezuela, êste importante e completo plano de quatro anos inclui a incrementação de habitações adequadas entre as muitas metas do esquema de desenvolvimento daquele País. A Fundação para o desenvolvimento da Comunidade e Fomento Municipal foi criada em janeiro de 1962, com o propósito de assessorar os projetos de demonstração nas comunidades que se encontram encarregadas dos programas de auto-ajuda. O documento enfatiza o valor das "fôrças produtivas latentes na comunidade" e a cooperação possível entre as várias agências nacionais e locais, que devem harmonizar a ação comunal com amplos fins sociais e econômicos da nação.

24. ESTATUTOS PARA JUNTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Escritório Nacional de Planejamento e Urbanismo, Lima, Peru, 22 pp.

A composição e jurisdição das juntas do Desenvolvimento em cidades peruanas se estabelecem por lei, como se explica neste folheto. Estas juntas aconselham a "Autoridade Comunal", seja êste o Conselho Municipal ou no caso das comunidades indígenas, a Junta Diretiva. A Junta de Desenvolvimento é formada por chefes comunais, que ajudariam a levar à sua Comunidade os benefícios dos vários programas governamentais, por meio de melhor coordenação e vigilância dos esforços de autoridades locais. Entre responsabilidades das juntas se incluem o avanço da agricultura, manutenção das ruas e serviços públicos tais como saúde pública e educação.

25. PLANEJAMENTO PARA MELHORAR A COMUNIDADE

Escritório Nacional de Planejamento e Urbanismo, Lima, Peru, 1962, 11 pp.

Um pequeno folheto que explica por meio de cartões e exposições simples o conceito de auto-ajuda na resolução de problemas comunais, tais como a parte de eletricidade, escolas, rêde de esgotos e distribuição de água; e o desenvolvimento desordenado das ruas e outros serviços urbanos. "Para solucionar êstes problemas necessita-se de PLANEJAMENTO", diz o folheto, e o Plano Regulador se enuncia como o instrumento coordenador de que se vinha valendo a Junta do Desenvolvimento local (veja-se a informação n.º 24) para levar a cabo o desejado "melhoramento da comunidade".

26. CHILE'S SOLUTION TO A GLOBAL PROBLEM: HOUSING

Programa de Assistência Técnica. Robinson, Harold, USOM, Chile, Santiago, 1959, 360 pp.

Este amplo informe sôbre a ajuda técnica no campo da habitação é um valioso conjunto de informes à ação comunal devido aos êxitos únicos do Chile nos programas de habitações baseados na auto-ajuda.

27. COMMUNITY DEVELOPMENT IN VENEZUELA

Schaedel, Richard e Wisdom, Robert. Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), Caracas, Venezuela, 1962, 26 pp.

Os autores dêste curto ensaio, publicado também em espanhol, examinam como as características institucionais do povo venezuelano têm provido um ambiente favorável para o estabelecimento de um programa nacional de ação comunal nos anos recém-findos. Descreve-se a índole dos centros de adrestamento e das instalações do programa, e também se relatam seus recentes progressos e suas implicações econômicas e sociais. O informe detém-se sôbre as cidades, vinculando a ação comunal à habitação urbana e ao melhoramento das tais finalidades municipais com as ruas e os parques.

28. DOCUMENTAÇÃO DA PRIMEIRA REUNIÃO DE TRABALHO SÔBRE ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA AMÉRICA LATINA

Quito, Equador, 1962 — Vários autores.

Valiosa série de estudos que tratam, sucintamente, de aspectos distintos da ação comunal na América Latina. Inclui o seguinte: o conceito de ação comunal; seu papel nos planos gerais de desenvolvimento econômico; princípios básicos dos programas; as perguntas sôbre a relação entre os programas rurais e urbanos; a contribuição dos departamentos técnicos; os departamentos de administração local e as organizações privadas na ação comunal; o estabelecimento e funcionamento de projetos experimentais; e a avaliação dos programas.

29. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE RURAL NO BRASIL, NO EQUADOR E NO PERU

Série de Estudos das Nações Unidas sôbre o Desenvolvimento da Comunidade, ONU, Nova Iorque, 1959, 37 pp.

Informe por um grupo encarregado de formular a política e os programas da ação comunal em seus respectivos países, feito depois da revisão de projetos rurais no Brasil, Equador e Peru. No trabalho, se observa: 1) para que sejam efetivos, os programas requerem o planejamento nacional e a participação de um número amplo de organizações governamentais e não-governamentais; 2) antes que se possam estender os programas para satisfazer as necessidades nacionais, há que se intensificar consideràvelmente a formação do pessoal especializado.

30. COMMUNITY DEVELOPMENT IN BRAZIL

Wisdom, R. W. Public and Business Administration Division, USOM/Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 1959, 19 pp.

Uma descrição concisa da evolução da ação comunal rural no Brasil. O estudo começa com um pequeno histórico do Programa de Ação Comunal no Brasil e de suas várias agências. Estas incluem: a CNER (Campanha Nacional de Educação Rural), estabelecida em 1953, cujo objetivo primordial é terminar com o isolamento das populações rurais; a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), criada em 1956, uma comissão do Estado para prover o crédito agrícola e a educação; o SSR (Serviço Social Rural), fundado em 1955, estabelecido para prover o bem-estar social nas áreas rurais — O escritório fundamentalmente responsável para os programas de ação comunal no Brasil; e a CRB (Confederação Rural Brasileira), 1945, estabelecida por lei federal para organizar associações rurais para que se defendam "os direitos, interêsses e aspirações rurais". Descreve-se nesta súmula, ampla extensão de atividades atuais.

31. COMUNIDADE — CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Wisdom, Robert. Divisão de Administração Pública e de Emprêsas. USOM/Brasil, 1966, 17 pp.

Publicação ilustrada, em português, para distribuição popular explicando o conceito de comunidade como a chave do desenvolvimento rural. Representa um documento preparado para a educação pública nos princípios da ação comunal.

C — A AÇÃO COMUNAL URBANA NA AMÉRICA LATINA

32. OS PROBLEMAS DE HOJE DA AMÉRICA LATINA

Ação na Venezuela, Caracas — Venezuela, 1962, 8 pp. e apêndices.

Entre as agências dedicadas ao desenvolvimento comunal urbano, há um número de grupos privados. AÇÃO na Venezuela, uma fundação norte-americana de caráter privado, apolítica e independente, é um dêsses grupos que se concentra no desenvolvimento comunal nas áreas de favelas, das vilas e cidades da Venezuela. Esta publicação apresenta uma rápida explicação do propósito e dos programas da AÇÃO.

33. O FATOR HUMANO NOS PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO DE FAVELAS

Albano, M. Josephina R. Centro Interamericano de Habitação, Bogotá, Colômbia, 1957, 19 pp.

A autora desta publicação, especialista brasileira no estudo de problemas do bem-estar social, uma das mais importantes na América Latina, chama a atenção para os aspectos sociais da habitação e o desenvolvimento da comunidade. Em programas de recuperação de favelas a A. enfatiza as necessidades do indivíduo, as mudanças de costumes e desenvolvimento pessoal, e a integração na comunidade e na vida nacional por meio das "associações de bairros".

34. SÍNTESE INFORMATIVA DOS REGIMES DE ESFÔRÇO PRÓPRIO E AJUDA MÚTUA, E SUA CARACTERIZAÇÃO LEGAL

Arrigone, Jorge Luiz e Peralta de Arrigone, Helga: Sociedade Central de Arquitetos, Buenos Aires, 1961, 114 pp.

"O sistema de Esfôrço Próprio aplicado a programas de habitação", explicam os autores, "pode definir-se como aquêle mediante o qual um indivíduo constrói sua própria casa com a participação voluntária e gratuita de sua mão-de-obra, recebendo ajuda de uma entidade patrocinadora". Esta publicação bosqueja com amplitude os tipos de problemas que se podem resolver com auto-ajuda na habitação, ilustrando com estudos de casos por tôda América Latina, distintos aos de Pôrto Rico e do Chile. Embora o foco seja habitação, sua estrutura é a comunidade.

35. BOLETIM NÚMERO 20.363: MOÇÃO DOS SENADORES TOMIC, FREI, PABLO E ECHAVARRIA QUE DÁ RECONHECIMENTO LEGAL ÀS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

Santiago, Chile, 1963, 10 pp.

Trata-se de um projeto de lei para o Chile que prepararia a base para o desenvolvimento comunal urbano: 1) pelo reconhecimento legal das Associações de Bairros sob o contrôle dos seus respectivos Municípios; 2) pela aprovação da organização de juntas para preparar seus próprios programas de desenvolvimento, com ajuda técnica; 3) permitindo às Juntas de Bairros intervir na solução do problema da população não urbanizada. As juntas cumpriram uma função no desenvolvimento da comunidade parecida às do Peru, Colômbia e Venezuela.

36. AÇÃO COMUNAL NA COLÔMBIA

CARE e a Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia, 1962, 177 pp.

Baseada num trabalho preliminar, em inglês, muito completo, de 1960, esta publicação representa um informe bastante consciencioso que se submeteu à Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia por um consultor especial da CARE. Sua análise cuidadosa dos problemas da comunidade naquele País inclui estudos de quatorze aldeias representativas donde se levou a cabo tarefas do desenvolvimento comunal, tal como "Pio Doce: esfôrço próprio em um bairro urbano". Descreve ademais, as instituições vinculadas neste trabalho: nacionais, internacionais, e as associações privadas de educação e beneficência. Ação Comunal na Colômbia é uma contribuição sobressalente à literatura sôbre êste tema.

37. BELO HORIZONTE: PROJETO DE RECUPERAÇÃO URBANA

Centro Interamericano de Habitação e Planejamento. Bogotá, Colômbia, 1958, 94 pp.

Um estudo progressista em um bairro favelado em Bogotá, que esclarece as medidas básicas necessárias para os programas futuros de renovação urbana na América Latina. Demonstra o uso das técnicas de desenvolvimento da comunidade que se aplicam com êxito à recuperação de uma área restrita.

38. GUIA GERAL PARA UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Centro Interamericano de Habitação e Planejamento. Bogotá, Colômbia, 1961, 21 pp.

Documento condensado que explica as definições, a necessidade, os princípios fundamentais, a história e os elementos envoltos no desenvolvimento da comunidade do ponto de vista de um assistente social. Embora rápida e geral, a explicação da formação e organização dos assistentes do desenvolvimento comunal, as etapas necessárias, e os ajustes nas equipes de trabalho, é muito valiosa.

39. MESAS-REDONDAS SÔBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA HABITAÇÃO

Centro Interamericano de Habitação e Planejamento. Bogotá, Colômbia, 1959, 33 pp.

A CINVA tem dirigido os programas de ajuda mútua e esfôrço próprio no estudo da habitação, na América Latina, e prepara, presentemente, a base para os planos ativos de desenvolvimento das comunidades urbanas na Colômbia e Venezuela. Êste informe original trata dos aspectos sociais da ajuda mútua, da organização dos moradores em bairros favelados e da função dos serviços sociais no programa.

40. SILOÉ: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO COMUNAL APLICADO A UM PROJETO DE RECUPERAÇÃO URBANA

Centro Interamericano de Habitação e Planejamento. Bogotá, Colômbia, 1958, 91 pp.

É uma valiosa publicação em que se descreve a evolução de um projeto renovador cuja duração foi de dez semanas em 1957. A ação do desenvolvimento comunal compreendeu um grande setor urbano de casebres levantados por seus próprios moradores, em Cali, Colômbia. O projeto dividiu-se em 4 partes: 1) Preparação da área para o projeto; 2) Bosquejo sócio-econômico; 3) Análise e programação; 4) Ação e recomendações. Especialmente valioso é o informe sôbre a metodologia do desenvolvimento comunal na sua verdadeira evolução em Siloé. Incluem-se detalhes sôbre como se estimular o interêsse do grupo em compreender seus próprios problemas; sôbre como se orientou para que o grupo confiasse em si mesmo, nas autoridades e no projeto; e sôbre como se formou na comunidade a organização para a resolução dos seus próprios problemas, assegurando a continuidade do programa. Êste documento possui um bom resumo em inglês.

41. BOLETIM INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO VENEZUELANA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

Comissão Delegada da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal, Caracas, Venezuela, 1962, 37 pp.

O setor venezuelano da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal tem como um dos seus objetivos promover o desenvolvimento comunal, fomentando em particular a responsabilidade local pelos assuntos municipais — um fenômeno algo contrário à tradição latino-americana. Êste documento dá importância à necessidade de estreita cooperação entre as repartições do govêrno, os técnicos especializados, e os meios de comunicação pública. Inclui-se uma descrição da agência governamental, a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e Fomento Municipal (mencionada na informação n.º 5). O documento enfatiza a importância política do desenvolvimento econômico e social, e descreve o objetivo do programa nacional, como colaborador "com os habitantes das comunidades e municipalidades para que se ajudem entre si, tanto na forma individual como coletiva, complementando desta maneira os esforços do govêrno nacional".

42. NOTAS SÔBRE A AÇÃO COMUNAL NA COLÔMBIA

Departamento Administrativo de Planejamento e Serviços Técnicos, Bogotá, Colômbia, 1960, 44 pp.

A Colômbia é, talvez, o País hispano-americano mais avançado no campo da ação comunal. Êste excelente boletim popular, detalhando o suficiente para o interêsse dos técnicos, explica a base legal e administrativa para o processo do desenvolvimento comunal. Descreve os podêres dados às Juntas de Ação Comunal e os sistemas e métodos mais eficazes. O boletim apresenta de forma clara os princípios da ação comunal, as etapas gerais no desenvolvimento de um programa, o papel das juntas, o uso dos recursos humanos e os métodos para organizar o desenvolvimento ao nível tanto local como nacional.

43. AÇÃO COMUNAL: QUE É? COMO SE FAZ? POR QUÊ?

Divisão de Ação Comunal, Ministério do Govêrno, Num. 1, Bogotá, Colômbia, 1962, 1 p.

Folheto educacional sôbre as atividades da Agência de Ação Comunal que se mencionou nas informações 36 e 46. A definição da ONU do desenvolvimento comunal é seguida de uma explicação em têrmos simples "da participação da população nos esforços para melhorar seu nível de vida, dependendo todo o possível de sua própria iniciativa". Temos que alentar esta participação entre a população colombiana, conclui o documento.

44. PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FALCON

Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e Fomento Municipal. Caracas, Venezuela, 1962, 21 pp.

Trata-se de um valioso esquema das medidas necessárias para empreender o desenvolvimento geral urbano da península de Paraguaná, próximo do Lago de Maracaibo. A chave do informe é o melhoramento da administração municipal. Enfatizam-se por outro lado, as obrigações dos habitantes da comunidade; e um dos "elementos básicos do programa" é a maneira de como "propiciar a formação de uma consciência social da população para colocá-la em condições de progredir por si mesma e de desenvolver suas capacidades e valôres pelo seu próprio esfôrço". O programa destaca a necessidade da cooperação de outras agências nacionais da Venezuela, tal como o Banco Operário e também de corporações privadas tais como a Shell e Creole Petroleum, para que se levem a cabo os programas a longo prazo que "mantém vivo o interêsse da comunidade".

45. O PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Instituto de Habitação, Lima, Peru, 1961, pág. mimeo.

O documento explica de maneira detalhada as metas do programa nacional de habitação. Embora o informe não trate da ação comunal em um sentido total, se enfatizam a auto-ajuda e as técnicas de ajuda mútua. Com referência aos programas de auto-ajuda no Peru, o plano recomenda "um sistema flexível que permita resolver, mediante uma efetiva participação do beneficiário, seja na construção parcial ou total de sua casa, seja na organização da construção ou em ambos, seu problema de habitação".

46. RELATÓRIO DO MINISTRO DE GOVÊRNO AO CONGRESSO DE 1962

Londoño y Londoño, Fernado. Bogotá, Colômbia, 1962, 365 pp.

Êste amplo informe do govêrno inclui uma declaração sôbre a Divisão de Ação Comunal que se estabeleceu sob o Ministério de Govêrno da Colômbia. Os propósitos principais aparecem junto com seus fundamentos legais, os quais pedem a cooperação dos residentes em cada Município para com as autoridades locais. A organização e o papel coordenador desta agência governamental, que se estabeleceu em 1958, tratou-se na Ação Comunal na Colômbia (informação n.º 36).

47. PLANO GERAL PARA A CIDADE DE AREQUIPA

Martins Bazo, Carlos de, Arquiteto Chefe. Corporação Nacional da Habitação, Arequipa, Peru, 1962, 25 pp. 3 mapas.

O ensaio que acompanha o plano regulador dêste documento revela que o recente crescimento urbano de Arequipa se caracteriza pela formação de "cogumelos" que se estendem em uma área tão grande como a área urbanizada da própria cidade. Êste Plano Regulador para a cidade tem em conta estas áreas e utiliza "A ação comunal" como tema, procurando comprometer a intervenção dos habitantes na execução do plano.

48. THE RÔLE OF URBAN PLANNING IN LATIN AMERICAN COMMUNITY DEVELOPMENT

Miller, John. Tese inédita para o grau de "Master". Universidade da Califórnia, Berkeley, 1963.

Êste ensaio trata dos problemas físicos que o crescimento rápido das periferias das cidades latino-americanas engendra. O ensaio também demonstra o uso do planejamento físico urbano dentro de um amplo quadro do desenvolvimento comunal urbano, para resolver êstes problemas. Entre os assuntos incluídos temos a história do crescimento periférico das cidades na América Latina, os problemas físicos e outros problemas relacionados e de caráter fundamental, a natureza do planejamento físico urbano na América Latina, as características da ação comunal urbana e sua relação com o planejamento físico.

49. A AÇÃO COMUNAL NO DISTRITO ESPECIAL DE BOGOTÁ

Conselho Municipal do Distrito Especial de Bogotá, Bogotá, Colômbia, 1959, 58 pp.

Reimpressão parcial da Lei Nacional n.º 19, de 1958, que criou a ação comunal na Colômbia; são incluídos também o decreto que organizou o Departamento Nacional de Planejamento e Serviços Técnicos, e a ação comunal no nível local. Com apêndice ao informe se inclui um folheto do Departamento Administrativo de Planificação que estabelece as normas para eleição do Comitê Diretivo para as Juntas de Ação Comunal.

50. A AÇÃO COMUNAL NA LEGISLAÇÃO URBANA

Sociedade Colombiana da Planificação, Bogotá, Colômbia, 1960, 23 pp.

Um documento conciso e informativo que explica e demonstra os programas da Ação Comunal em Bogotá, as leis e os têrmos que os apóiam. Incluem-se os princípios da recuperação urbana e a programação das atividades relacionadas ao desenvolvimento da comunidade.

51. EL DESARROLLO DE LA COMUNIDAD Y LA EFECTUACIÓN DE LA PLANIFICACION URBANA EN AMERICA LATINA

Violich, Francis e Astica, Juan. Estudo preliminar preparado para o Congresso Interamericano de Planificação, Santiago, Chile, 1962, 47 pp. mimeografadas.

Ensaio que trata da contribuição potencial dos técnicos da "ação comunal" na efetivação do planejamento urbano. Enfocando a América Latina, bosqueja os métodos pelos quais a participação da comunidade em vários níveis de planejamento urbano pode ajudar a superar "os limites conhecidos da eficácia no processo de planejamento", estendendo as projeções estatísticas a realizações importantes esperadas pela comunidade. Fazem-se recomendações à prática do planejamento na América Latina, sôbre o desenvolvimento da comunidade junto com o planejamento urbano em vários níveis e sôbre as medidas para melhorar a ação comunal na implementação do planejamento urbano. Há um resumo em inglês.

Resoluções do IX Congresso do UIA

Tomando por tema do IX Congresso "A Arquitetura e o meio ambiente humano" a União Internacional de Arquitetos (UIA) sublinhou a interdependência das três funções humanas: habitação, trabalho, recreação, traduzidas pelo meio residencial, o meio de produção e o meio natural.

Assim, tôdas as resoluções apresentadas se aplicam, por sua vez, de uma parte, à habitação e à indústria e de outra, ao sítio natural cultivado ou selvagem, nenhum elemento do território poderá ser considerado como indiferente à vida humana.

Os arquitetos reunidos em Praga por ocasião do IX Congresso da U.I.A. chegaram às seguintes conclusões principais:

1. O melhoramento do meio ambiente da vida humana na época atual, caracterizada por transformações econômicas e sociais, por uma urbanização crescente e pelo progresso acelerado da civilização e da técnica, constitui uma das tarefas mais importantes da humanidade inteira, porque sua existência está ameaçada não só pelo perigo da fome e da guerra, mas, igualmente, pela rápida degradação de seu meio vital.

2. Não é possível remediar essa situação através de uma série de medidas não coordenadas e por isso mesmo eficazes. Os meios de enfrentá-la devem ser, tanto no que concerne ao crescimento da população quanto à urbanização, parte integrante e uma das finalidades principais do planejamento e da programação econômica, social e territorial, bem como da exploração racional de todos os elementos e de todos os recursos da natureza.

3. O planejamento físico cria condições para um meio ambiente humano satisfatório, mas é preciso fundá-lo sôbre uma visão completa e prespectiva das aglomerações, das regiões, dos países e dos grupos de países. Sòmente nesta escala será possível conceber uma estrutura mais adequada para o povoamento e determinar zonas residenciais de densidade limitada, em função de uma produção controlada.

O solo, base do povoamento e da urbanização, deve tornar-se disponível, submetido a uma legislação específica e apoiada em análises científicas, tendo em vista sua melhor utilização e sua proteção.

4. O povoamento é influenciado por condições locais mas é preciso sublinhar a necessidade de limitar o crescimento exagerado das aglomerações e as integrar em um sistema coerente, flexível e evolutivo.

A multiplicidade de centros diferenciados e complementares põe em evidência a importância do sistema de transportes.

As cidades e s centros de produção desproporcionados tornam-se desumanos, a não ser que sejam estabilizados e reestruturados para ensejar sua integração nesse sistema. Parece, por outro lado, indispensável o desenvolvimento de pequenas e novas cidades — até dimensões ótimas.

5. O legado histórico da arquitetura do passado enriquece o meio ambiente humano, representa uma herança cultural inimitável e uma prova da continuidade da vida e do espírito criador dos diferentes povos e de diferentes épocas. O respeito aos monumentos históricos se estende desde a proteção das peças individuais até a do meio histórico tomado em seu conjunto.

6. A sobrevivência dos monumentos depende do seu inventário prévio, da maneira pela qual êles são integrados na vida contemporânea; sua conservação é menos uma conseqüência de sua rentabilidade do que uma responsabilidade moral da sociedade frente ao patrimônio legado pelos ancestrais, pertencente à humanidade inteira.

7. O problema mais importante — sempre sem solução — é o da penúria de moradias que faltam cada vez mais no mundo inteiro. O conflito entre a quantidade e a qualidade das habitações, entre as necessidades individuais e as possibilidades da sociedade, é onipresente; procurar resolver êsse problema é a tarefa primordial e permanente do arquiteto, mas é, igualmente, em primeiro lugar, de todos aquêles que, em nome da sociedade, têm o poder de decisão e o dever de responder às necessidades da população.

8. A complexidade sempre crescente das construções, seu desenvolvimento econômico e técnico, evidencia a importância de coordenar de maneira criadora a função da habitação com os outros elementos do meio ambiente humano.

Esta criação exige a variedade nas formas de moradia, a possibilidade de fazer sua escolha, o respeito pelo equilíbrio psicológico, a capacidade de adaptação funcional para todos, sem esquecer os menos afortunados. As exigências individuais e as familiares devem se harmonizar com a organização social eficaz dos conjuntos de habitação, que requerem, em primeiro lugar, equipamentos coletivos completos.

9. O meio ambiente humano é influenciado pela indústria, não apenas quanto às condições de trabalho nos estabelecimentos de produção, mas, igualmente, pelas conseqüências maiores que se manifestam em seus arredores. A influência dos investimentos sôbre a estrutura do povoamento, os transportes, a organização da região mostram a importância da gravidade das decisões que concernem notadamente à implantação industrial, as quais não podem ser tomadas senão em nível mais elevado. Êste problema é particularmente mais sensível nos países em vias de desenvolvimento.

10. O papel do fator humano nos processos modernos de produção e de trabalho exige do homem considerações cada vez mais severas quanto à sua qualificação profissional e seu estado psíquico. Por esta razão, torna-se muito importante examinar em profundidade as necessidades do homem no local de trabalho e de satisfazê-las no campo da arquitetura industrial.

11. A eterna luta do homem com a natureza se traduz hoje, em muitos países, pela intervenção da civilização sem qualquer respeito pela essência mesma da natureza e da paisagem.

12. Mesmo que à intervenção das técnicas modernas possa justificar até a criação intencional de paisagem artificiais, a natureza reveste-se perante o homem de uma tal importância, tanto por seus recursos potenciais quanto por sua função de equilíbrio indispensável as zonas urbanizadas, que sua proteção deve ser cuidadosamente estendida a tôda a extensão do globo. Daí se infere a necessidade de manter e multiplicar os elementos naturais nas regiões industriais e suas aglomerações.

13. As condições de desenvolvimento futuro do meio ambiente humano continuam incertas, mas o fim indispensável é o de procurar harmonizar êsse desenvolvimento com a consciência da continuidade entre o passado, o presente, e o futuro.

D ve-se sublinhar que, em todos os estágios de decisão e de elaboração de programas, os arquitetos e suas organizações especializadas devem ser consultados.

A experiência acumulada pelos diferentes países do mundo deve ser utilizada e seus resultados comunicados à profissão e ao grande público, no plano internacional.

14. A valorização da arquitetura e seu desenvolvimento depende igualmente da compreensão e da participação do público e maturidade dos responsáveis bem como dos instrumentos que a sociedade venha a criar através de uma legislação eficaz e flexível, e pela fundação das instituições necessárias. Com efeito, a população deve ser educada para poder participar de uma política que diga respeito à estrutura, à forma e ao conteúdo do meio ambiente humano criada por ela.

15. Ao arquiteto incumbe, em sua complexa colaboração com números associados, tarefas as mais diversas, porém sua missão essencialmente é a de velar sôbre o nível cultural e de dar um sentido humanístico ao desenvolvimento do mundo material.

RECOMENDAÇÕES

Os participantes do IX Congresso estimam que as resoluções precedentes não terão aplicação senão com a complementação das seguintes recomendações:

A) Que as seções nacionais da UIA informem aos governos, às autoridades locais, aos administradores e à opinião pública de seus respectivos países, as conclusões do IX Congresso e que êles se esforcem por aplicá-las.

B) O Comitê Executivo da UIA deve encarregar a Secretaria Geral de acertar com o secretariado da UNESCO as modalidades da participação ativa dos arquitetos na realização de todo o programa ou iniciativa que vise a melhoria do quadro da vida humana.

C) Atendendo à comunicação do Delegado da Comissão Econômica para Europa (CKE), o Congresso recomenda ao Comitê Executivo todo o esfôrço no sentido de que os arquitetos tomem parte ativa na conferência internacional que terá lugar em 1969/70 sôbre o meio ambiente humano e sua influência sôbre a sociedade e a economia nacional.

Os participantes do IX Congresso comunicam aos arquitetos de todo o mundo, às instituições e aos governos, sua inquietude face aos perigos sempre crescentes que ameaçam o meio ambiente humano. Estimam ser indispensável a mobilização, dentro da maior colaboração internacional possível, dos meios e das técnicas mais evoluídas não para fins destrutivos, mas para a nobre finalidade de melhorar as condições de vida da humanidade. □

Antônio José Landi arquiteto de Belém — I

Documentação existente no Rio de Janeiro

Arquiteto DONATO MELLO JÚNIOR, IAB-GB

O Pará tem na figura de Antônio José Landi, arquiteto italiano (Bolonha, 1708 — Belém, 1790), um dos expoentes de sua arte. É êle o arquiteto famoso das igrejas de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, cidade com a qual se identificou e nela repousa em magnífico mausoléu, a sua querida igreja de Sant'Ana (1)

Artista de talento, começa agora a ser melhor conhecido após um período de esquecimento injusto. Recomeça-se a se lhe fazer justiça e a êle cabe hoje em dia um capítulo da Arquitetura no Brasil por sua contribuição à arquitetura no Pará, hoje reconhecida ponderável a nossa arte do século XVIII.

Serafim Leite (2), *Robert C. Smith* (3), *Ernesto Cruz* (4), *Paulo de Albuquerque* (5), *Germain Bazin* (6), *Leandro Tocantins* (7) *dedicaram-lhe páginas que procuram desempoeirar sua personalidade artística projetando-o em verdadeira grandeza e divulgando-o.*

Infelizmente a sua vida e a sua obra ainda não estão "in totum" estudadas (8).

Juntamo-nos ao pequeno grupo dos que procuram conhecer algo mais do que já é do domínio público e procuram divulgá-lo. (9).

O ESPÓLIO DE LANDI

Cremos não existir ainda um balanço completo da documentação ou a catalogação da obra de Landi, escrita, projetada e construída. Sentimos que o material se acumula lentamente e acreditamos que no futuro possamos apreciar sua personalidade de corpo inteiro. Questão de tempo e de pesquisas, muitas em andamento. Bolonha, Lisboa, Pôrto e Belém muito nos poderão talvez informar. E também o Rio de Janeiro. É o que procuraremos focalizar.

Encontramos na Guanabara documentação original sôbre Landi na Biblioteca Nacional e no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.

Na Biblioteca Nacional, Landi se apresenta em duas fontes documentais: na Seção de Iconografia e na Seção Manuscritos. Na Iconografia acham-se nove desenhos originais, creio inéditos. (10) Em trabalho que preparamos para o Anuário da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a pedido do seu diretor José Octacílio de Saboya Ribeiro, procuraremos pormenorizar, se possível, a documentação iconográfica da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.

Talvez seja possível, numa pesquisa sistemática, no Rio de Janeiro, localizar-se mais documentação, na Biblioteca Nacional, na Quinta e em outras fontes documentais: Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Itamarati e Ministério da Guerra. Na DPHAN não há documentação original sôbre Landi, mas boas referências fotográficas e bibliográficas. Marcos Carneiro de Mendonça, em 1963, ao escrever "A Amazônia da época pombalina" divulgou quatro cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal onde Landi aparece referido.

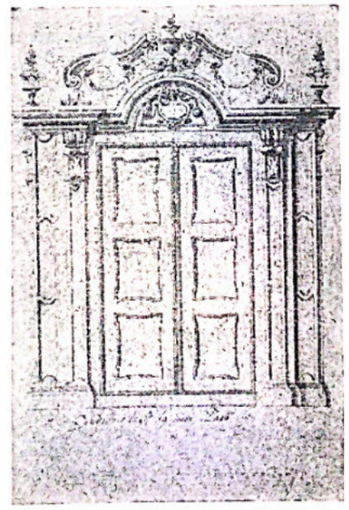


FIG. 1 - Guarda-vento da Sé do Grão-Pará. Difere do atual. (Biblioteca Nacional - Seção de Iconografia).

Na rica Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, competentemente dirigida pela bibliotecária Lígia Cunha e auxiliada pela dedicada documentarista Eunice Manso Cabral, encontram-se, na Pasta n.º 117, nove desenhos originais de Landi, bem conservados, não datados e primorosamente executados. Cremos nunca terem sido reproduzidos e irão ilustrar nossa pesquisa no Anuário da Faculdade de Arquitetura. Divulgamo-los agora.

Fizeram êles parte da famosa Exposição de História do Brasil de 1881 em cujo raríssimo catálogo (11) estão relacionados dando-nos a pista. Sua procedência, se documentada, não conhecemos.

Divulgamos êste material no Curso de Arquitetura na Universidade Federral do Pará, no segundo semestre de 1956, em palestra na Escola de Teatro, na Escola de Serviço Social, da mesma Universidade e entre alguns intelectuais estudiosos de Belém antiga, bem como na Primeira Reunião Paraense de Professôres de História (Belém - Faculdade de Filosofia da U. F. P., dezembro de 1966).

Êstes desenhos acham-se relacionados no segundo volume do Catálogo da Exposição de História do Brasil (C.E.H.B.), 1881 - 1882, Seção Artística — Classe XV — Vistas. Paisagens Marinhas.

São êles (numeração e legenda do Catálogo da Exposição de História do Brasil):

1) n.º 16.835 - 1. **"Guarda-vento da Sé do Grão Pará (fig. 1).**

2) n.º 16.835 - 2. **"Elevação de uma das Capelas colaterais da Sé". (fig. 2).**

3) n.º 16.835 - 3. **"Sé do Pará. Tarja que fica sôbre os Arcos do Cruzeiro. Óculo que fica na parte interior da Igreja sôbre a porta. Tarja que fica sôbre o Arco da Capela-Mor. Janela interior do Côro". (fig. 3)**

Êstes três desenhos, em aguada de nanquim, são preciosos pela sua autenticidade e pelo que nos informa dos detalhes projetados pelo arquiteto Landi, formado na escola de Bibiena, influenciado pelo gôsto paladiano dosado com o barroco-rococó de sua época. Não conhecemos outra documentação antiga da Sé anterior á reforma em fins do século passado e empreendida pelo Bispo do Pará, Dom Macedo Costa. O paravento atual não corresponde ao desenhado por Landi. O atual substi-

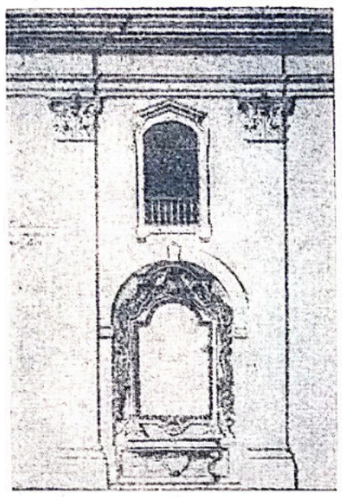


FIG. 2 - Elevação de uma das capelas colaterais da Sé. (B.N.-S.I.).

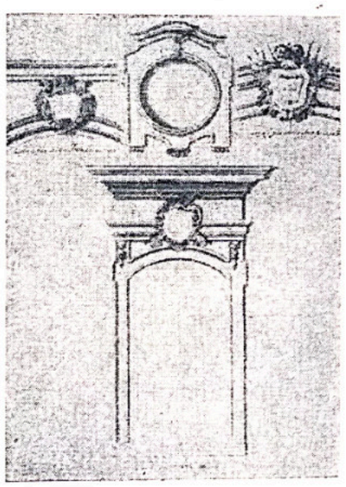
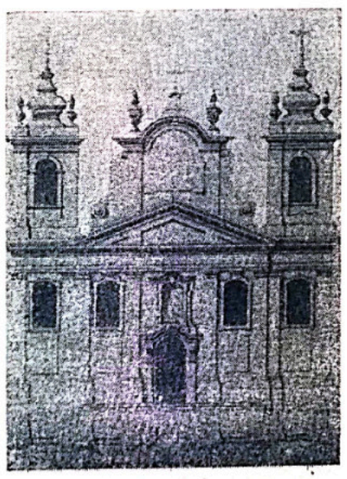


FIG. 3 - Detalhes internos da decoração, inexistentes atualmente. (B.N.-S.I.)



tuiu o antigo? O estudo de Landi foi executado? Não sabemos responder. Não conseguimos localizar em Belém, documentação da Sé, a não ser a já divulgada (12). Não conhecemos desenhos antigos das plantas baixas da Sé. Em julho/agôsto de 1965, o arquiteto Cristiano de Miranda Brasil fêz o levantamento da planta do térreo. O artista ofertou-nos o original que divulgaremos oportunamente.

As reformas dos fins do século XIX afetaram profundamente a decoração interior. Haja vista a substituição do retábulo primitivo projetado por Landi pelo nôvo altar-mor de Luca Carimini, exposto em Roma em 1865, chegado a Belém em 1871 e montado em 1881. O primitivo era de estilo barroco, de madeira, e o atual, todo de mármore, ao gôsto italiano (13). Não sabemos o que possa ter sobrado do retábulo primitivo, nada conseguimos apurar até hoje.

A modulação das pilastras monumentais ao longo da nave aparece no segundo desenho, pois representa um tramo, em alçado, do piso à cornija, compreendendo um nicho nascido do chão e rematado superiormente em semicircunferência, formando as capelas colaterais. Felizmente ainda encontramos na atualidade tal indicação. Apenas uma modificação essencial: o altar atualmente existente e de mármore é nôvo, reforma de Dom Macedo. A moldura monumental, típica de Landi, ainda lá está, a enquadrar as dez grandes pinturas das capelas colaterais. Por cima das capelas, tribunas com gradil.

Do terceiro desenho, talvez não tenha restado nada depois da reforma. Não conseguimos situar os quatro detalhes indicados.

São desenhos arquitetônicos corretos, linguagem educada de um arquiteto de talento.

É de se notar na obra de Landi uma minúcia curiosa, qual seja o emprêgo de uma forma ou campo circular, rematando elementos arquitetônicos. São medalhões circulares ou ovais como o que figura neste terceiro desenho da Sé e que vai novamente aparecer na sua fachada som forma do óculo central e nos dois mostradores de relógio das tôrres. Encontramos o medalhão circular na portada da Capela de São João Batista, na portada lateral da Capela do Murutucu, nas sobreportas internas da Igreja de Sant'Ana, no óculo e mostradores da fachada da igreja do Carmo, nos ovais das trapeiras do Palácio dos Governadores, hoje inexistentes, nas portadas da igreja das Mercês e nos vãos ovais (hoje inexistentes) do convento anexo em sua fachada no térreo, e na portada da casa do alferes Antônio de Souza Azevedo, sogro de Landi. Forma ornamental verdadeira assinatura de Landi. Aparecem também sob a forma de escudos.

4) n.º 16.838 - **"Frontaria da nova Igreja da vila de Camutá" (hoje, Cametá). Trata-se da elevação da fachada principal e planta correspondente. Composição apilastrada, simétrica, de linhas neoclássicas, frontão retilíneo, remate superior em linhas barrôcas e três cruzes. Uma minúcia também comum na arquitetura de Landi é o elemento vaso ou ornato-piramidado ou semelhante nos remates de tôrres e frontões. Têrres de seção quadrada e nicho sôbre a portada da entrada. Lê-se à direita baixa: "José Antonio Lande fêz". (fig. 4)**

FIG. 4 - Fachada para a igreja de Cametá, assinado. (B.N.-S.I.)

5) n.º 16.839 - **"Planta da Igreja da Gurupá, elevação interior e exterior". Composição simples, tipo capela, rematada por frontão retilíneo, projeção da cobertura. Na sobreporta, frontão curvelíneo. (fig. 4). No interior capela-mor e dois altares laterais, em bizel, na nave retangular. Na direita baixa lê-se: José Antonio Lande fêz".**

6) n.º 16.840 - **1. "Planta de uma igreja (do Pará? a igreja de Gurupá?) (fig. 6).**

7) n.º 16.840 - **2. "Igreja do Pará? Corte mostrando um altar". (fig. 7)**

8) n.º 16.840 - **3. "Igreja do Pará? Corte mostrando um altar". (fig. 8)**

Desenhos e serem identificados quanto a sua destinação, sendo o 3.º uma variante do 2.º. Feitos em aguada de nanquim. O 1.º desenho tem duas soluções que correspondem ao 2.º e 3.º. As molduras dos vãos acima das portas laterais lembram as molduras que Landi empregava para o enquadramento de painéis pintados. Êste tipo de moldura aparece também nas capelas colaterais da Ordem Terceira de São Francisco.

9) n.º 16.841 - **"Planta da nova Igreja de Santa Ana, no Igarapé-Mirim. (fig. 9)**

Elevação da frontaria e planta correspondente. Composição neoclássica. O conjunto se inscreve pràticamente num quadrado, em dois níveis, com tôrres sineiras ligadas pela parte correspondente ao frontão. Como na fachada de Camutá, emprêgo de ordem dórica. O tipo de vaso é o da Igreja de Gurupá. Na direita baixa lê-se: José Antonio Lande fêz". (fig. 9).

Observação — O artista assinava-se: José Antonio Lande, hoje em dia, entretanto, é referido como Antônio José Landi.

LANDI NA SEÇÃO DE MANUSCRITOS

O C.E.H.B. nos indica, sob o n.º 16.825 o seguinte título: "Prospectos de Cidades, Villas, Povoações, Fortalezas e Edifícios, Rios e Cachoeiras, da Expedição Philosóphica do Pará, Rio Negro, Matto Grosso e Culabá". Série de 109 fôlhas com desenhos a lápis, aquarelas, s.d.

Trata-se de um valiosíssimo código atualmente na Seção de Manuscritos

(I - 11,1,2) da Biblioteca Nacional, onde consultamos. Acha-se em perfeito estado. Faz parte do monumental acervo da obra coligida por Alexandre Rodrigues Ferreira em grande parte aí guardada.

A obra de A.R.F. já foi parcialmente divulgada e seu espólio catalogado nos Anais da Biblioteca Nacional (14) e em separata, Catálogo da Divisão de Obras Raras e Publicações da própria Biblioteca Nacional. (15)

Microfilmamos os 19 desenhos e divulgamo-los em "slides" em Belém, juntamente com os 9 já referidos, no Curso que demos palestras e entre interessados. Pretendemos publicá-los em estudos futuros sôbre a documentação arquitetônica de Belém.

Esta parte do acervo de Alexandre Rodrigues Ferreira não é inédita, mas é pouco conhecida. Sua divulgação pela Biblioteca Nacional (opus cit.) em 1952 tornou acessível aos estudiosos o catálogo de manuscritos e bibliografias de A.R.F.

A Exposição sôbre "Alexandre Rodrigues Ferreira" pela Biblioteca Nacional em 1956 divulgou para o grande público seus inúmeros manuscritos, mas não os desenhos. Recentemente alguns dêstes desenhos foram publicados. (16)

É digno de nota o grande movimento de curiosidade e pesquisa que se dá, nos últimos anos, com a obra imensa do grande sábio baiano. Ele tem sido solicitado pela pesquisa de historiadores, antropólogos, botânicos, professôres, etc. Chegamos a êle pelas mãos de um arquiteto — Landi. Alexandre Rodrigues Ferreira em sua paixão de documentar a Amazônia, colecionou imensa bagagem iconográfica que levou para Portugal depois de sua estada no Brasil entre 1783 e 1792. De Lisboa êste material voltou para o Brasil em boa hora.

Parte dêstes 109 desenhos se refere à obra de Landi. Estão descritos no Catálogo da Biblioteca Nacional, sob o n.º 74 (I a CIX) das páginas 79 a 92. Dentre os que se referem a Landi relacionamos:

V) — Prospecto da nova Praça das Mercês mandada fazer pelo Governador e Capitão-General D. Francisco de Souza Coutinho. (fig. 10)

VI) — Prospecto da frontaria da igreja da Sé (Esbôço a lápis, por Codina).

VII) — Retábulo da Capela-mor da igreja Catedral da Cidade do Pará. Inventou-o, grátis, o Capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-o para o Real Gabinete de História Natural. (fig. 11)

VIII) — Frontaria da igreja matriz de Sant'Ana da cidade do Pará. Inventou-a, grátis, o capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-a para o Real Gabinete de História Natural.

IX) — Espacato do interior da igreja de Sant'Ana. Inventou-o, grátis, o Capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-o para o Real Gabinete de História Natural.

X) — Espacato pelo qual se vê o retábulo da Capela-mor, da igreja Matriz de Sant'Ana. Inventou-o, grátis, o Capitão Antônio José Landi e deu-o para o Real Gabinete de História Natural.

XI) — Sacrário da capela-mor da igreja Matriz de Sant'Ana. Inventou-o, grátis, o capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-o para o Real Gabinete de História Natural.

XII) — Planta da igreja de Sant'Ana. Inventou-a, grátis, o Capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-a para o Real Gabinete de História Natural.

XIII) — A) Prospecto da frontaria da igreja dos Carmelitas Calçados. B) Esbôço a lápis devido a Codina.

XIV) — Frontaria da capela de São João, da cidade do Pará. Inventou-a, grátis, o Capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-a para o Real Gabinete de História Natural.

XV) — Espacato do interior da capela de São João. Inventou-o, grátis, o Capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-o para o Real Gabinete de História Natural.

XVI) — Retábulo de perspectiva da capela-mor da igreja de São João. Desenhou-o, grátis, o Capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-o para o Real Gabinete de História Natural.

XVII) — Planta da capela de São João. Inventou-a, grátis, o Capitão Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-a para o Real Gabinete de História Natural.

XVIII) — Prospecto da frontaria exterior do palácio da residência dos Exmos. Generais da cidade e capitania do Pará. Desenhado por J. J. Codina, 1781.

XIX) — Frontaria do mesmo palácio para a parte do jardim. Desenho de J. J. Codina feito em 1784.

XX) — Frontaria do Hospital Real Militar. Esbôço a lápis devido a Codina.

XXI) — Frontaria dos armazéns que tinha ordenado que se fizessem na cidade do Pará a Companhia Geral do Comércio. Inventou-a, grátis, o Capital Antônio José Landi, arquiteto régio e deu-a para o Real Gabinete de História Natural.

XXII) — Frontaria das casas de Manuel Raimundo Alves da Cunha. Esbôço a lápis feito por Codina. Identificamos esta casa em Belém. Trata-se do Sobrado do Largo das Mercês, esquina da Rua João Alfredo com Travessa Frutuoso Guimarães. Profundamente alterada mas reconhecível pelo sobrado, pelo número de vãos, proporções e massa.

XXIII) — Frontaria das casas do Alferes Antônio de Souza Azevedo. Esbôço de Codina. Conhecida como Palacinho. A êle se liga controvérsia recente a respeito da antiga grafia da atual travessa Campos Sales: Travessa do Passinho (por causa da capela dos Passos da Família Pombo) e Travessa Pacinho (referindo-se ao Palacinho). Pesquisas continuam para resolver esta curiosa grafia antiga. Cumpre-



FIG. 5 - Igreja de Gurupá, assinado. (B.N.-S.I.)

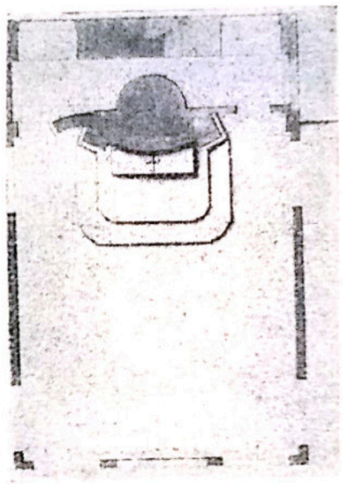


FIG. 6 - Planta de igreja não identificada. (B.N.-S.I.)

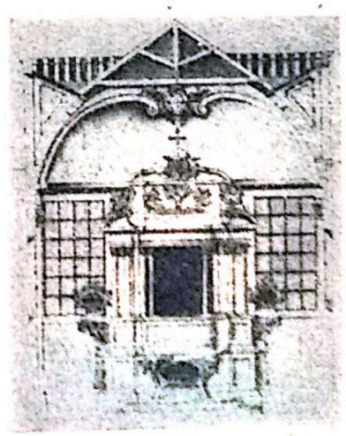


FIG. 7 - Corte transversal de igreja não identificada; planta na Fig. 6. (B.N.-S.I.)

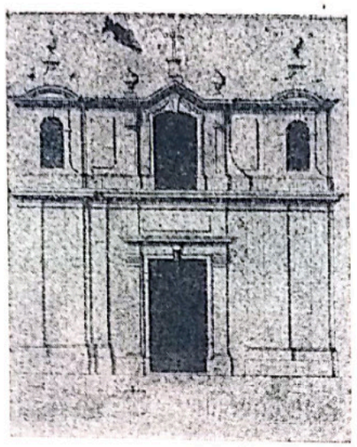


FIG. 8 - Corte transversal da igreja não identificada, variante da Fig. 7 (D.N.-S.I.)

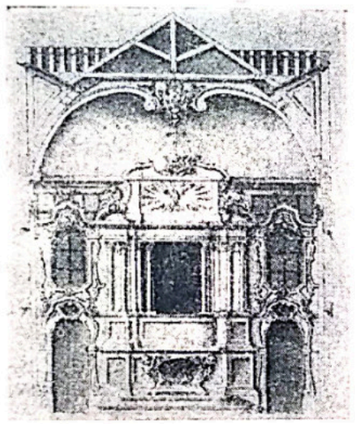


FIG. 9 - Fachada principal para a igreja de Sant'-Ana do Igarapé-Mirim, assinado. (D.N.-S.I.)

nos lembrar que Landi era genro de Antônio de Souza Azevedo e morava perto do sogro na rua que o povo chamava de Landi, hoje Padre Prudêncio. (fig. 12)

XXIV) — Frontaria da Casa do Capitão João Manuel Rodrigues. Esbôço de Codina a lápis.

LXVIII) — Prospecto da pintura que fêz o Capitão Antônio José Landi na capela-mor da igreja Matriz da vila capital de Barcelos, no ano de 1785, grátis. Deu-o para o Real Gabinete de História Natural.

LXIX) — Prospecto de pintura que fêz o Capitão Antônio José Landi, arquiteto régio, aos lados da capela-mor da igreja Matriz de Barcelos... Deu-o para o Real Gabinete de História Natural.

Os dois últimos desenhos, bem como o de número XVI são representações de retábulos com efeitos de perspectiva cenográfica de acôrdo com os empregados por Bibiena de quem Landi fôra discípulo.

Outra característica que deduzimos da análise dos desenhos de Landi é o gôsto pelo emprêgo de painéis pintados ricamente emoldurados nos retábulos de altar, caso raro no Brasil. Notamos o emprêgo tanto no altar-mor como em altares colaterais, verbi gratia na Sé, nas igrejas de Sant'Ana, nas capelas de São João Batista e da Ordem Terceira de São Francisco, que também julgamos ser de Landi por êste motivo.

As legendas constantes dos desenhos e acima relacionadas, estão manuscritas e são autógrafos de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Esta coleção de 109 desenhos é de excepcional importância para o estudo da iconografia e da Arquitetura do Pará. Excepcional seria também a contribuição de quem pudesse divulgá-la. Fica aqui uma sugestão por mim sonhada, à Universidade Federal do Pará. Aliás, em 1633

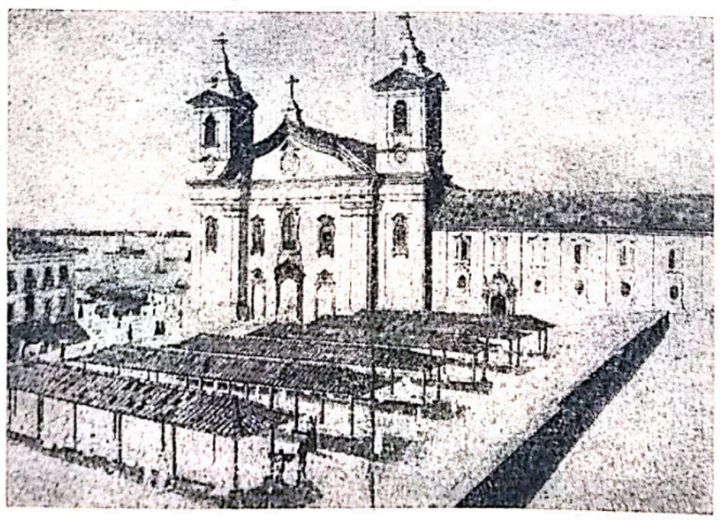


FIG. 10 - Praça das Mercês, atual Visconde do Rio Branco e fachada da igreja e convento das Mercês. (B.N. - Seção de Manuscritos).

Manuel José Maria da Costa e Sá, dando um parecer em Lisboa sôbre a publicação dos trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira escrevia: "Seja como fôr, tornarei a repetir, a publicação dos trabalhos do Senhor Doutor Alexandre, por todos os lados por onde os queiramos considerar, são do maior interêsse científico e para o Império do Brasil ainda a êste une outros muito importantes, econômica e politicamente considerados. "A Lei n.º 1.766, de 22 de outubro de 1952 — autorizou o Poder Executivo a editar a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira".

Em Belém oheguei a sonhar com uma exposição fotográfica para divulgar a iconografia que tinha pesquisado na Biblioteca Nacional (118 originais) e da qual providenciei a microfilmagem. Infelizmente não consegui realizar esta tarefa, tão pouco tempo para tanta responsabilidade.

LANDI NA QUINTA DA BOA VISTA

O Catálogo de Manuscritos e Bibliografia de Alexandre Rodrigues Ferreira deume a pista para pesquisar na Biblioteca do Museu Nacional.

Em magníficos In Folio (n.º 27), em cinco volumes manuseamos sôfregamente belíssima coleção de desenhos do acervo fabuloso de Alexandre Rodrigues Ferreira. A maior parte refere-se à Antropologia e Botânica, somando 912 desenhos.

O volume segundo traz o seguinte título: "Prospectos de Cidades, Villas, Povoações, Edifícios, Rios, Cachoeiras, Serras, etc. Da Exposição philosophica do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Copiados no Real Jardim Botânico".

Consta êste volume de 81 pranchas, em sua nova encadernação, havendo 2 pranchas antigas passadas para a encardenação do 1.º volume.

Formam uma coleção de desenhos copiados da série de 109 desenhos originais da Biblioteca Nacional. Embora as séries não sejam idênticas completam-se e aumentam a documentação.

Dêste acervo providenciamos 18 slides coloridos e 51 fotografias que divulgamos em Belém juntamente com os dois conjuntos já focalizados.

Acham-se êles referidos no item 157 do Catálogo da Divisão de Obras Raras e Publicações (pags. 130 a 133) da Biblioteca Nacional.

Da coleção da Quinta o que não encontramos correspondentes na da Biblioteca Nacional, destacamos quatro desenhos importantes:

a) Fachadas da Igreja de Santo Alexandre e do Palácio do Bispado.

Em relação às fachadas atuais observamos algumas diferenças: os três nichos de empena com imagens e com ornatos de enquadramento: relógio na tôrre da esquina que aliás está com a ventana aberta (hoje empenada); tojadilho sôbre a entrada do atual Arcebispado e alguns vãos indicados, mas não vasados, como hoje.

b) Três desenhos da Igreja do Convento do Carmo, compreendendo planta baixa (fig. 13), cortes longitudinal e transversal. Estes desenhos são importantes, creio inéditos, e representam um projeto de Landi para a igreja do Carmo, com cúpula sôbre a capela-mor e retábulo barroco para o altar-mor. Landi interferiu no acabamento do Carmo, mas a cúpula não foi executada. Outra característica de Landi: o gôsto pelas cúpulas, tão raras no Brasil colonial. Das três que estudou para Belém, conseguiu executar as de São João e de Sant'Ana.

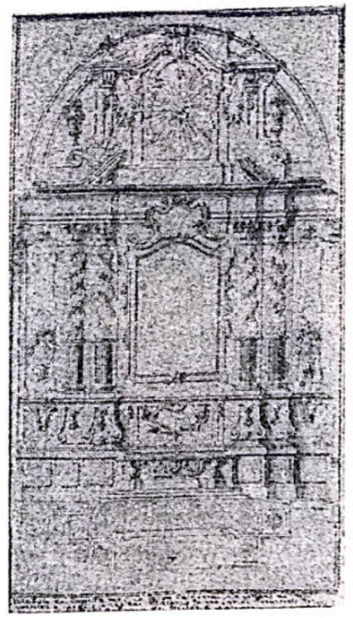


FIG. 11 - Retábulo da capela-mor da Catedral de Belém, hoje inexistente substituído pelo altar-mor de Luca Cerimini. (D.N.-S.M.)

PROJEÇÃO DE LANDI

A divulgação em Belém destas três coleções icnográficas compensou-nos a sua organização pelo reconhecimento e gratidão dos alunos, professôres e dos amigos que lá fiz, ao sentirem o prazer de lhes levar estas pesquisas que serviram para ilustrar o papel artístico e histórico de Landi na Arquitetura Colonial do Pará e como parcela do programa de Arquitetura no Brasil no Curso que professei.

Landi, ficaram sabendo, tem para Belém a importância de Grandjean de Montigny no Rio de Janeiro e de Luis Vauthier em Recife. Landi merece ser melhor estudado e pesquisado.

Robert Smith e Leandro Tocantins foram a Belém para conhecer Landi. E eu também. E recentemente o professor Stélio Alves de Souza também foi procurá-lo lá. Germain Bazin emocionou-se com suas criações (17). A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou parte de sua obra (18).

Belém começa também a lhe fazer honra: a pracinha fronteira à capela de São João receberá, depois de ajardinada, o nome de Landi, que lá terá pequeno monumento, graças aos esforços do historiador Augusto Meira Filho, também seu admirador.

Os alunos do Curso de Arquitetura conheceram Landi (19) e eu gostaria de melhor conhecê-lo para melhor admirá-lo e divulgá-lo.

NOTAS:

(1) Em local não identificado. Não consegui achar em Belém documentação sôbre o casamento e morte de Landi. Na Cúria, os documentos são do século XIX, conforme me informou o Cônego local.

(2) Leite, Serafim, S.J. — História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro 1950 (10 volumes): III, 222 - IV, 179 - VII, 342 - VIII, 207 - IX, 368.

(3) Smith, Robert C.

El Palacio de los Gobernadores fr Gran Pará. In - Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones estéticas - n.º 4 - 1951 - Buenos Aires.

Smith, Robert C.
Antônio José Landi, arquiteto italiano do século XVIII no Brasil. In - "Actas" do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa 1960.

(4) Cruz, Ernesto
O arquiteto Landi. In "Procissão dos Séculos" Belém, 1952.
Divulgado posteriormente, com alterações, na Fôlha do Norte, Belem, de 29 de dezembro de 1963.

(5) Albuquerque, Paulo de
In "Habitat" 12, setembro de 1953, São Paulo.

(6) Bazin, Germain
L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil. Tomos I e II, Paris, 1956 e 1958.

(7) Tocantins, Leandro
Santa Maria de Belém do Grão Pará.
Rio de Janeiro, 1963.
Especialmente o capítulo "Antônio José Landi — O Grande Arquiteto de Belém".

(8) Leandro Tocantins (opus cit.) anuncia a publicar "Landi, Arquiteto do Grão-Pará".

(9) Na exposição "Santos de Nossa Senhora de Belém (dez. 66 - jan. 67) expusemos uma "Relíquia de Sant'Ana", doação de Landi à igreja de Sant'Ana.
Escrevemos então três trabalhos:

a) Santos de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará — Fôlha do Norte de 24 de dezembro de 1966.

b) "O Arquiteto Antônio José Landi e a Relíquia de Sant'Ana" — A Província do Pará de 29 de dezembro de 1966 (Sem revisão do autor, salu truncado).

c) "Arquitetura e Açaí de Belém".
"Fôlha do Norte" de 1.º de janeiro de 1967.

d) Continuando nossas pesquisas sôbre Landi, escrevemos recentemente "Antônio José Landi — Arquiteto de Belém — Documentação existente em Lisboa" — Rio de Janeiro, junho de 1967 (mimeografado).

(10) Nunca soubemos de sua divulgação.

(11) Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 1881-1882 - Vol. IX.

(12) Acontecimentos históricos sôbre a Catedral In A Palavra — Belém, de 29-7-1940, 5-8-1940, 22-8-140, 29-8-1940, 5-9-1940, 12-9-1940, 19-9-1940, 3-10-1940, 10-10-1940, 17-10-1940, 24-10-1940. Graças ao Cônego Leal conhecemos êste material. Nos "Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará" encontram-se algumas referências à construção da Sé dispersas na documentação publicada.

(13) Leal, Américo da Silva, Cônego
"A Catedral de Belém do Pará", 1942, Oficinas Gráficas Santuário N. S. Aparecida.
Muito me valeram as boas relações com o Cônego Leal, ex-Cura da Catedral e estudioso de história, a quem se deve também magnífica coleção de cartões postais, em série, divulgando a magnífica Sé de Belém. Ganhamos, por sua gentileza, entre outros livros, a série dos postais.

(14) Valle Cabral, Alfredo do
"Alexandre Rodrigues Ferreira. Noticias das obras manuscritas e inéditas à viagem philosophica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira". Vol. I, II e III dos "Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro", 1876, 1877.

(15) Divisão de Obras Raras e Publicações.
Biblioteca Nacional — 1952 — M.E.C.
Alexandre Rodrigues Ferreira — Catálogo de Manuscritos e Bibliografia.
Separata do volume 72 dos Anais da Biblioteca Nacional.

(16) Fontes, Glória Marly D.N. de Carvalho
Alexandre Rodrigues Ferreira — Aspectos de sua Vida e Obra — Cadernos da Amazônia, n.º 10.
Instituto Nacional da Pesquisas da Amazônia, 1966.

(17) Germain Bazin (opus cit.) divulgou alguns dos desenhos de Landi da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(18) Dos 18 monumentos tombados pela DPHAN no Pará pelo menos 7 ligam-se ao arquiteto de Belém:

a) Acervo arquitetônico e paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, antigo Largo da Sé.

b) Igreja Catedral de Nossa Senhora das Graças.

c) Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo e Capela da Ordem Terceira, anexa.

d) Igreja e Convento de Nossa Senhora das Mercês.

e) Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

f) Igreja de Sant'Ana.

g) Igreja de São João Batista.

(19) O terceiro trabalho prático dos alunos do 3.º ano do Curso de Graduação de 1966 foi o estudo da Capela de São João Batista, realizado em equipe. O aluno engenheiro Alcyr Meira, do Curso de Adaptação estudou a "Evolução da Arquitetura Religiosa em Belém", como segundo trabalho prático. Ambos sob minha supervisão e com o espírito de dar ênfase à arquitetura local. □

A originalidade na pesquisa científica

M. A. POURCHET CAMPOS

No livro "O despertar dos mágicos", encontramos referências a um certo Diretor do Patent Office *americano que, em 1875, pediu demissão de seu cargo por julgar que "nada mais havia para inventar" e, por conseguinte, para ser patenteado. Observando o primeiro surto de progresso científico do século XIX, acreditava êle esgotadas tôdas as possibilidades de originalidade! Nem outro era o espírito que animava o grande Marcellin Berthelot quando escrevia, em 1887:"o Universo não tem mais mistérios..." A atitude melancólica, que no final do século XIX, dominava grande número de cientistas, convencidos de não haver mais encanto para o pesquisador, porque tudo estava descoberto, é freqüentemente reeditada por muitos estudiosos que perguntam a si mesmos (e às vêzes a outros) com angústia, como poderão ser originais ao realizar tarefas de investigação científica, se tudo já parece ter sido "descoberto"... A angústia passa a se transformar em verdadeira agonia, quando aquêle que, no Brasil, se inicia na senda da pesquisa, depara com os textos normativos do acesso aos vários degraus de carreira universitária, os quais tornam explícita a exigência de "trabalho original" de investigação. A originalidade parece miragem para o principiante. Se abre as revistas científicas, se percorre as páginas das obras de refência encontra dezenas e centenas de "comunicações" sôbre os temas que pensava versar. Todos os caminhos já parecem ter sido trilhados por outros que o antecederam, devassados todos os meandros, examinados tôdas as peculiaridades. Sua mente lhe parece estéril como uma estrada asfaltada, batida de sol; e o desânimo dêle se apodera. Todavia, o referido Diretor do* Patent Office *e seus seguidores foram desmentidos pelo século XX, ao longo do qual se situaram espetaculares descobertas científicas, modificadoras da face da Terra — ampliada nos vôos interplanetários — das atitudes dos homens — confiantes no radar e na cibernética, seguros da existência de inúmeros mistérios que no mundo os desafiam.*

A originalidade mantém estreitas correlações como espírito criador, embora, para realizar trabalho original, não seja obrigatório que se realize uma descoberta, no sentido estrito.

Considera-se **original** aquilo que difere das coisas e fatos correntes ou comuns, já em uso. A rigor, original é a matriz — única — que dá ou pode dar origem a reproduções. Caracteriza-se a originalidade por sua singularidade. É original a obra que, saída do pensamento criador, é introduzida, concretamente, no espaço e no tempo, como exemplar acabado. A originalidade é condição que não existe a meias. A qualidade **nova** do exemplar concebido e concretizado deve manifestar-se como um choque **emocional** para qualquer indivíduo que não seja o seu próprio autor constituindo-o às vêzes, mesmo para êle. Uma obra pode ser original sob um aspecto e rotineira sob outros. O fato de ser **criação da mente** coloca no intelecto o ponto de partida da obra original.

O PAPEL DA MENTE

Temos que considerar a mente do homem apenas como uma parte do complexo biológico que se define como pessoa humana estando, nessas condições, sujeita às leis e contingências das interações biofísicas e bioquímicas a que está sujeito o organismo. Golovin compara o intelecto a um "sistema computador dotado de memória" no qual, o sistema nervoso desempenha o papel de coletor e codificador de informações enquanto, provàvelmente, o armazenamento das informações é feito pela córtex cerebral. Sabendo-se que há cêrca de 1010 neurônios no sistema Nervoso Central e que cada neurônio afeta e é afetado, diretamente, pelo menos por uma centena de outros, pode-se imaginar, imediatamente, que cada informação armazenada tem condições para ser interligada com numerosas outras. É do número de informações armazenadas e da capacidade de estabelecer conexões múltiplas entre elas que depende, primàriamente, a capacidade criadora de cada um e, conseqüentemente, condições de realizar obra dotada de "originalidade".

Todavia, Lowenfeld, ao considerar "capacidade criadora e desenvolvimento mental", faz a seguinte afirmativa que julgamos de extrema importância para a compreensão do problema da orgininalidade, em investigação científica: "a educação — com tôdas as implicações que tem, dos pontos de vista mental, emocional e espiritual — é grandemente responsável pelas atitudes, ações e realizações científicas, assim como pela capacidade de caminhar para a frente, que podem manifestar os homens".

Admitindo como verdadeira essa assertiva, encontramos na educação — conjunto de condições ambientais atuando sôbre o indivíduo como fôrça resultante de ato deliberado ou involuntário — a condição secundária para o desenvolvimento da capacidade de realizar obra original. Estamos assim diante do fato óbvio já tantas vêzes assinalado pelos psicólogos: duas fôrças são responsáveis pelo comportamento humano — herança e meio.

A atividade criadora não é senão um comportamento individual perante os desafios, os problemas e as realidades de todos os dias.

É improvável que um indivíduo apresente condições tais que nêle não desabroche, de alguma forma, o impulso criador. Não é lícito esquecer, entretanto, que a capacidade inventiva (que não é senão um sinônimo de capacidade criadora) se manifesta em graus extremamente variados. Pode-se observar o fato, com muita facilidade, num grupo de crianças empenhadas num jôgo de boliche. As bolas lançadas contra as garrafas vão parar muito longe, cansando os apanhadores, até que um dos garotos decide colocar ao fundo, em distância razoável, deitada uma tábua. Êsse artifício facilita a tarefa de recolher as bolas, aumentando o interêsse lo jôgo.

Guilselin aponta dois níveis de capacidade criadora: um primário que traduz em engenho poderoso e um secundário, que é o mais corrente. Por êste, consegue o indivíduo melhorar o uso e dar mais amplas possibilidades de exploração a algo que já estava descoberto, criado. A visão do homem possuidor dêste nível secundário de criatividade funciona como se auxiliada por uma lente de aumento capacitando-o a notar minúcias e ângulos ainda não explorados, de objeto já existente. Serve de exemplo dêste tipo de criatividade a chamada descoberta da imprensa. É fato sabido por todos que, desde tempos imemoriais, usava-se na China um processo de imprimir gravuras por meio de pranchas. A adaptação do método à gravura de letras, foi obra do gênio inventivo de GUTTENBERG. Mesmo para êste nível de capacidade criadora — dita secundária — há necessidade de uma certa iluminação porque o fato não é óvbio e passa despercebido à maioria dos homens. Resulta do relacionamento de conceitos com princípios ou doutrinas já conhecidos, porém dentro de uma ordem nunca antes estabelecida. A ordem é nova, porém as coisas já existentes não são intrinsecamente alteradas. É neste nível de criatividade que se desenvolve o maior volume da investigação científica contemporânea. Dos fatos já existentes, de premissas já estabelecidas, o pesquisador procura ver novos ângulos, tirar conclusões mais amplas, estender aplicações de interêsse imediato. É raro que um trabalho de pesquisa altera intrinsecamente ordem de idéias prèviamente estabelecida; quase sempre, as conclusões do mesmo apenas estendem ou aprofundam a visão que já tinha sôbre determinado assunto, dando início a uso mais amplo de uma formulação de significado conhecido.

NÍVEIS DE CRIATIVIDADE

O nível primário de criatividade pode ser considerado como algo de particularmente nobre: altera intrinsecamente uma ordem preestabelecida trazendo ao panorama humano realidade nova. O elemento constituinte dessa **realidade nova** pode não deslocar nada de fundamental na ordem preestabelecida, acrescendo-a, simplesmente, de uma dimensão imprevista, ou pode sacudir os alicerces das velhas edificações, pondo abaixo estruturas consolidadas para, em seu lugar, erguer outras, de aspecto totalmente inédito. Exemplo dêste tipo de criação original foi a descoberta da radioatividade, ou melhor, dos elementos radioativos por Mme. Curie. Os seus trabalhos trouxeram como resultado a alteração completa nos conceitos clássicos da teoria atômica.

Não se pode pretender que um indivíduo desenvolva permanentemente a sua atividade criadora num nível ou noutro. Nem na espera de se realizar uma grande descoberta que traga uma nova luz para as paisagens do Universo se deve desprezar a possibilidade de fazer as pequenas descobertas que garantem, milimetro a milimetro, o progresso científico.

Há a considerar, também, que quanto maior é a disponibilidade de referências (informações), tanto mais fácil se torna a conexão múltipla, germe da descoberta. Se isso é verdade para cada indivíduo, é especialmente verdade para a comunidade de cientistas que, de informações isoladas numerosas, pode tirar material para um edifício grandioso.

Dissemos, inicialmente, que há duas terminantes do efetivo desenvolvimento da capacidade criadora de cada um: uma delas está ligada aos cromossomos e não é possível atuar sôbre ela. É inegável que alguns indivíduos são dotados de uma capacidade particular de estabelecer relações entre fatos aparentemente desconexos, observando analogias ou contrastes com uma facilidade que escapa totalmente a outros. Há, mesmo, pessoas que sentem particular prazer intelectual ao encarar fatos, fenômenos e doutrinas estabelecidas, em ordem que não aquela correntemente aceita. Tais pessoas têm o que poderíamos chamar de **talento da criatividade**. Essa determinante genética é importante para que se manifeste a capacidade criadora que leva à originalidade mas, não é decisiva, nem suficiente.

Mais importante que ela é a determinante representada pelo "meio ambiente" sob esta rubrica incluídas as questões de educação e de instrução.

De fato, a educação condiciona, desde a infância, o desenvolvimento da atividade criadora estimulada pela liberdade de ação e pela confiança que a criança deposita em si mesma e nos que a cercam. A liberdade garante que ela saia da rotina e das normas preestabelecidas atendendo aos apelos de sua própria imaginação. A confiança em si mesma permite-lhe a ação; aquela que tem nos outros assegura-lhe limite compatível com as suas próprias fôrças.

Aliada à liberdade e à confiança deve aparecer a **instrução**, isto é, a disponibilidade de informações, dados fundamentais sôbre que se apóia a imaginação, e com os quais a inteligência elabora sua atividade.

No processo criador podem ser consideradas quatro etapas, nem sempre fàcilmente observadas, nem sempre passíveis de apreciação discriminada. O estabelecimento dessas etapas resulta da análise da descrição do processo, muitas vêzes feita por homens que se notabilizaram por sua capacidade criadora nas artes, na literatura, na ciência.

Paul Valery dizendo que "o espontâneo é o fruto da conquista" indicou a existência de trabalho disciplinado e de inspiração gratuita na gênese de obra original. Edson, que com suas descobertas tirou mais de 1.000 patentes, dizia que a "descoberta" é 99% de transpiração e 1% de inspiração.

Embora possa parecer ao não iniciado que a descoberta, a obra original, é resultado de um dom original dado a um mortal e negado a outro, é forçoso afirmar que, como regra, a qualquer obra original precede um trabalho preparatório de ambientação criadora com o terreno sôbre que surgirá implantado o objeto nôvo — obra de arte ou doutrina científica — meta de suas cogitações. É como se, nessa primeira fase, aquela que deseja realizar a **criação**, percorresse, em todos os sentidos, uma sala iluminada, plenamente mobiliada, observando indiscriminadamente tudo o que está sob seus sentidos, na tentativa mal definida de encontrar uma área obscura que sugira uma porta de passagem para outro lugar ou a possibilidade de revelação de minúcia, não diretamente aparente na estruturas dos móveis. O valor desta etapa preparatória está nas conseqüências que traz. Como a capacidade de interligar múltiplas informações catalogadas no cérebro guarda certo paralelismo com as probabilidades de realizar obra original, esta fase do trabalho preparatório poderia ser traduzida como a tentativa de exercitar e pôr em circuito o maior número possível de neurônios portadores de informações útilmente correlacionáveis. Corresponde ao iniciamento consciente do subconsciente que passará a atuar num segundo tempo necessário à criação original: o do repouso mental. Explorados todos os caminhos claros do problema em foco, é necessário à mente um relaxamento mais ou menos prolongado. É esta fase do processo de criação que, via de regra, qualifica o artista como um boêmio e o cientista como um excêntrico, um distraído, homem que vive nas nuvens.

PROCESSAMENTO DA ATIVIDADE CRIADORA

Pouco se pode dizer a respeito do processamento da atividade criadora durante esta etapa, reconhecível apenas em seu momento culminante que marca o que chamamos com POINCARE, a **iluminação**, terceiro tempo do processo criador. É como se, durante a abstenção de esfôrço consciente, os neurônios estimulados continuassem a estabelecer ligações, enviando correntes em sentidos múltiplos, desencadeando combinações imprevistas, até que se acenda uma lâmpada, nunca antes percebida no intrincado da rêde de luzes conhecidas do consciente. O mistério que envolve a fase de repouso que precede a descoberta, a criação original, é comparável ao mistério da germinação de qualquer semente lançada à terra...

O acender da lâmpada a que nos referimos dá início à fase culminante da atividade criadora. Corresponde à brusca revelação de uma nova ordem, de uma nova entidade, de um nôvo rosto. Essa revelação vem, para o criador, acompanhada do atributo de verdade absoluta, dando

origem a uma euforia especial, a um prazer estético de profundas repercussões. O criador experimenta um deslumbramento e se maravilha diante de sua criatura — do ente nôvo que trouxe à luz.

A iluminação é freqüentemente chamada de inspiração. Quando ela se faz presente há um fenômeno: o criador passa a ser objeto da criatura que o domina todo. Dase como uma possessão, no sentido mistico. A história fala de excitação ou do absenteísmo dos grandes **inspirados**, ao darem corpo às obras que os imortalizaram. Quando o criador vê a sua criatura, procura encurtar o caminho que leva a ela. O pincel, a pena, a máquina de escrever, o cinzel e os gestos que os movimentam parecem lerdos e incapazes de acompanhar o ritmo com que se desejaria ver a obra acabada. Há então um evidente contraste com a fase anterior de atividade preguiçosa e errática.

Como reage cada homem à sua inspiração, à sua iluminação, é coisa imprevisível e totalmente peculiar. Como grande número daqueles que realizaram obra original se destacou por alguma excentricidade, não raro se toma a excentricidade como qualidade geradora de originalidade. Não há, antretanto, conceito mais falso do que êsse. Não serão raras as pessoas que encontrem o relaxamento subseqüente à sua iluminação, nos gestos rituais da rotina de suas atividades diárias, por exemplo, pondo em ordem uma estante de livros. O certo é que, logo após a fase de revelação, impõe-se a última etapa do processo criador: a da verificação da validade da concepção. Para o pintor, corresponderia a traçar na tela imagem entrevista; para o escritor, a transferir para o papel, em frases, a idéia. Para o cientista, corresponde à montagem da experimentação e à sua execução total. Pode-se dizer, portanto, que para o cientista, tudo começa a partir dai; como se tudo o que aconteceu, tivesse sido um grande prólogo...

Cada estudioso que decide engajar-se na investigação científica deve estar ciente e consciente de suas possibilidades de realizar obra original. Deve saber que de si mesmo depende a possibilidade de progredir nesse setor, abrindo condições, até mesmo, para uma grande descoberta que poderá vir a ser a coroa de sua vida, o brasão de enfeite final para o edifício de seu trabalho cotidiano.

Ciente disso, deve procurar aprofundar-se, cada vez mais, no setor especializado a que se dedica. A informação específica será o instrumento primordial de seu trabalho. Deve evitar a dispersão. Não significa com isto que um assunto único deva ocupar todos os seus pensamentos mas, sim, que a vagabundagem intelectual a boemia do espírito passando de um campo para outro, indisciplinadamente, não lhe permita a fixação suficiente para que os impulsos mentais de seus neurônios sigam rumos compatíveis com a formação de correntes que levem a alguma nova luz.

O estudioso não pode esquecer que para cada capacitação há uma tarefa. Nem pode um principiante querer realizar uma descoberta de significação transcendente; poderá fazê-la mas, se tal acontecer, terá sido obra do acaso. As probabilidades de descobertas maiores aumentam paralelamente ao aumento de capacitação, isto é, ao aumento do domínio de um determinado campo. Daí sugerir-se para aquêle que se inicia a dedicação particular a um assunto, e não a multiplicidade de assuntos para vários trabalhos.

O amor pelo assunto da investigação é muito importante para o bom desenvolvimento do trabalho. Realmente, o prazer que alguém experimenta ao deter seus pensamentos em determinado objeto representa estímulo para que o subconsciente continue trabalhando, mesmo quando o c consciente se afasta da meta por injunções do cotidiano.

A consulta à literatura científica, uma vista de olhos geral pelas obras de referência, pode funcionar (e funciona quase sempre) como motivação inicial para o início da primeira etapa: a da inspiração. Aqui mesmo se fecha a cadeia da criação científica; após a **iluminação** — a concretização da idéia, da hipótese de trabalho ou vislumbre da teoria criada — impõe-se a retomada da literatura científica, não já como vista de olhos, mas como instrumento de informação precisa, primeiro degrau para a verificação da validade e da originalidade da inspiração. No isolamento dos laboratórios, das clínicas ou oficinas, desenvolve-se a experimentação, cria corpo e realidade a obra concebida. O silêncio e o recolhimento caracterizam esta fase da atividade criadora, que pode ser mais ou menos longa.

E chega, afinal, o dia em que o trabalho toma a forma de obra perfeita, acabada. Precisa, então, ser exposto, comunicado. Sim, porque assim como a "idéia que não procura tornar-se palavra é idéia inútil", descoberta não comunicada é descoberta inexistente. Só a comunicação da novidade à comunidade de cientistas dá a ela validade e representa a chancela da originalidade. Daí a importância de que os centros de pesquisas científicas disponham de instrumentos de divulgação — periódicos credenciados que levam aos quatro cantos do mundo os resultados dos trabalhos realizados dentro dêles. Impressa, multiplicada e divulgada a obra, chega ao término esfôrço criador...

Chega ao término? Não! Certamente, recomeçará noutro ponto, brotando como grama que sob a terra deitou raízes insuspeitadas. Porque, como escreveu o cientista Príncipe Kropotkin "aquêle que uma vez em sua vida experimentou a alegria da criação científica, nunca mais poderá esquecê-la e... tentará reproduzi-la para seu próprio deleite. □

MINISTÉRIO DO INTERIOR
Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

E D I T A L

O SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU), órgão elaborador e coordenador da política nacional no campo do Planejamento Local Integrado e gestor do FUNDO DE FINANCIAMENTO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO (FIPLAN), está interessado em cadastrar escritórios e pessoas físicas capacitadas a realizar trabalhos no campo do Planejamento do Desenvolvimento Integrado, abrangendo seus aspectos físicos, econômicos, sociais e institucionais.

Os interessados deverão entrar em contato com o SERFHAU (Avenida Presidente Wilson, 164 - 7.º andar, Rio de Janeiro, GB, ZC-39), pessoalmente ou por carta, para adquirir os formulários de inscrição ou qualsquer outras informações. A inscrição se fará mediante a entrega dos formulários preenchidos e o pagamento da taxa de inscrição, destinada a manutenção do cadastro.

Para a inscrição de escritório é necessário o preenchimento de um jôgo de formulários de CADASTRO DE ESCRITÓRIO e, para cada um de seus membros (dirigentes, técnicos e consultores) ou pessoas físicas ilosadas, de um jôgo de formulário de CADASTRO INDIVIDUAL.

Os pedidos por carta, indicando a quantidade de formulários deverão ser enviados simultâneamente com o valor total dos formulários encomendados na forma de ordem de crédito em favor do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, em sua conta na Agência Centro, GB, no Banco do Brasil.

TAXA de inscrição (Escritório)	NCr$	50,00
TAXA de inscrição (Individual)	NCr$	10,00
FORMULÁRIOS:		
Formulários de CADASTRO DE ESCRITÓRIO (1 jôgo)	NCr$	8,00
Formulário de CADASTRO INDIVIDUAL (1 jôgo com instruções)	NCr$	2,00
Formulário do CADASTRO INDIVIDUAL (1 jôgo sem instruções)	NCr$	1,00
Fôlha avulsa suplementar (ESCRITÓRIO ou INDIVIDUAL)	NCr$	0,50

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1967.

HARRY JAMES COLE
Superintendente

Novas cidades - um grande "negócio" nos Estados Unidos

TRADUÇÃO ADAPTADA DO ARTIGO PUBLICADO NO "NEW REPUBLIC" PELO ARQUITETO H. J. COLE, IAB-GB.

Aparentemente, as grandes corporações americanas estão hoje tomando o lugar do Govêrno, como as instituições capazes de produzir as modificações sociais nos anos vindouros. Exemplo já conhecido é o da educação para administração de negócios, fato já bastante conhecido hoje entre nós. Emprêsa do porte da General Eletric anunciou que está procurando grandes áreas nas proximidades de regiões metropolitanas, onde construir a primeira de, possìvelmente, várias novas cidades. A população dessa, de caráter ainda experimental, será em tôrno de 100.000 habitantes. O projeto poderá levar até sua conclusão, cêrca de 15 a 20 anos e custará em tôrno de 1 bilhão de dólares. A idéia central se baseia em que nesta escala, isto é, em cidades dêste porte, poderá a emprêsa introduzir vários equipamentos novos e mesmo encontrar mercado para uma série de produtos para os quais atualmente não tem comprador, como, por exemplo, sistemas elétricos de transporte, novas formas para a solução dos problemas de abastecimento de água e poluição aérea e hidráulica. Em poucas palavras: uma grande corporação industrial, entrando na área da construção habitacional. *Nos Estados Unidos, como no Brasil a indústria de construção habitacional está espalhada entre um sem-número de firmas especializadas e de pequeno porte, sendo que nenhuma delas tem, isoladamente, os recursos necessários para introduzir e sustentar novas concepções de solução aos problemas urbanos em escala de cidade. A GE insiste que está sèriamente envolvida no trabalho de realizar a construção de novas cidades. Brevemente com certeza outras grandes corporações farão o mesmo. O antigo Subsecretário de Defesa dos Estados Unidos, hoje Presidente das indústrias Litton, diz, com muita propriedade, que se deveria atacar os problemas urbanos, criando primeiro uma nova tecnologia e mentalidade em relação a "novas cidades".*

Dever-se-ia concentrar o mesmo esfôrço e a mesma capacidade que os Estados Unidos têm devotado aos seus projetos espaciais, para projetos inteiramente novos e que através de criação de novos mercados que evidentemente não existem e nem existiram, a indústria privada poderia ter rentabilidade na operação de desenvolvimento urbano, isto é, criação e administração de novas cidades. Assim é que se fabricaram os bombardeiros, os foquetes espaciais Atlas, Titan, os submarinos Polaris e um conjunto de "sistemas" tremendamente complexos. A sugestão do Sr. Rubel é de que o Congresso Americano deveria votar a criação de uma corporação de caráter misto público-privado nas mesmas linhas da COMSAT (encarregada dos problemas de comunicações através dos satélites), cujo objetivo final seria a construção de grandes áreas urbanas. Poderia esta comprar, desenvolver, administrar a terra para as novas cidades. Em muitos casos, grandes áreas de terra de propriedade do Govêrno americano poderiam ser utilizadas. O Sr. Rubel, ao tempo em que trabalhava no Departamento de Defesa Americano, comentava que a indústria pesada e as grandes corporações americanas poderiam se envolver na solução dos problemas sociais dos Estados Unidos se o Govêrno quisesse criar o mercado necessário para tal atividade. É interessante notar que as indústrias Litton, apesar de não participarem em construções de novas comunidades nos Estados Unidos, estão realizando projetos de desenvolvimento regional em outros países. Está atualmente em negociações com o Govêrno grego a fim de administrar um contrato de 1 bilhão de dólares para desenvolvimento econômico na Ilha de Creta e também no Oeste do Peloponeso. A idéia parece ser muito interessante. Trata-se de desenvolver a agricultura ao mesmo tempo que a indústria de turismo. Em sua primeira fase, a emprêsa fará um detalhado estudo da "análise de sistemas", a fim de verificar o que seria necessário. Isto envolverá a integração de transportes aéreos, marítimos e terrestres. Em seguida, a companhia planejará os vários empreendimentos específicos, obtendo financiamento estrangeiro e supervisionando o desenvolvimento e a operação do programa. A emprêsa espera que esta forma de atacar tal gênero de problema poderá funcionar em qualquer parte do mundo. Consorciados com grupos financeiros árabes e banqueiros europeus, a emprêsa já montou uma companhia que pretende desenvolver "oportunidades econômicas" na Arábia e no Líbano para a indústria privada. Já fêz um estudo de viabilidade para região subdesenvolvida dos Estados Unidos, a Apalachia, e espera o Sr. Rubel que quando terminem os seus trabalhos ligados a grandes contratos de construção naval, examinarão como a companhia poderá se envolver na construção de novas cidades nos Estados Unidos. Outras emprêsas estão também já no mercado de construções habitacionais sob a forma de grandes comunidades. A emprêsa de pneumáticos GOODYEAR e a emprêsa de petróleo HUMBLE têm já grandes propriedades, das quais pretendem fazer bons negócios imobiliários. A emprêsa GOODYEAR está atualmente construindo uma nova cidade chamada Litchfiel Park, para 100.000 habitantes, nas proximidades de Fenix, no Arizona, em terras que foram originalmente compradas antes da Primeira Guerra Mundial, com receio de que os alemães cortassem os suprimentos de algodão epício dos Estados Unidos. A emprêsa HUMBLE já tem em desenvolvimento um projeto de uma nova cidade para 160.000 habitantes, próximo à cidade de Houston, no Texas, chamada Clear Lake City. No ano passado, a PENNSYLVANIA RAILROAD, emprêsa ferroviária, após comprar o contrôle de três emprêsas imobiliárias já está desenvolvendo grandes projetos residenciais na Flórida, no Texas e na Geórgia. Em julho, a Westinghouse comprou uma emprêsa imobiliária próxima do Forte Lauderdale, na Flórida, que está construindo a nova cidade chamada CORAL SPRINGS. Pretende experimentar neste projeto uma série de novos sistemas: uma fábrica que transforma lixo em fertilizante para ser vendido aos paisagistas e jardineiros locais, assim como um sistema de trânsito rápido, controlado e operado por computadores que chamam "Skybus", assim como já constrói atualmente usina de dessalinização, usinas atômicas para geração de energia elétrica e está planejando a utilização de computadores para educação e treinamento. Na costa oeste dos Estados Unidos, onde recentemente se verificaram restrições de crédito, tem havido uma série de fusões entre as companhias de petróleo, fabricantes de material de construção e grandes emprêsas imobiliárias. Duas grandes emprêsas de alumínio nos Estados Unidos, a ALCOA e a REYNOLDS já estão comprometidas em grandes projetos de

renovação urbana. Elas entraram neste tipo de negócio por duas razões: 1.º como forma de investimento, e 2.º òbviamente como a maneira de ampliar o seu mercado para alumínio.

A ALCOA hoje já é majoritária em emprêsas imobiliárias envolvendo soma de aproximadamente 400 milhões de dólares. Há algum tempo atrás a ALCOA estêve associada ao célebre Zeckendorf, mas quando êste foi à falência, comprou sua parte no negócio. Êste caso é típico de trustes verticais quando controlam a mineração, fabricação e colocação do alumínio na praça. O projeto da General Eletric, entretanto, parece o mais sofisticado. Onde as indústrias Litton, através de seu porta-voz, o Sr. Rubel, gostariam que o Govêrno promovesse o aparecimento de mercados para a construção de cidades, aliás como faz no caso dos projetos espaciais, a GE está orientada na criação dos seus próprios mercados. A GE é, sem dúvida, um enorme complexo industrial. Ela pode trazer ou atrair grandes recursos financeiros em condições bastante favoráveis e manter-se por período de 10 a 15 anos dentro de um negócio, sem se preocupar com lucros imediatos. É interessante notar que as emprêsas operando na construção de novas cidades atualmente estão levando cêrca de 8 anos para ter retôrno do capital aplicado. No caso da GE, ela produz uma grande quantidade de equipamento necessário à construção de uma cidade e também já tem experiência na construção de pequenas comunidades através de investimentos próprios e contrôle de projetos suburbanos em San Francisco e West Haven, em Connecticut, utilizando "Sistemas" totalmente integrados por energia elétrica. Dentre o pessoal de alto nível empregado pela GE, existem até sociólogos como é o caso do sociólogo Nelson Foote, que foi membro do grupo de trabalho que ajudou a planejar Colúmbia, uma nova cidade que está sendo construída entre Baltimore e Washington. Durante o ano passado, consultores da GE trabalharam nesse projeto. Em uma nova cidade convencional há uma série de coisas que seriam tremendamente difíceis de realizar, porém fáceis de serem montadas por um só empresário. Por exemplo, ela já está trabalhando na construção de veículos inteiramente elétricos para pequenas viagens intra-urbanas. Assim, a população poderia dirigir os seus carros a gasolina até os estacionamentos próximos à periferia da cidade, e, em seguida, alugar carros elétricos para se locomoverem dentro da área urbana. A GE poderá ser a proprietária dos carros e fazer a manutenção dos mesmos, assim como carregar suas baterias. Uma nova cidade poderia também ser mercado para a "General Learning Corporation" ou a Corporação Geral de Educação. Esta emprêsa é uma consorciação da emprêsa Time (da revista Time e Life, etc.) com a GE. A emprêsa poderia usar os seus computadores no fornecimento de utilidades urbanas e através de um convênio com o Govêrno municipal prover as escolas, os hospitais, assim como as indústrias que poderiam ter sua contabilidade feita em conjunto por uma central de computação. A GE fabrica também usinas atômicas, podendo assim centralizar o sistema de calefação e ar condicionado e fornecimento de eletricidade para a cidade. A companhia também poderia experimentar através de novos métodos, distribuição de água e contrôle de poluição aérea e mesmo financiar a prazo a compra de bens de consumo. Mais importante, entretanto, do que isto tudo seria entrar no mercado da construção de habitações. Uma "nova cidade", e êste é um argumento bastante importante e aplicável aqui entre nós, no Brasil não está limitada aos códigos e posturas municipais antiquados e isto viria facilitar a aplicação de novas tecnologias. Outro problema interessante é a possibilidade de contornar o problema dos sindicatos operários que têm, nos casos convencionais, regulamentos que forçam a alta de preço na construção de habitações. A emprêsa GE, evidentemente, tem o tamanho econômico para fazer êste tipo de experiências. Provàvelmente, estas habitações poderiam ser pré-fabricadas inteiramente em fábricas regionais e depois transportadas para a área da "nova cidade" em caminhões. Depois de montada a sua estrutura, os trabalhadores poderiam descarregar e encaixar as unidades de cozinha, banheiros, etc. As paredes poderão já ter a sua fiação embutida e seriam simplesmente conectadas quando as paredes entrassem em posição. Êste tipo de experiência é o que se espera dessas grandes emprêsas, quando elas entrarem no negócio de construção de cidade. O mais importante é que isto deverá baratear o custo das habitações de forma bastante acentuada. Até agora a construção de novas cidades tem representado a capacidade inventiva de construtores especializados. A maior parte do seu dinheiro tem vindo através das emprêsas de seguros. Assim a nova cidade de RESTON, na Virginia, próximo de Washington, é financiada por John Hancock e mais recentemente também pela emprêsa de petróleo GULF, que está montando tôdas as bombas de gasolina e tem em vista a calefação das habitações e prédios desta cidade. O Sr. James Rouse, que é um banqueiro de hipotecas, está financiando a cidade de Colúmbia, com dinheiro da Connecticut General Life Teachers Insurance e o Chase Manhattan Bank. É curioso notar que o Govêrno americano não tem oferecido muito no sentido de subsidiar a construção de novas cidades. Entretanto, é um fator bastante influente quando resolve instalar próprios federais nestas áreas. No caso de Clear Lake City, próximo de Houston, esta tem se desenvolvido de maneira vertiginosa devido à instalação de um complexo especial. O Secretário de Interior, Sr. Udall, recentemente veio em auxílio de Reston, com a promessa de ali construir os novos escritórios do Departamento Geológico dos Estados Unidos. Isto trará de uma só vez 2.400 empregados que provàvelmente considerarão morar nesta cidade. Uma outra meia dúzia de emprêsas de pesquisa, que foram apelidadas de "tanques intelectuais" e que geralmente se localizam na periferia de Washington, estão abrindo seus escritórios também em Reston. Devido à sua localização entre Washington e Baltimore, a cidade de Colúmbia espera atrair populações de ambas as cidades. Até agora, no caso de Colúmbia, o Govêrno ainda não se instalou próximo a ela. Todavia, já se tem comprometida a instalação de um grande laboratório de pesquisa da Universidade de John Hopkins, de Baltimore e espera, sem dúvida, atrair mais gente de outras emprêsas de pesquisas que se instalarão na estrada que ligará Baltimore a Washington. As duas cidades planejam também oferecer habitação a baixo custo para os grupos de população de baixa renda que evidentemente têm que trabalhar para o Govêrno e no comércio retalhista das novas cidades. Aparentemente, Reston e Colúmbia estão acertando em cheio um nôvo mercado. Elas são atrativas para as populações que moram nos subúrbios e que cada vez em maior número trabalham em pesquisa e administração de pesquisa, que, aliás, são chamadas de a "nova classe". A maioria dessas pessoas tem vivido uma vida de frustrações e olham com certa nostalgia para as universidades que deixaram, para serem absorvidas pelas grandes corporações e os empregos governamentais. A burocracia tem aumentado muito a frustração dêsses intelectuais da sociedade sofisticada de um país de economia altamente desenvolvida. É curioso notar que há dez anos passados, era importante para uma grande corporação ter alguns economistas na sua fôlha de pagamento como promoção. Agora, tem um sem número de cientistas sociais que escrevem e justificam os seus planos de "sistemas" e que pretendem vender bem. É curioso notar que êstes mesmos cientistas sociais tiveram papel destacado nos programas de retreinamento do departamento do trabalho e altamente do Escritório de Oportunidade Econômica. Juntar todos êstes diferentes profissionais e personalidades num só lugar, provàvelmente dará à cidade um caráter de universidade. Atendendo assim aos anseios de uma classe. Outro caso interessante são as chamadas "vilas de aposentados". As experiências já feitas por algumas emprêsas têm talvez no seu mais destacado promotor, o Sr. Ross Cortese. Com o financiamento de emprêsas de seguros já construiu cinco dessas vilas na Califórnia, em New Jersey, Illinois e Maryland. Essas comunidades ou vilas de aposentados em geral se compõem de um clube central, campos de gôlfe, piscinas, estábulos, assim como cafeterias e um hospital clínico. Tem também o seu próprio **Shopping Center** e as casas e apartamentos são arranjadas de uma maneira em que há grande contato entre os seus habitantes. São grupos de casa interligadas por um serviço de ônibus gratuito.

Atualmente, há dois grandes grupos no negócio de construção de novas comunidades, os incorporadores imobiliários independentes financiados pelas grandes emprêsas de seguros e agora, ainda que de forma lenta, as grandes corporações industriais. Há evidentemente uma certa discordância entre êsses grupos. Dizem os incorporadores individuais que êles estão melhor aparelhados para fazer o planejamento e construção, pois êles podem escolher entre vários produtos de diferentes emprêsas industriais e fazer assim o melhor negócio em benefício dos futuros residentes da nova cidade. As grandes corporações dizem de seu lado, como diz a General Eletric, que suas diferentes divisões são como emprêsas independentes e acirradamente competitivas. De acôrdo com sua nova teoria, a GE, emprêsa imobiliária deixaria de comprar na emprêsa GE, fabricantes de usinas termonucleares se pudesse conseguir na Westinghouse uma usina por preço mais baixo ou mais eficiente para fazer o mesmo serviço, ou ainda, comprando usinas termelétricas de quaisquer outros fabricantes. Parece-nos, entretanto, que isto contraria a filosofia inicial do negócio, que é ampliar o mercado para os seus próprios produtos. Não seria comprando na Westinghouse que isto aconteceria. A GE mantém como segrêdo as áreas ou os locais em que deseja comprar terras para suas novas cidades. Diz ela que se soubessem onde isto aconteceria, os especuladores de imóveis forçariam uma alta de preços de terrenos. Entretanto, por que deveria o planejamento de novas cidades ser secreto? Segundo o Sr. Rouse, que está construindo Colúmbia, os governos locais estaduais deveriam ter autoridade ou serem autorizados a montar suas corporações de desenvolvimento urbano para a compra de terra e conseguir do Govêrno Federal apoio na construção de novas cidades. Por sua vez, o Govêrno Federal também usaria, através da localização de seus empreendimentos administrativos, industriais ou de qualquer outra natureza, o poder de canalizar o crescimento de uma enorme variedade de novas cidades. Isto poderia ser uma consideração de ordem prioritária nas decisões de onde deveriam ser oferecidos os contratos ligados à defesa. Tudo isso, entretanto, não resolve o problema dos **slums** ou melhor, das favelas americanas. Atualmente, um senador americano propôs uma idéia bastante interessante, que talvez interessasse às grandes corporações nas áreas deprimidas das grandes cidades. Êle criaria grandes corporações para o desenvolvimento de comunidades nos **slums**. Seriam organizadas e dirigidas pelos cidadãos. Poderiam assim comprar terrenos, planejar sua unidade de vizinhança e promover a renovação urbana. A corporação pode retreinar os seus residentes e assim facilitaria o desenvolvimento de outros negócios. Criariam empregos, mercados para produtos e serviços, ainda que inicialmente fôsse necessário o financiamento do Govêrno. Evidentemente, com o seu desenvolvimento poderiam levantar dinheiro nos bancos e emprêsas de seguros e grandes corporações industriais. Assim, se desenvolvem pragmàticamente as novas teorias econômicas do neocapitalismo, verificando que a melhoria social é um objetivo útil na maximização dos lucros no setor privado. É uma experiência que se deve acompanhar em seu desenvolvimento e talvez adaptar para as nossas condições brasileiras. □

Uma estranha definição de habitação de interêsse social

A edição de março de 1967 da Revista da Sociedad Interamericana de Planificacion transcreve algumas considerações do economista Rafael Mora-Rubio, da Colômbia, membro da SIAP, que devem ser transcritas em ARQUITETURA.

O editorialista da revista da SIAP conta que, em janeiro dêste ano, ao conversar com Rafael Mora-Rubio, em Nova York, no Centro de Habitação, Construção e Planejamento da ONU, êste manifestou sua preocupação quanto ao emprêgo abusivo que vem se dando nos países latino-americanos ao conceito de habitação de interêsse social. Mora-Rubio, que foi subgerente técnico do Instituto de Crédito Territorial da Colômbia e diretor do Centro Interamericano de Vivienda, tem idéias muito claras a respeito dessa matéria, como veremos a seguir.

Quando a Comissão Ad-hoc da União Panamericana se reuniu em Washington, em 1953, para estudar os problemas de habitação na América Latina, foram feitos os primeiros cálculos do **deficit**, dos custos, das necessidades em capital para inverter em habitação e estabelecidas definições, logo aceitas, sem maior discussão. Entre estas definições, adotou-se a de "habitação de interêsse social", com base no entendimento em que usado nos Estados Unidos para "low-cost housing", isto é, "habitação barata". Desde então, existe uma confusão que levou a infelizes conclusões ainda não retificadas.

Com efeito, a Comissão Ad-hoc definiu como "habitação de interêsse social" apenas o que corresponde ao conceito econômico encerrado na expressão "low-cost housing", isto é: "aquela que, dentro das normas essenciais de habitabilidade, é construída a custo mínimo, como o propósito de colocá-la à disposição da família de baixos rendimentos e do seu alcance".

Deixou-se de definir o qualificativo "interêsse social" e tamanha falta lógica ficou inadivertida. Por outro lado, os programas da América Latina, se orientaram, em sua maioria, a partir dessa definição, resultando daí que, em grande parte dos casos, só se tenha levado em conta a capacidade de pagamento, como critério predominante para selecionar os beneficiários e se tenha favorecido principalmente a população de recursos médios. Não existindo senão um critério econômico, os programas de habitação se concentraram na adjudicação dos imóveis mediante contrato de compra e venda com hipoteca individual, deixando de lado outras formas de posse. Tanto os serviços comunitários como os programas de serviço social tão pouco tiveram o desenvolvimento que mereciam, se a habitação tivesse sido verdadeiramente de interêsse social.

Esta situação nos leva à necessidade de tentar uma definição que corresponda ao conceito de "habitação de interêsse social" e que retifique os desvios das políticas habitacionais que até agora predominaram na América Latina. A êsse respeito farei adiante algumas considerações que considero pertinentes.

Os programas de saúde, educação, alimentação, habitação, etc., são componentes sociais que, junto aos econômicos, têm por finalidade última produzir o bem-estar de tôda a população. Esta meta, em nossos países, é buscada através de planos e programas de desenvolvimento. Êsses, por sua vez, procuram atingir um crescimento ordenado e uma mudança tanto social e cultural quanto econômica, e tanto qualitativa quanto quantitativa. Conseqüentemente, se a habitação é um dos meios para atingir o desenvolvimento e, além disso, é de "interêsse social", deve-se tem em conta nos respectivos programas e em sua definição os conceitos de crescimento e evolução ou mudança social, cultural e econômica.

A mudança buscada tompouco se produzirá ùnicamente pela provisão de uma estrutura de alvenaria ou madeira, mas, sendo social, cultural e econômica, deverá ser acompanhada dos meios necessários a promover e excitar as pessoas no sentido de que contribuam e facilitem a mudança procurada ou induzida. Daí serem indispensáveis, em todos os programas de habitação, os serviços comunitários que fomentam a vida comunitária e que o serviço social, a economia do lar, a educação de adultos e a promoção do desenvolvimento comunal sejam também atividades que não podem ser relegadas a segundo plano.

As considerações acima não esgotam o assunto e deixam muito lugar para o desenvolvimento do tema, mas possibilitam, todavia, a apresentação de uma definição de habitação de interêsse social, cujo principal propósito é o de provocar ou dirigir o pensamento para êste problema:

"Habitação de interêsse social é aquela que se destina a fomentar uma ordenada distribuição da população e uma evolução social, cultural e econômica de acôrdo com as necessidades de desenvolvimento de cada País.

Nessa definição vários pontos devem ser anotados. O **primeiro** dêles refere-se à distribuição da população, assunto intimamente relacionado com a migração para as cidades, os programas de reconstrução e melhoramento rural, a política de implantação industrial e outros fatôres de desenvolvimento regional que não podem ser tratados **separadamente da habitação.** Em nível já não regional mas urbano, vincula-se ao planejamento físico, relação habitação-trabalho, serviços públicos, renovação urbana e problemas semelhantes.

O **segundo,** trata da mudança induzida para atingir as metas de desenvolvimento tratadas antes, fazendo notar em relação à mudança econômica que a habitação adequada é considerada como um poderoso fator no aumento da produtividade da fôrça trabalhadora, de uma parte e como meio de impulsionar uma atividade geradora de emprêgo e de desenvolvimento industrial, por outro. O **terceiro** versa sôbre a necessidade de harmonizar os programas de habitação de interêsse social com as sucessivas etapas do desenvolvimento de cada país, e ainda de cada zona de cada país. Trata-se de evitar as enormes desproporções que freqüentemente podem ser constatadas entre o que é construído espetacularmente para uns poucos privilegiados e a enorme necessidade de milhares de famílias carentes de qualquer elemento de bem-estar e, freqüentemente, também de esperança.

Caso essa definição, ou outra melhor, fôsse dotada, dar-se-ia sem dúvida uma notável contribuição à programação adequada do setor habitação dentro do marco geral do desenvolvimento integral e se corrigiria a visão unilateral que se tem tido, com freqüência, do problema. □

Notícias



• Scorzelli mostrou desenhos na Galeria Santa Rosa

O arquiteto Roberto Scorzeli, IAB-GB, antigo colaborador de ARQUITETURA expôs seus desenhos no período de 21 a 27 de agôsto na Galeria Santa Rosa. No catálogo, José Paulo Moreira da Fonseca diz que "na presente exposição Roberto Scorzelli comparece antes de tudo com uma **animalista.** Trata-se do gênero decano nas artes plásticas, como asseguram os "murais" das cavernas pré-históricas. E bem merece tal primazia, pois o artista que se dedica a essa temática é alguém que vai pautar sua obra conforme algo de pré-histórico: uma estrutura vital. Obviamente, o mesmo ocorre com o pintor da figura humana, osbretudo o nu, porém, nessa última hipótese intervêm vários fatôres dramáticos (e "históricos" portanto) que não deixam tão em evidência aquêle arcabouço orgânico. Aquiles, ou Tiradentes, ou a mulher que amamentava evocam determinado **enrêdo**, já uma cabra, uma coruja, um hipopótomo comparecem exuberantemente com a arquitetura que lhes outorgou a natureza na sua evolução. Dessa maneira, tal artista, necessàriamente, estaca sua tarefa num gráfico anatômico. Descobre mais do que imagina, é estritamente fiel à **mimesis** preconizada pela estética aristotélica."

"Tal **realismo** comparece ostensivamente nos robustos desenhos de Scorzelli, e comparece atento a preocupação artística e não fotográfica. Os animais nesses desenhos não se mostram com o rigor míope das pranchas zoológicas, mas desnudando suas **traves mestras** (quase sempre curvas, porque a vida abomina os cristais), que são escritas com um admirável critério de construção."

"Em outras palavras, quero dizer que uma cabra de Scorzelli independente de ser uma genuína cabra, vale como um arabesco gráfico. A arte do expositor foi saber elucidar a coincidência entre a estrutura real e a validade estética. É o que, há um século, se deu com a escultura de um Barye, que conseguiu chegar àquela intensidade mágica das formas de Altamira ou dos relevos assírios."

"Mas, — prossegue José Paulo Moreira da Fonseca — voltemos ao artista brasileiro: nêle a linha não raro se transforma em mancha negra reunindo o **traçado** ao **claro-escuro,** não no empenho useiro de criar o volume através dos **valôres,** mas numa autêntica comunhão entre risco e mancha. Por vêzes a mancha se arma num dinamismo que expressa em meios casticamente gráficos os pêlos (v.g. os gatos) ou as penas (v.g. as corujas). É que novamente se exerce aquela segura transformação do **objetivo** no **estético,** resultado numa catálise da apreensão do mundo. E tudo num **estilo** extremamente pessoal inconfundível, **estilo** que o coloca na primeirissima linha dos desenhistas brasileiros."

"Nos nus femininos, que igualmente se apresentam nessa mostra, verifica-se uma redução geométrica mais sensível. As formas da mulher se coniugam em jogos dinâmicos de semicírculos, com uma pujança que vai significar uma espécie de **vitalidade a tôda a prova."**

"Não são mulheres atléticas de modo algum, mas mulheres imbuídas de um certo furor de vida, que as faz pralanamente saudáveis."

"Estamos diante de uma arte que alcancou um **ângulo ótimo,** quero dizer um vértice que abrange vasta faixa de espectadores interessados, desde o novato em estética até aquêles que já postulam exigências difíceis, os **conhecedores."**

"E tal virtude, quase infalivelmente, é a pedra de toque atestando uma obra que desceu fundo, que foi de fato manifestação do **fenômeno humano."**

• Arquitetos alemães consideram o futuro

O tema principal do 42.º Congresso da União de Arquitetos Alemães, realizado em Hannover, girou em tôrno da pergunta — Como viveremos daqui a 20 anos? Aos participantes do congresso foi distribuído um questionário com 40 perguntas sôbre a projeção do atual desenvolvimento tecnológico, do qual resultaram os seguintes aspectos: a) 74% dos arquitetos consideram provável a existência futura de edifícios-garagem na orla das grandes cidades e que o tráfego no centro da cidade será feito através de veículos coletivos. b) 74% acham que o aquecimento e o abastecimento de água serão centrais e distribuídos pela cidade; c) 85% acreditam na diminuição dos ruídos e odores nos centros urbanos, através da substituição dos atuais veículos por outros movidos a eletricidade; d) 78% acreditam que as reservas naturais próximas às grandes cidades serão preservadas. Outros acreditam em que os edifícios residenciais para 6 a 8 mil pessoas não terão cozinhas em seus apartamentos, pois restaurantes nos próprios edifícios se encarregarão de fornecer as refeições; e) 67% dos consultados acreditam que a idade média do homem será elevada para 80 anos e 39% acreditam que o consumo de álcool e de cigarros diminuirá consideràvelmente.

• Alexandre Rapoport expõe na Galeria Varanda

O arquiteto Alexandre Rapoport expôs entre 28 de agôsto e 8 de setembro pinturas na Galeria Varanda. No catálogo da exposição, Claudir Chaves chama a atenção para o fato de que o que caracteriza a "obra de um artista como Rapoport, mesmo quando se a examina ligeiramente, é a sua insatisfação, a busca incansável de uma forma de expressão mais acurada para aquilo que não pode deixar de comunicar: a sua visão plástica das coisas."

• Convênio IAB-GB - SUSEME

O primeiro contrato decorrente do convênio firmado entre a SUSEME e o IAB-GB foi assinado no dia 2 de agôsto no Gabinete do Secretário de Saúde do Estado da Guanabara. O contrato para o projeto do Hospital D. Pedro II foi assinado com os arquitetos Oscar Valdertaro, IAB-GB e Roberto Nadalutti IAB-GB. No momento, o IAB-GB está promovendo gestões junto à Secretaria de Saúde para a realização de um concurso público de arquitetura para o anteprojeto de um hospital na Ilha do Governador.

• Áreas metropolitanas

Realizou-se em Toronto, Canadá, em agôsto passado, um seminário internacional para estudo das áreas metropolitanas no mundo. Participaram dêste seminário representantes de 40 áreas metropolitanas de todos os países. O Brasil estêve representado no conclave pelos arquitetos Harry James Cole, IAB-GB, Superintendente do ..... SERFHAU, Hélio Modesto, IAB-GB, do govêrno do Estado da Guanabara, e por Diogo Lordelo, do IBAM.

• IV Premiação Anual do IAB-GB

Realiza-se em dezembro próximo a IV Premiação Anual do IAB-GB, destinada a destacar os trabalhos dos arquitetos cariocas no ano de 1967. A premiação anual do IAB-GB é hoje uma tradição nos meios arquitetônicos da Guanabara e êste ano deverá ter uma representação das mais expressivas. As inscrições estão abertas na secretaria do IAB-GB, onde poderão ser encontradas ainda maiores informações e detalhes sôbre a apresentação dos trabalhos concorrentes.

• Bôlsas de pesquisas no CINVA

Encontram-se à disposição dos interessados bôlsas de pesquisas, oferecidas pela Organização dos Estados Americanos através do Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento, CINVA. As inscrições devem ser solicitadas no período de primeiro de outubro e primeiro de dezembro de 1967. A duração das bôlsas será de 3 meses no mínimo e 6 no máximo e as pesquisas estão relacionadas a quatro temas básicos:

a) metodologia para análise sócio-econômica de bairros de transição; b) possibilidades econômicas dos sistemas construtivos de transição, orientados para a pré-fabricação; c) métodos para estabelecimento de normas mínimas em habitação de interêsse popular; d) organização e contrôle de construção macica de habitações. Os formulários para habilitação às bôlsas podem ser obtidos no Rio de Janeiro, na sede da Organização dos Estados Americanos, na Rua Paissandu.

• Habitação, Desenvolvimento e Urbanização

Acaba de ser publicado por Edições O Cruzeiro a obra de Charles Abrams "Habitação, Desenvolvimento e Urbanização". **CA** foi considerado pela Architetural Forum um dos mais notáveis especialistas em problemas de moradia nos EUA e presidiu inúmeras missões sôbre planejamento urbano e problemas habitacionais junto a países estrangeiros e foi consultor para êsses assuntos de inúmeras nações. Atualmente, Charles Abrams é professor-viajante de planejamento urbano no Instituto Técnico de Massachusetts (M.I.T.).

Trata-se de um livro que deve ser lido e meditado por todos os que se interessam por problemas de habitação e planejamento urbano, apesar da tradução não ser das mais recomendáveis.

• UNESCO promove seminário para desenvolvimento cultural da América Latina

A Unesco participou do IX Congresso da UIA em Praga, tendo enviado para representá-la o prof. M. Elmandjra, seu subdiretor geral. O prof. Elmandjra tem defendido na UNESCO a tese de que a arquitetura representa papel primordial no desenvolvimento cultural em todo mundo. Em reunião com o Bureau da UIA, em Praga, segundo nos informou o arquiteto Flávio Leo Azeredo da Silveira, durante a realização do Congresso, o prof. Elmandjra estabeleceu diversos acôrdos de cooperação cultural entre a UNESCO e a UIA, que ficaram integrados num documento que recebeu o nome de Carta de Praga.

Durante as discussões relativas a êsse protocolo, os representantes da Inglaterra e da Suiça propuseram que a UNESCO concentrasse seus esforços sobretudo na formação de técnicos de grau médio (laboratoristas, desenhistas, etc.). Na ocasião, o arquiteto Flávio Leo Azeredo da Silveira, IAB-GB, Vice-Presidente da UIA, lembrou ao prof. Elmandjra, que é marroquino, que nenhum país nôvo da América, Ásia ou África poderia aceitar qualquer medida que viesse a colocá-los **a priori** na condição de colônias culturais de países favorecidos, e que se os critérios de ajuda para a formação profissional da UNESCO não fôssem muito bem estudados e adequados poder-se-iam transformar numa arma de dois gumes contra a própria UNESCO. Após esta intervenção, plenamente aceita, o prof. Elmandjra convidou o arquiteto Flávio Leo Azeredo da Silveira, para participar, como convidado especial da UNESCO, no Seminário para Desenvolvimento Cultural da América Latina a se realizar em Lima, Peru, em setembro próximo.

• SERFHAU cadastra profissionais

O SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU), órgão elaborador e coordenador da política nacional no campo do Planejamento Local Integrado e gestor do FUNDO DE FINANCIAMENTO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO (FIPLAN) está interessado em cadastrar escritórios e pessoas físicas capacitadas a realizar trabalhos no campo de Planejamento do Desenvolvimento Integrado, abrangendo seus aspectos físicos, econômicos, sociais e institucionais.

Os interessados deverão entrar em contato com o SERFHAU (Av. Presidente Wilson, 164 - 7.º andar, Rio de Janeiro, GB, ZC-39), pessoalmente ou por carta, para adquirir os formulários de inscrição ou quaisquer outras informações. A inscrição se fará mediante a entrega dos formulários preenchidos e o pagamento da taxa de inscrição, destinada a manutenção do cadastro

Para a inscrição de escritório é necessário o preenchimento de um jôgo de formulários de CADASTRO DE ESCRITÓRIO e, para um de seus membros (dirigentes, técnicos e consultores) ou pessoas físicas isoladas, de um jôgo de formulário de CADASTRO INDIVIDUAL.

Os pedidos por carta, indicando a quantidade de formulários, deverão ser enviados simultâneamente com o valor total dos formulários encomendados na forma de ordem de crédito em favor do SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇAO E URBANISMO, em sua conta na Agência Centro, GB, do Banco do Brasil.

Taxa de inscrição (Escritórios)	NCr$ 50,00
Taxa de inscrição (Individual)	NCr$ 10,00
Formulários:	
Formulário de CADASTRO DE ESCRITÓRIO (1 jôgo)	NCr$ 8,00
Formulário do CADASTRO INDIVIDUAL (1 jôgo)	NCr$ 1,00
Fôlha avulsa suplementar (Escritório Individual)	NCr$ 0,50

• Concurso Edifício PETROBRÁS

A primeira etapa do concurso para a escolha do projeto para o edifício da Petrobrás, no Rio de Janeiro, teve os seguintes arquitetos, ou equipe de arquitetos, como autores dos anteprojetos selecionados: PAULO DE MELLO BASTOS (respensável pela inscrição) — colaboradores: Koichi Shidara, Emília Abe, Hitoshi Koyama, Sede do Escritório: São Paulo; DAVID A. B. OTTONI (responsável pela inscrição) Dacio A. B. Ottoni, Sede do Escritório: São Paulo; ROBERTO LUIZ GANDOLFI (responsável pela inscrição) José Mermeto Paula Sanchotene, colaboradores: Dilva Slomp, Moisés Guerrero, Rubens Sanchotene. Escultor: Abrão Aniz Assad. Sede do Escritório: Curitiba. MANOEL ROBERTO SIQUEIRA DE FIGUEIREDO (responsável pela inscrição). NOÉMIO XAVIER DA SILVEIRA FILHO, ARMANDO FENELON CARNEIRO DA CUNHA. Colaboradores: Eduardo Fontes Hotz, Fernando Karazawa, José Ribeiro, Ana Maria D'Andretta, Aracildo Lins de Carvalho, Fausto Gomes Cavaleiro. Sede do Escritório: São Paulo. MIGUEL ALVES PEREIRA (responsável pela inscrição). IVAN MIZOGUCHI. Sede do escritório: Pôrto Alegre.

• IAB-BA cria o Centro de Estudos e Pesquisas de Arquitetura

Para estudar e difundir o planejamento urbano e a arquitetura o IAB-BA criou, com a participação de arquitetos e estudantes de arquitetura, o CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ARQUITETURA. As reuniões se processarão tôdas as segundas-feiras, às 18 horas na sala cedida especialmente para o seu funcionamento.

• Concurso público da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia

O arquiteto Raul Vieira — IAB-BA, foi indicado pelo Departamento da Bahia, arquiteto consultor que deverá assessorar a Comissão designada pelo Presidente da Assembléia Legislativa, para programar o concurso público de arquitetura da Assembléia.

O arquiteto Evano Gualberto, IAB-BA, foi designado pelo Govêrno do Estado para o mesmo fim.

• IAB-SP institui o Encontro Semanal dos Arquitetos

O Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo, instituiu um Encontro Semanal dos Arquitetos a se realizar tôdas as quintas-feiras. Este encontro consistirá de um almôço com um convidado especial que deverá pronunciar uma breve palestra sôbre assunto de interêsse da classe. A relação dos convidados será comunicada por circular com a devida antecedência.

• Aspectos da habitação na Alemanha

Uma pesquisa realizada na Alemanha Ocidental, relacionada com a família média de quatro pessoas (casal e dois filhos) da classe média, revelou, para o ano de 1966, que em 87% dos casos estudados são de família que moram em casa alugada enquanto que sòmente 11% têm casa própria. A pesquisa mostrou ainda que 15% das famílias habitam em casas construídas antes de 1918, outras 18% em casas construídas entre 1918 e 1948 e que 67% habitam residências edificadas posteriormente a 1948. No caso das habitações alugadas, as famílias de quatro membros dispõem, em média, de quatro peças que perfazem uma área útil de 65 metros quadrados e pela qual pagam um aluguel de 107 marcos.

• I Encontro de Planejamento da Amazônia

Realizou-se entre os dias 25 e 29 do corrente mês o I Encontro de Planejamento da Amazônia promovido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e que teve por objetivo a conceituação e a identificação dos pólos e faixas de desenvolvimento da região amazônica e que contou com a participação de técnicos da SUDAM, e representantes de entidades estaduais, do IPEA e do SERFHAU. □

GB — CONTRÔLE DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

DECRETO "N" N.º 779,
DE 30 DE JANEIRO DE 1967

Aprova o regulamento de contrôle da Poluição Atmosférica no Estado da Guanabara.

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o artigo 30, item 1, da Constituição do Estado, tendo em vista o que dispõe a Lei n.º 1.043, de 4 de agôsto de 1966 e

Considerando que o contrôle da poluição do ar, de acôrdo com o art. 4.º do Titulo III, combinado com o capítulo II do Titulo X do Decreto n.º 961, de 12 de abril de 1962 foi atribuido ao Instituto de Engenharia Sanitária (IES), órgão da Superintendência de Urbanização e Saneamento, contrôle que se exerce sob a orientação e em coordenação com a Secretaria de Saúde do Estado da Guanabara, nos têrmos do art. 4.º da Lei n.º 1.043 de 4 de agôsto de 1966;

Considerando os prejuizos decorrentes da poluição do ar ambiente para a saúde pública, o bem-estar comum e a propriedade em geral;

Considerando a necessidade, de se exercer um efetivo contrôle de fins sanitários sôbre as fontes da aludida poluição, sejam elas constituídas de obras ou instalações fixas, completadas ou não, quer sejam móveis — bem ainda resultantes quer de atividades industriais ou do atendimento das necessidades elementares da vida humana;

Considerando, mais, que convém ao interêsse público a dinamização do processo de contrôle da dita poluição do ar ambiente, suplementando-se as medidas de polícia sanitária e edilícia ora vigentes, pela aferição da nocividade das fontes poluidoras por padrões técnicos ora reconhecidamente válidos, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado e mandado executar o Regulamento para contrôle da Poluição Atmosférica no Estado da Guanabara, que a êste acompanha.

Art. 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1967, 79.º da República e 8.º do Estado da Guanabara.

FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA
Raymundo de Paula Soares
Hildebrando Monteiro Marinho

REGULAMENTO DO CONTROLE DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA, DE QUE TRATA O DECRETO "N" N.º 779, DE 30 DE JANEIRO DE 1967.

Art. 1.º — Não será permitido, proveniente de qualquer local, equipamento, máquina, instalação, fábrica ou assemelhados, bem como de quaisquer veículos, o lançamento ou emissão de substâncias em que quantidade ou qualidades tais que venham a causar a poluição do ar ambiente.

Parágrafo único — Para os efeitos dêste artigo, considera-se "poluição do ar" a presença, na atmosfera interior, de um ou mais contaminantes, e quantidade e duração tais que sejam ou tendam a ser prejudicadas ao ser humano, às plantas à vida animal ou às propriedades ou que interfiram no confôrto da vida ou no uso das propriedades.

Art. 2.º — Fica adotada a Escala de Ringelmann como medida de poluição ocasionada pela descarga de fumaças na atmosfera.

§ 1.º — Para os fins dêste artigo "Fumaça" consiste em pequenas partículas sólidas resultantes de uma combustão incompleta de material carbonáceo.

§ 2.º — A Escala de Ringelmann consiste em uma escala gráfica para avaliação calorimétrica da densidade de fumaça, constituida de seis padrões com variações uniformes de tonalidades entre o branco e o prêto. Os padrões são apresentados por meio de quadros retangulares, com rêdes de linhas de espessura e espaçamentos definidos, sôbre um fundo branco.

§ 3.º — Os padrões da Escala de Ringelmann são numerados de 0 a 5 e assim definidos:

— Padrão n.º 0 — Inteiramente branco.

— Padrão n.º 1 — Reticulado com linhas pretas de 1 mm de espessura, deixando, como intervalos, quadrados brancos de 9 mm de lado.

— Padrão n.º 2 — Reticulado com linhas pretas de 2,3 mm de espessura, deixando, como intervalos, quadrados com 7,7 mm de lado.

— Padrão n.º 3 — Reticulado com linhas pretas de 3,7 mm de espessura, deixando, como intervalos, quadrados com 6,3 mm de lado.

— Padrão n.º 4 — Reticulado com linhas pretas de 5,5 mm de espessura, deixando como intervalos, quadrados brancos com 4,5 mm de lado.

— Padrão n.º 5 — Inteiramente prêto.

Art. 3.º — Não será permitida emissão, para a atmosfera, de fumaça com tonalidade superior à do Padrão n.º 2 da Escala de Ringelmann.

Parágrafo único — Será tolerada a emissão de fumaça do padrão n.º 3 da Escala de Ringelmann por um período máximo de 6 minutos, em qualquer período de uma hora, correspondendo às operações iniciais de uma queima ou limpeza das fornalhas.

Art. 4.º — Os limites de tolerância para emissão de gases, vapôres e poeiras serão estabelecidos oportunamente pelo Instituto de Engenharia Sanitária.

Art. 5.º — Fica atribuido ao Instituto de Engenharia Sanitária (IES) da SURSAN o cumprimento dêste Regulamento.

Parágrafo único — Competem ao Serviço de Contrôle da Poluição Atmosférica do IES as medidas de natureza normativa, estudos, pesquisas e laboratórios e informações técnicas sôbre poluição atmosférica.

Art. 6.º — Quem se opuser, embargar ou dificultar, por qualquer meio ou forma, a ação sanitária a que se refere êste Regulamento ou deixar de cumprir no prazo estabelecido, as intimações do Instituto de Engenharia Sanitária (IES), estará sujeito às penas de advertência, multas previstas na legislação sanitária (Lei n.º 1.043 — Código Estadual de Saúde) em vigor, suspensão, interdição cassação de registro ou alvará de licenciamento.

§ 1.º — As multas serão elevadas ao dôbro do valor anterior, no caso de reincidência das infrações previstas neste Regulamento.

§ 2.º — A aplicação das penalidades de que trata êste artigo não impede que outras ações paralelas, de responsabilidade penal, sejam tomadas.

Art. 7.º — Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Diretor do IES, que os submeterá, em grau de recurso, à Administração Superior.

(D.O. 1-2-67).

GB — PAVIMENTO INTERMEDIARIO EM EDIFÍCIOS DE USO MISTO

DECRETO "N" N.º 317,
DE 27 DE MARÇO DE 1967

Estabelece condições para a inclusão, nos edifícios de uso misto, de um pavimento aberto, intermediário entre o pavimento térreo de uso comercial e os demais, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que nos logradouros das zonas residenciais em que é permitido uso comercial dificilmente seriam estabelecidos espaços livres de uso comum, com áreas suficientes para a recreação de seus moradores, no pavimento térreo, visto ser êsse pavimento preferencialmente escolhido para as lojas;

Considerando que nos prédios mistos de apartamento e lojas devem existir espaços livres para uso e gôzo comum de seus moradores;

Considerando que em muitos casos, devido às condições topográficas do terreno, obtém-se um melhor partido arquitetônico do projeto com um pavimento aberto superposto às lojas, decreta:

Art. 1.º — Nos edifícios a serem construídos em lotes situados em logradouros das Zonas Residenciais (ZR), onde, pela legislação vigente, é permitido o uso comercial no pavimento térreo, poderá ser incluido um pavimento aberto intermediário entre êsse pavimento de uso comercial e os demais pavimentos de uso residencial, para fins exclusivamente recreativos (**playgrounds** e jardins), privativo dos ocupantes da parte residencial do prédio, não podendo ser utilizado para estacionamento, parqueamento de veículos ou qualquer outro fim a não ser o concedido neste artigo.

§ 1.º — Acima do pavimento intermediário aberto a que se refere êste artigo será permitido o uso residencial para os pavimentos do edifício.

§ 2.º — O pavimento intermediário a que se refere êste artigo será considerado equivalente ao pavimento aberto em "pilotis" e a sua construção obedecerá as disposições do art. 3.º do Decreto n.º 12.881 de 22 de junho de 1955, exceto no que se refere aos seguintes itens:

I — pé direito será de 3m (três metros);

II — não poderá conter o apartamento do porteiro que deverá ficar localizado no pavimento térreo ou na cobertura;

III — não poderá conter o **hall** de entrada, o qual deverá ficar situado no pavimento térreo e independente da parte comercial, sem ter com esta qualquer comunicação. Na hipótese de existência de galeria interna, a entrada não poderá ser feita através a mesma, devendo efetuar-se diretamente pelo logradouro público;

IV — não poderá conter depósitos de qualquer espécie.

§ 3.º — O pavimento intermediário a que se refere êste artigo faz parte integrante das áreas de propriedade e uso comum dos andares residenciais do edifício, não podendo, em qualquer hipótese, ser cedido, alienado ou locado, no todo ou em parte, a terceiros.

§ 4.º — O pavimento intermediário a que se refere êste artigo não poderá ser fechado ou envidraçado, no todo ou em parte, nem poderão ser colocados letreiros ou anúncios de qualquer natureza.

§ 5.º — O pavimento aberto a que refere êste artigo deverá ser protegido por mureta ou gradil em ferro, conforme as condições estéticas do edifício mais aconselharem.

§ 6.º — Os balanços previsto no art. 186 do Decreto n.º 6.000 de 1.º de junho de 1937, só serão permitidos acima do pavimento aberto em **pilotis.**

Art. 2.º — Nos edifícios a serem construídos de acôrdo com as disposições do Decreto "N" N.º 581, de 15 de abril de 1966, situados nos logradouros referidos no art. 1.º, será permitido que o pavimento térreo e a sobreloja (quando houver) atinjam as divisas laterais do lote, desde que obedecidas as seguintes disposições:

I — Os pavimentos de uso comercial serão separados dos pavimentos superiores de uso residencial por um pavimento aberto em **pilotis;**

II — O pavimento térreo e a sobreloja (quando houver) serão para uso exclusivamente comercial;

III — A loja e a sobreloja (quando houver) serão contadas como pavimento para efeito de cáuculos dos afastamentos das divisas e frontal a que se refere o art. 1.º do Decreto "N" n.º 581, de 15 de abril de 1966;

IV — Êsses pavimentos obedecerão aos afastamentos frontais e laterais que forem exigidos para o logradouros;

V — Êsses pavimentos terão a sua profundidade limitada a da lâmina, não podendo em qualquer hipótese ultrapassar 50 m (cinqüenta metros).

Art. 3.º — Êste decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1967, 79.º da República e 8.º do Estado da Guanabara.

FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA
Raymundo de Paulo Soares

(D. O., 29-3-63).

GB — DEFINE ZONA URBANA DA GUANABARA

DECRETO "N" N.º 1347,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1966

Define a Zona Urbana do Estado da Guanabara.

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso I, da Constituição Estadual, decreta:

Art. 1.º — Ficam consideradas como Zona Urbana do Estado da Guanabara,

Você sabe por que os engenheiros se sentem seguros quando especificam tubos de ferro fundido para abastecimento de água das cidades e instalações industriais?



A razão é esta: os tubos de ferro fundido são os mais duráveis, os mais resistentes, inalteráveis e, acima de tudo, os de instalação mais fácil e de menor custo. As provas são inumeráveis e estão espalhadas pelo mundo inteiro. As tubulações de Diemburgo (Alemanha), feitas em 1562 (o Brasil estava recem-descoberto!), funcionam até hoje. As de Versailles estão perfeitas. E os exemplos, já históricos, são muitos. Os tubos de ferro fundido continuam sendo insubstituíveis para conduzir líquidos e gazes sob pressão. Além de tudo, ainda possuem um valor extra: o valor eterno do próprio ferro. A Cia. Ferro Brasileiro produz tubos de ferro fundido rigorosamente de acôrdo com as normas da ABNT. Com juntas flexíveis (de borracha) ou as tradicionais de chumbo. Pixados externamente e internamente. Ou cimentados por dentro. E tôdas as conexões e acessórios necessários: curvas, tês, registros, válvulas, hidrantes, etc. Por tudo isso, e principalmente pela experiência de cada um, e que os engenheiros se sentem seguros ao especificar os nossos **tubos de ferro fundido.** Quem tem experiência atesta: segurança e economia - tubos de ferro fundido.

CIA. FERRO BRASILEIRO

Usina Caeté, Minas Gerais
Escritórios Comercial: Av. Nilo Peçanha, 26. 6.º and. - Rio
Agências e depósitos em São Paulo, B. Horizonte, Recife

as seguintes zonas: Zona Comercial (ZC), Zona Portuária (ZP), Zonas Residenciais (ZR1, ZR2 e ZR3), Zona de Expansão Urbana (ZAI) e Zona Industrial (ZI), delimitadas pelo Decreto n.º 6.000 de 1.º de julho de 1937, pelo Decreto n.º 15.220, de 30 de março de 1960 e pelos demais decretos vigentes que delimitam a Zona Industrial, e bem assim a Zona de Expansão Industrial, criada por êste decreto.

Art. 2.º — A atual Zona Agrícola (ZA 2), excluídas as áreas do Estado pertencentes ao Núcleo Colonial de Santa Cruz, é considerada Zona de Expansão Industrial.

Art. 3.º — Fica revogado o Decreto n.º 15.001, de 8 de janeiro de 1960 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1966, 78.º da República e 7.º do Estado da Guanabara.

FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA
Raymundo de Paula Soares

(D. O., 30 - 11 - 66).

NOVA COMPOSIÇÃO DO CREA 5.ª REGIÃO

ATO N.º 16

Modifica a composição do CREA da 5.ª Região e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA da 5.ª Região, em cumprimento ao que dispõe a Lei n.º 5.194, de 24/12/66, e a Resolução n.º 161, de 22/5/1967, baixada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia,

RESOLVE:

Art. 1.º — A composição do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — 5.ª Região será a seguinte:

a) um (1) Presidente, escolhido entre os seus membros, por votação da maioria absoluta dos mesmos.

b) um (1) representante de cada escola ou faculdade de engenharia, arquitetura e de agronomia, com sede na 5.ª Região, e

c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiros, de arquitetos e de engenheiros-agrônomos registradas na Região de conformidade com o art. 62 da Lei n.º 5.194/66 e Resolução n.º 160, do CONFEA de 27-2-67.

Art. 2º — Todos os Conselheiros, inclusive o Conselheiro Presidente, terão mandato de três (3) anos.

§ 1.º — A vaga do Conselheiro eleito Presidente, será preenchida por seu suplente.

§ 2.º — O Presidente será eleito para um período de 3 (três) anos independentemente do término do seu mandato como representante, e do limite estabelecido pelo art. 81 da Lei n.º 5.194, de 24/12/66.

§ 3.º — Os atuais membros do Conselho e seu Presidente completarão os seus mandatos na forma da lei.

Art. 3.º — Os Conselheiros representantes da Escolas e Faculdades serão indicados pelas respectivas Congregações.

Art. 4.º — Os Conselheiros representantes, e respectivos suplentes, das entidades de classe registradas no Conselho Regional da 5.ª Região, na forma da Resolução n.º 160, de 27 de fevereiro de 1967, serão eleitos pelas mesmas, de acôrdo com os seus respectivos estatutos.

§ 1.º — Sòmente poderão votar os associados de entidade profissional que estejam legalizados no CREA da 5.ª Região.

§ 2.º — Ao lado da assinatura de cada eleitor, nas distas de votantes, deverá constar seu nome, de forma legível, bem como o número de sua carteira do CREA.

§ 3.º — Deverá ser substituído, por eleição especial na entidade que o elegeu, o suplente que ocupar definitivamente a vaga aberta pelo respectivo Conselheiro.

Art. 5.º — O Conselheiro que durante um (1) ano faltar, sem licença prévia, a seis (6) sessões consecutivas ou não, perderá automàticamente o mandato o qual passará a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

Art. 6.º — Os grupos ou categorias profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, para os efeitos da Lei n.º 5.194, e da proporcionalidade, são classificados na forma seguinte:

a) Grupo ou Categoria da Engenharia:

I) Modalidade civil — Engenheiros: Civis, Geógrafos, Agrimensores e Geólogos;

II) Modalidade eletricista — Engenheiros: Industriais, Mecânicos, Têx-Eletrotécnicos;

III) Modalidade industrial — Engenheiros: Industriais, Mecânicos, têxteis, Químicos, Navais Aeronáuticos, Metalurgistas, e de Minas.

b) Grupo ou Categoria da Arquitetura:

I) Modalidade arquitetura — Engenheiros-Arquitetos e Arquitetos.

c) Grupo ou Categoria da Agronomia:

I) Modalidade agronomia — Engenheiros Agrônomos e Florestais.

Art. 7.º — O número de Conselheiros representantes de cada entidade de classe será função do número dos seus respectivos associados, de acôrdo com o seguinte critério:

Até 500 sócios — 1 representante; de 501 a 1.500 sócios — 2 representantes; de 1.501 a 3.000 sócios — 3 representantes; de 3.001 a 5.000 sócios — 4 representantes; de 5.001 a 7.500 sócios — 5 representantes; de 7.501 a 10.500 sócios — 6 representantes; e assim sucessivamente.

Art. 8.º — O número de Conselheiros a que se refere a letra c do artigo 1.º será o do total dos representantes obtidos na forma do estabelecido no artigo anterior.

§ 1.º — O número de Conselheiros a serem distribuídos em cada uma das três categorias profissionais será diretamente proporcional aos números respectivos de engenheiros, de arquitetos e de engenheiros agrônomos registrados no CREA da 5.ª Região.

§ 2.º — Resultando dessa divisão proporcional números com parte inteira e parte fracionária serão os mesmos arredondados para mais, na ordem de grandeza decrescente das suas frações, o necessário para totalizar o quadro de Conselheiros de que trata êste artigo.

§ 3.º — A representação do grupo ou categoria da engenharia será também distribuída proporcionalmente entre as suas três modalidades

§ 4.º — As vagas existentes de Conselheiros representantes serão atribuídas às entidades de classe, de acôrdo com o número de Conselheiros que possam eleger, obedecida a seguinte ordem de preferência:

a) as entidades cujos associados pertençam a um único grupo ou categoria profissional terão preferência para elegar os Conselheiros dêsse grupo ou categoria;

b) equitativamente, serão distruibuídas as vagas restantes entre as demais entidades, assegurando-se, a cada uma, grupos ou categorias diferentes, quando elegerem mais de um representante simultâneamente.

Art. 9.º — Para fins do art. 7.º, até 31 de maio, as entidades de classe remeterão ao CREA a relação dos seus associados com respectivos números das carteiras profissionais.

§ 1.º — No caso de não cumprimento dêste artigo prevalecerá o total de associados constantes da última relação remetida pela entidade omissa.

§ 2.º — Se a entidade não remeter a relação de seus associados em dois anos consecutivos a sua representação ficará reduzida a um único representante no Conselho.

Art. 10 — O Conselho renovar-se-á anualmente por um têrço de seus membros.

§ 1.º — O CREA informará às entidades de classe, até 31 de julho, o número de representantes que deverão eleger para cada grupo ou categoria profissional.

§ 2.º — Nessa mesma ocasião o CREA solicitará às Escolas ou Faculdades que indiquem os respectivos representantes.

§ 3.º — Os Conselheiros que em decorrência dêste ato forem eleitos em 1967 terão os seus mandatos fixados em 1, 2 ou 3 anos.

§ 4.º — A discrimição prevista no § anterior será procedida mediante sorteio no CREA.

Art. 11 — Cada entidade, na forma de seus estatutos, procederá à eleição dos seus representantes e, até 20 de setembro, encaminhará ao CREA da 5.ª Região os nomes dos eleitos, acompanhados da relacão dos eleitores com os respectivos números de registro neste CREA.

Art. 12 — Para a renovação do têrço do Conselho, no corrente ano, os cálculos previstos nos artigos 7.º e 8.º serão efetuados com base nas relações já existentes, de associados das entidades profissionais, ou nas relações que possam ser ainda obtidas pelo CREA.

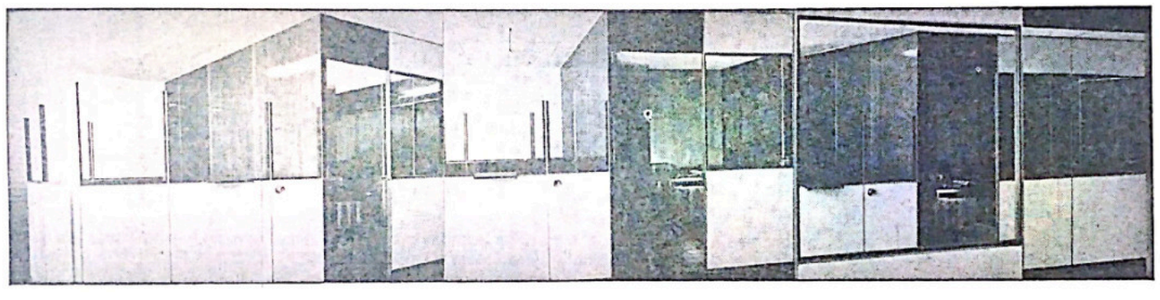
Art. 13 — Revogam-se as disposições em contrário.

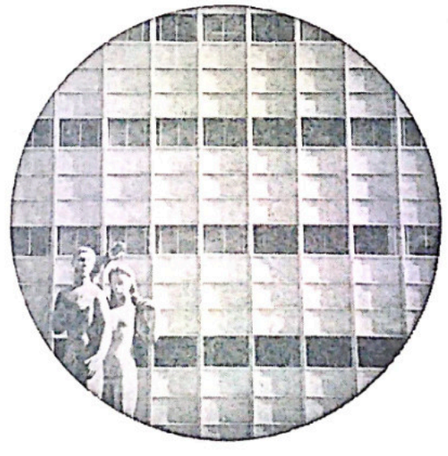
Rio de Janeiro, 14 de agôsto de 1967.

Mauro Ribeiro Viegas - Presidente.
José de Barros Ramalho Ortigão Jr. - Secretário.□

porque dividir ?

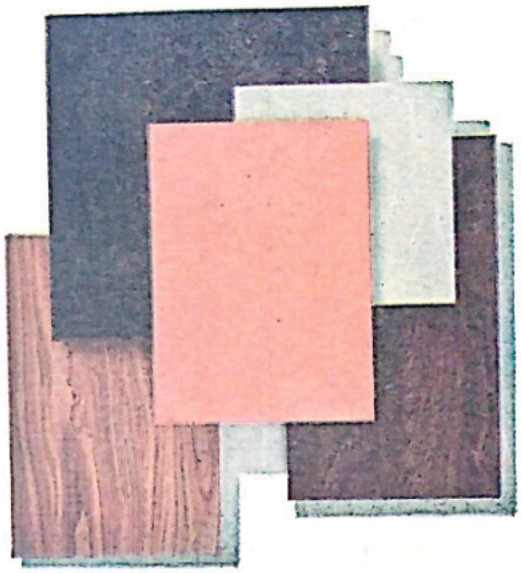






por que, ao atender os diferentes programas de utilização, nos grandes edifícios comerciais — como a séde do beg e o edifício barão de mauá — os arquitetos exigíram ao especificar, a qualidade e a tradição das nossas paredes divisórias removíveis. divisórias bernini lhe oferece fácil montagem, independência estrutural e reaproveitamento total no caso de alterações.

bernini s.a.
indústria e comércio
divisórias e lambrís
rua frei caneca 47/49,gb.
telefs 52 6884/52 6510



quando nós dizemos que o seu escritório fica mais bonito e mais moderno se você aplicar lambris de Duraplac...

Imagine a combinação que mais lhe agrada. Imagine os elementos de decoração que prefere utilizar. Depois utilize Duraplac. Que possui vinte padrões diferentes. São doze padrões lisos: branco, azul, verde, coral, cinza, preto, areia, vermelho, mel, pérola, azul-celeste e verde-turquesa. E oito padrões-madeira: jacaranda-da-Bahia, jacarandá-paulista, perobinha, cavuúna, marfim, imbuia, cerejeira e sucupira. Nenhum outro material lhe oferece tantas possibilidades de uso. E nenhum outro é tão fácil de aplicar como os lambris de Duraplac. Tente.

a melhor divisão · o melhor lambris

DURAPLAC

orgulho de produto da **DURATEX S.A.**

nós provamos:

